

REVISTA

TESSITURAS

Volume 5

2013

Sumário

E D I T O R I A L	2
Entrevista com a Professora Neli Ferreira de Oliveira	7
NÃO INVISÍVEIS, MAS DESPERCEBIDAS: PROVOCAÇÕES TRAZIDAS PELAS SUBVERSÕES COTIDIANAS (Geni Nader Vasconcellos)	11
O CAMINHO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA VISTO A PARTIR DE UMA ETNOGRAFIA DA CONFRARIA DE SANTIAGO DO RIO DE JANEIRO.....	27
O AMBIENTE SOCIAL E RELIGIOSO NA ÉPOCA DE PAULO DE TARSO	41
O DIA EM QUE O MUNDO PAROU: 11 DE SETEMBRO DE 2001	52
VIDA E INTELLECTUALIDADE: ENSAIO SOBRE A FORMAÇÃO INTELLECTUAL DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA	105
DO DISCURSO AO PLANO: O AUTOMÓVEL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1900-1946)	118

EDITORIAL

A Revista Tessituras chega com dificuldades ao número 5 (na verdade, a sexta edição da publicação eletrônica mantida pela Associação de Docentes da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, em Nova Friburgo/RJ, pois sempre levamos em conta o lançamento do número zero, de novembro de 2009), no momento em que vivemos a triste experiência do processo de fechamento da instituição, após o anúncio, no primeiro semestre de 2011, feito pela Congregação de Santa Doroteia, de que não daria continuidade à manutenção da Faculdade.

Nossa entrevistada deste número, a Professora **Neli Ferreira de Oliveira**, mestre em História da Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora de Cultura Religiosa e nos diversos cursos da FFSD e coordenadora do departamento de Secretariado Executivo, além de diretora da Associação de Docentes e do Sindicato dos Professores de Nova Friburgo e Região, lembra muito bem a luta empreendida pela Associação de Docentes contra o fechamento da Faculdade. Nos arquivos da página que mantém a Revista Tessituras (Seção Opinião), temos os artigos dos professores Ricardo Costa (novembro de 2011) e João Raimundo (junho de 2012) fazendo o histórico das batalhas dos docentes da FFSD em prol da manutenção dos cursos de formação de professores, de informática e de secretariado. Há o entendimento da parte de vários setores em nossa cidade que o fechamento da FFSD representará um apagão na Educação de Nova Friburgo e municípios vizinhos, pois a Faculdade, há mais de 50 anos, é a principal formadora de professores em toda a região. Hoje há uma pressão organizada por grupos políticos, sindicatos e entidades representativas de trabalhadores na educação junto ao MEC para que o CEFET (cuja pretensão é tornar-se universidade) assuma os cursos da FFSD.

A Professora Neli nos fala dessa luta contra o fechamento da Faculdade, faz um breve relato de sua história de vida e nos conta acerca das inúmeras atividades nas quais está envolvida, a exemplo da dedicação, por vários anos, ao Conselho Municipal de Educação. Só foi muito econômica ao falar de sua formação profissional, deixando de se referir à importante

dissertação de mestrado sobre a Escola da Fábrica de Rendas Arp, instituição mantida por décadas pela indústria têxtil pioneira em Nova Friburgo, que fechou suas portas no ano passado. No trabalho intitulado *A Educação Entre Fios e Rendas: A Escola Fábrica de Rendas Arp - Nova Friburgo*, Neli analisa o processo constitutivo da identidade do aluno que frequentava aquela escola, apoiando-se nas contribuições de Michel Foucault, no que diz respeito às relações de poder. Para tal, nossa mestra pesquisou, em arquivos públicos e privados, sendo que nestes últimos debruçou-se sobre objetos pessoais de ex-alunos, como cadernos escolares, fotografias e boletins. Utilizando-se também de entrevistas, Neli buscou caracterizar a pedagogia “arpiana”, sobretudo a consolidada sob a batuta de uma de suas diretoras, que lhe dedicou trinta anos de trabalho. Trata-se de importante estudo que muito contribui para a história da educação do município de Nova Friburgo, procurando revelar as relações entre a instituição estudada, as políticas públicas e uma tradição de modos de ensinar socialmente construídos.

Na entrevista, temos ainda a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as opiniões políticas da professora, no momento em que o Brasil vive a ressaca das gigantescas manifestações de massas ocorridas no mês de junho deste atípico ano de 2013, dando esperanças de que, daqui para a frente, “nada será como antes”, e a população brasileira voltará às ruas para continuar protestando contra os desmandos dos governos e reivindicando por seus direitos.

Para os artigos deste número 5, contamos com a colaboração de sete articulistas, a começar pela nossa colega **Geni Nader Vasconcellos**, professora de Sociologia e Didática na Faculdade de Filosofia Santa Doroteia, coordenadora pedagógica do Colégio Nossa Senhora das Dores e mestra em Educação pela UERJ. Em seu artigo, Geni nos fala das provocações trazidas pelas “subversões cotidianas”, analisando que “a escola é espaçotempo no qual circulam múltiplas histórias, ausentes de documentos oficiais, contadas e recontadas por seus sujeitos, no desejo de transmitirem a outros saberes e fazeres vivenciados e acumulados no dia a dia”. Tomando como referência uma situação de conflito experimentada em uma escola de educação básica, a partir do simples uso de boné por um estudante na formatura de fim de ano, convida a pensar a subversão como possibilidade de questionar as normas e padrões impostos como naturais no convívio social.

O ex-aluno do curso de História da FFSD e doutorando em Antropologia na UFF, **Daniel Martinez de Oliveira**, tomando por base referenciais teóricos antropológicos, apresenta dados iniciais de uma pesquisa que busca dar

subsídios a uma análise científica sobre a construção da identidade dos peregrinos envolvidos com o fenômeno conhecido como Caminho de Santiago, que envolve a experiência da peregrinação mundial ao sepulcro de São Tiago Maior, na Espanha.

Trabalhando a relação entre literatura e religião, o artigo de **Luciene de Lima Oliveira**, mestre e doutoranda em Letras Clássicas pela UFRJ, descreve o ambiente social e religioso em que viveu Paulo de Tarso, o apóstolo Paulo, um “típico representante do movimento helenístico-romano” que, num período de mais de vinte anos, realizou três viagens missionárias para propagar a mensagem cristã. A autora discute a vivência conflituosa de Paulo com as convenções e práticas de seu tempo, a partir das quais ele constrói um discurso religioso com elementos do novo e do antigo, uma simbiose que resulta da adaptação e modificação das regras e costumes do mundo romano e judeu, com as quais ele interage, mas também delas diverge e se afasta.

Amigo do curso de História da FFSD, para o qual foi, por diversas vezes, convidado a proferir palestras e ministrar aulas em cursos de extensão, no campo de sua especialidade de estudo (história das guerras e temas contemporâneos), **Ricardo Ferraz Mansur**, historiador, sindicalista bancário e militante da esquerda friburguense, nos apresenta artigo de fôlego com análise profunda sobre os eventos relacionados ao 11 de setembro de 2001. Polêmico, põe em dúvida a própria existência de Osama Bin Laden, figura que se tornou mítica, surgindo inicialmente como colaborador das estratégias imperialistas estadunidenses no Oriente Médio e que acabou sendo transformado no grande líder do “terrorismo internacional”, inimigo número 1 da chamada “democracia ocidental”. Mansur põe em xeque todas essas “verdades” construídas pela ideologia capitalista e nos dá uma verdadeira aula sobre a história recente dos conflitos no Oriente Médio. Muito mais que um artigo para uma revista acadêmica, trata-se de um grande trabalho de pesquisa digno de se transformar em livro.

O Professor **Michel Platini Basílio Borges**, graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás, faz um breve e interessante balanço biográfico e autoral de um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX, Sérgio Buarque de Holanda. Michel busca apreender, na história da vida pessoal e profissional do grande mestre, o processo de formação intelectual daquele que, iniciando como jornalista e crítico literário, transformou-se num dos mais influentes e originais historiadores brasileiros, além de ter se destacado como um professor universitário dedicado, um escritor instigante, um homem de esquerda e chefe de uma família de artistas, na qual se destacam a mulher Maria Amélia, Miúcha, Cristina e Chico Buarque. Uma história de vida digna de se conferir por intermédio deste artigo.

Por fim, o artigo do arquiteto **Renato Gama-Rosa Costa**, historiador da arquitetura e do urbanismo, com doutorado pela UFRJ e pesquisador da FIOCRUZ, parte da tese de doutorado *Entre avenida e rodovia: a história da avenida Brasil (1906-1954)*, defendida na Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos

apresenta as origens do uso predominante do automóvel nas cidades brasileiras, através do estudo das propostas de engenheiros e urbanistas, que constituíram e consolidaram um pensamento “rodoviarista”. Por meio de pesquisas sobre relatórios anuais do Ministério da Viação e Obras Públicas, publicações de entidades associadas ao automobilismo, como o Clube dos Bandeirantes, anais dos Congressos Brasileiros de Estradas de Rodagem, artigos de engenheiros e de planos urbanísticos para a cidade do Rio de Janeiro, Renato analisou a formação de um verdadeiro movimento intelectual e político em defesa do automóvel como meio de transporte urbano por excelência, no período que abarca o início do século XX, com a chegada do primeiro automóvel de motor a explosão ao Brasil, até a abertura da Avenida Brasil. Esta, inaugurada em 1946, é mostrada tanto como símbolo do processo de abertura de rodovias, quanto de expansão urbana e de novas formas de percepção da própria cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de estudo realizado na linha da recente história urbana carioca e brasileira, que traz fundamental contribuição para que se compreenda como o planejamento urbano – ou a falta dele – levou a fazer dos eixos rodoviários, como a Avenida Brasil em particular, um dos emblemas da vida moderna.

A todos aqueles que continuam lutando pelo sucesso da Revista Tessituras, informamos a disposição de um grupo de pesquisadores de Nova Friburgo e Região de manter a continuidade desta publicação eletrônica mesmo após o fechamento da Faculdade Santa Dorotéia. Hoje ligada à Associação de Docentes desta instituição, ela poderá continuar existindo sob os cuidados do grupo que hoje se organiza em torno da comunidade “Tecendo a História de Nova Friburgo e Região”, encontrável no facebook, comunidade esta aberta a participação não só de historiadores ou amantes da História, mas de todos que se dedicam a pesquisas. Portanto, aos professores, alunos e ex-alunos da FFSD, assim como aos profissionais do ensino superior e a pesquisadores de todo o país, reafirmamos que o espaço da Revista Tessituras continuará aberto a todos aqueles cuja produção acadêmica contribui efetivamente para a construção de espaços de debates, para a melhoria da qualidade social da educação brasileira e para o desenvolvimento de um ideário crítico e renovador, na contracorrente do pensamento burguês dominante, tão ultrapassado e caduco.

A COMISSÃO EDITORIAL

Entrevista com a Professora Neli Ferreira de Oliveira

(Coordenadora do Curso de Secretariado Executivo da FFSD, Mestra em História da Educação)

Tessituras: Conte-nos sobre a sua trajetória acadêmica.

Neli: Fui uma criança muito curiosa: aos seis anos gostava de ouvir o meu avô contando a sua história de vida passada na senzala e me apresentando os livros de histórias, que tratavam dessa questão. Muitas vezes, prenunciando a “habilidade docente”, contava essas histórias para minhas colegas de infância, mas não ficava conformada em apenas repassar a história, tentava dramatizá-la, vivê-la e contá-la de maneira diferente. Assim, fui me dedicando aos livros e às leituras, tentando entender essas histórias, que também faziam parte da minha trajetória de vida.

Aos doze anos, precisei trabalhar e os estudos foram interrompidos. Essa “parada” provisória fez-me entender que era nordestina, mas não nordestinada, como aprendi com Paulo Freire. Aos dezenove anos voltei para a escola e dei continuidade aos estudos: fiz o curso de Pedagogia, pós-graduação (Lato Sensu) em Metodologia do Ensino Superior, Psicologia da Educação e Psicopedagogia Institucional e o Mestrado em História da Educação.

Tessituras: Como chegou à Faculdade de Filosofia Santa Doroteia?

Neli: Iniciei o curso de Pedagogia na Faculdade Santa Doroteia. No quarto período, pedi transferência para a Universidade Federal de Pernambuco. No último período, voltei para Nova Friburgo e continuei a ser aluna da Santa Doroteia, terminei em 1989. No final do último período, fui convidada pela professora Selma Ferro dos Santos para assumir a disciplina de História da Educação. Esse convite abriu muitas portas para que eu pudesse trabalhar na cidade.

Tessituras: Fale um pouco sobre a resistência ao fechamento da Faculdade de Filosofia Santa Doroteia empreendida pela Associação de Docentes, da qual você faz parte. A Associação de Docentes da FFSD tem realizado um trabalho incisivo no tocante ao não fechamento da Instituição. Aliada à ideia de continuidade, procurou manter contato com a Congregação, com o Vice-Governador do Estado do RJ, com deputados e vereadores, instituições locais e federais, Poder Executivo Municipal, instituições educacionais de

nível federal e estadual, fóruns, Audiências Públicas na Câmara Municipal de Nova Friburgo convocadas pelos Vereadores Marcelo Verly e Cláudio Damião.

A nossa luta continua porque não concordamos com o “apagão educacional” que poderá marcar a história da cidade de Nova Friburgo com o fechamento da Faculdade. O ciclo de vida da FFSD foi marcante na formação acadêmica de muitos profissionais que atuam na cidade e em cidades vizinhas.

Tessituras: Há muitos anos você tem atuado no Conselho Municipal de Nova Friburgo. Fale-nos desta experiência e das conquistas obtidas pelos educadores neste fórum.

Neli: Comecei a fazer parte do Conselho Municipal de Educação no ano de 1998, como suplente da professora Selma Ferro dos Santos. Nesse período, o Conselho estava submetido a uma política de controle e de determinação do Secretário de Educação. Embora nas reuniões mensais tivéssemos espaços para discussões, trocas de experiências, delineadas por inúmeros posicionamentos político/ideológicos convergentes e divergentes, os resultados estavam atrelados à efetivação do controle e das normatizações da própria Secretaria de Educação. Com a mudança do governo municipal, o CME ficou com suas atividades paradas por aproximadamente um ano. E o retorno as suas atividades tinha proximidade com a prática da gestão anterior. É importante ressaltar que os Conselheiros, em suas reflexões, apresentavam propostas mais democráticas e de gestão dialogadas. Nesse sentido, o Conselho foi se tornando um espaço mais aberto de discussão e de controle, por parte do grupo e da Secretaria de Educação. Mas já se observava a construção de espaços coletivos com a efetiva participação de vários segmentos da sociedade civil.

Essa abertura possibilitou aos docentes uma maior proximidade com as questões pertinentes à educação municipal: a participação na construção do Plano Municipal de Educação e a eleição para gestores escolares foram dispositivos conquistados pelos profissionais da educação, pois, para a sua elaboração, a participação dos docentes e de outros segmentos da sociedade civil foi de fundamental importância. Continua sendo a proposta do Conselho Municipal e de seus partícipes: a ampliação da democracia e da autonomia construída. Assim, entendemos que os Conselhos são espaços onde a comunidade e o poder municipal podem interagir e estabelecer diálogos produtivos, visando uma educação pública democrática, gratuita e de qualidade.

Tessituras: Quais as suas expectativas quanto à Educação Nacional? Como você vê a convocação do MEC para a Conferência Nacional de Educação – CONAE?

Neli: Trabalho como profissional da educação há vinte e oito anos. Trabalhei como professora da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e faz 24 anos que trabalho no Ensino Superior. A minha expectativa em relação à Educação Nacional é de otimismo. Mas tenho plena clareza sobre o descaso do poder público federal, estadual e municipal em relação à educação.

Nos fóruns de debates de que participamos, em vários espaços que tratam da questão educacional, observamos um desejo muito grande dos profissionais da educação em empreender uma luta constante contra o descaso educacional. Esse movimento vem tomando forma e conteúdo desde o final da década de 1970, provocando mudanças significativas, oriundas de documentos e trabalhos realizados pelos professores com a participação da sociedade civil.

A Conferência Nacional de Educação - CONAE - é uma dessas reivindicações que, de certa forma, levou o MEC a repensar as suas atitudes. É importante lembrar que essa convocação é parte/faz parte da classe de trabalhadores da educação e do tecido social, que por muito tempo convidou as instâncias de poder para discutir os malefícios no campo educacional, causados por atitudes unilaterais, determinantes e incompatíveis com o princípio da democracia, porque identificados com os objetivos desse mesmo poder. A CONAE traz, no seu bojo, uma proposta mais democrática, aberta pelo poder público, para que toda a sociedade participe e contribua no sentido de apresentar propostas para o desenvolvimento da Educação Nacional.

Tessituras: Como você vê o processo político em nosso país? Qual a sua avaliação a respeito das gigantescas manifestações do mês de junho? O Brasil tem jeito?

Neli: Vejo a política brasileira caminhar a passos de tartaruga: com alguns avanços e retrocessos, principalmente na forma de governar. Temos uma Constituição que preconiza alguns avanços, principalmente a respeito do processo de democratização do país, de autonomia a ser conquistada através da unidade federativa, dos estados e dos municípios, mas o que vivenciamos, ainda, é uma sociedade cansada de carregar sobre os seus ombros o peso da exploração, da desigualdade e da injustiça social.

O fim da ditadura militar parecia fazer nascer no país outra paisagem: a da democracia, marcada por lutas, por torturas, por mortes e por um desejo de muitos brasileiros de

transformarem as instituições de poder no sentido de fazê-las entender que governar é estar em sintonia com todas as classes sociais e de provê-las de atitudes éticas, pautadas sobre os pilares da honestidade e do trabalho.

Mas os avanços seguem as reivindicações da sociedade. À medida que o povo questiona, argumenta e leva à publicização suas necessidades e seus direitos conquistados, o poder público tende a tomar decisões restritas, apenas para atender o momento presente. Cansados por esperar pelas transformações sonhadas por tantos anos, o povo se organiza através de redes sociais e inicia um movimento por todo país, externalizando suas necessidades e contestando os descasos do poder público.

A gigantesca onda de protesto do mês de junho deste ano expressa o sentimento de angústia do povo brasileiro que não aguenta mais viver em meio ao favorecimento da dissimulação política, do império do arbítrio, da violência de todas as ordens, da impunidade, da corrupção desmedida, da improbidade administrativa, do reacionarismo inimigo da ética.

Observo que o movimento, mesmo sem estar atrelado a instituições sociais, possibilitou uma reação das instâncias do poder público, que recorreu aos seus pares para discutir e analisar as questões em tela e encontrar soluções a médio e longo prazo. O Brasil tem jeito! O povo brasileiro gosta de carnaval e de futebol, faz parte do processo cultural. O que não deve fazer parte da cultura brasileira é a coonestação com os corruptos e com uma política de casuísmos assistencialistas. O povo já percebeu a importância de ser partícipe do processo histórico e se colocar diante das instituições de poder e cobrar delas os seus direitos.

NÃO INVISÍVEIS, MAS DESPERCEBIDAS:

PROVOCAÇÕES TRAZIDAS PELAS SUBVERSÕES COTIDIANAS¹

Geni Amélia Nader Vasconcelos

Professora da Faculdade de Filosofia Santa Doroteia
Coordenadora pedagógica do Colégio Nossa Senhora das Dores (Nova Friburgo-RJ)
geninv@gmail.com

RESUMO

Esta comunicação assume o cotidiano como espaçotempo instigante de estudo, constituído de inúmeras possibilidades para os que se fazem atentos e sensíveis a seus murmúrios. Toma como referência uma situação experimentada em uma escola de educação básica e convida-nos a pensar a subversão como possibilidade de colocar em xeque respostas e práticas que naturalizam o socialmente construído. Abraça o entendimento de articulações entre indivíduo da sociedade, cotidiano e estrutura globais, continuidade e mudança sociais, alinhando-se a estudos que procuram romper com essas fragmentações e destacar a complexidade dos processos que aí se verificam. Discute questões referentes ao relacionamento intergeracional, pontuando o impacto das mudanças sociais em curso na constituição de novos sujeitos e demandas para o campo educacional. Sublinha a importância de reinventarmos modos de nos relacionarmos com as gerações mais novas, nos tantos espaços nos quais a vida acontece e nos quais nos envolvemos em processos de ensino e aprendizagem, buscando formas de convivialidade mais atentas ao diálogo e às possibilidades por ele trazidas.

ABSTRACT

This communication assumes everyday life as a riveting time-space study, made up of various possibilities for the ones who are attentive to its murmurs. It takes an experimented situation as reference in a basic school and invites us to think about the subversion as a possibility to question certain responses and practices that naturalize anything socially built. It embraces the understanding of the articulations among the individual in society, everyday life and global structures, social continuity and change, aligning them to studies that try to stop these fragmentations and give prominence to the processes that occur in there. It discusses questions that refer to inter generation relationship, highlighting the impact of the social changes under way in the constitution of new subjects and demands in the educational field.

It reinforces the importance of reinventing ways of relating to the new generations, in the many spaces where life takes place and in which we get involved in teaching and learning processes, looking for ways of interoperability that are more opened to dialogue and the possibilities it brings.

¹ Comunicação apresentada no VII Seminário Internacional “As redes educativas e as tecnologias”, realizado na UERJ, no período de 03 a 06 de junho de 2013.

Em nosso viver, elegemos situações com as quais mantemos uma interlocução constante, fazendo-nos perceber que *somos aquilo que lembramos* (BOBBIO, 1997). Nossas reflexões, conversas, nossos estudos são povoados de exemplos que nos convocam ao movimento. Ao abraçá-los e desdobrá-los em novas questões, frequentemente nos deparamos com perguntas que insistem em nos habitar e alimentam nossas buscas. Como nos tornamos o que somos? De que modo continuidade e inovação se trançam em cada um de nós e na vida social? Como tais interrogações se articulam ao campo educacional? Essas e outras questões relacionadas há muito me intrigam, convidando-me para conversas, leituras e investigações. Recorrente nas ciências sociais e em outros campos de estudos, tal debate assume muitas formas e continua a suscitar polêmicas estimulantes, que estão longe de serem superadas. Considero o cotidiano como um *espaçotempo*² privilegiado para encaminhamento dessas perguntas. Possibilita-nos entender processos de funcionamento e de transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam, imbricação de atos ou acontecimentos individuais com estruturas sociais globais (PAIS, 2003, OLIVEIRA, 2003).

Narrativas, práticas e memórias que circulam em escolas apontam-me a complexidade e a riqueza do cotidiano, permitindo-me mergulhar em questões cujo entendimento demanda a busca de outros contextos e articulações. Discutir as pistas que aí se apresentam e que muitas vezes passam despercebidas pelo olhar do alto (CERTEAU, 1998), distanciando da prática, pretensioso, mas empobrecedor, é tarefa premente. Compreendo a escola como um espaço sociocultural (DAYRELL, 1999) constituído por sujeitos concretos e plurais que se fazem historicamente e que conferem a ela sentidos diferenciados, em função dos múltiplos contextos nos quais vivem (SANTOS, 2000). Território de encontros e desencontros, de disputas entre o instituído e o instituinte, a escola é *espaçotempo* no qual circulam múltiplas histórias, ausentes de documentos oficiais, contadas e recontadas por seus sujeitos, no desejo de transmitirem a outros saberes e fazeres vivenciados e acumulados no dia a dia. A narrativa é o modo como esses sujeitos se expressam sobre seu cotidiano. Suas possibilidades são porém mais amplas: podem ser também um dos métodos mais importantes para o entendimento daquilo que acontece no cotidiano (ALVES, 2001). Por isso, optei em trazer a narrativa para nosso texto. Recolhidas em situações

² Com esse modo de escrita, que aprendi com Nilda Alves, desejo assinalar que cada um dos termos reunido nessa palavra está estreitamente ligado ao outro e só existe nessa relação. Daí o exercício de neologismo, presente em outras palavras ao longo do texto.

diversas, elas nos mostram o cotidiano escolar como um espaçotempo denso, no qual a gente vive, aprende, ensina, aguça a curiosidade e investiga.

A festa de formatura estava próxima. A turma, motivada para o grande dia, cuidava de cada detalhe do evento. Em meio a diálogos, disputas, articulações, o clima de alegria, expectativa e organização foi tomando conta dos concluintes. Para a capa do convite, algo inesquecível que certamente não esgotaria sua função no dia da festa, mas teria um destino mais duradouro: a foto da turma. A preocupação com cada detalhe da foto – a seleção do profissional encarregado de fazê-la, um local significativo da escola como pano de fundo, o agendamento em uma data conveniente a todos, de modo a evitar faltas, e outras tantas providências – demonstrava o significado que os jovens emprestavam a ela. Finalmente o grande dia. O cuidado de cada aluno com a imagem a ser registrada podia ser observado nas camisetas preparadas para a ocasião, nos cabelos e rostos impecavelmente arrumados. E quando tudo parecia pronto para que a histórica foto fosse feita, a professora que acompanhava o grupo percebeu um aluno de boné. Depois de tentar, em vão, persuadir o jovem a retirá-lo, resolveu chamar uma orientadora pedagógica para ajudá-la na empreitada. Ao reencaminharem a questão, elas ouviram do aluno: - *Gostaria muito, muito de sair na foto. Segui as recomendações. Podem conferir. Quanto ao boné, meus amigos só me conhecem assim... Não me separo dele. Sem o boné, não quero estar na foto com minha turma.* A forma segura e determinada do jovem expor o seu posicionamento foi capaz de, em um tempo muito exíguo, colocar em xeque as questões nas quais a proibição do boné estava ancorada e que, certamente, há muito mostravam sua fragilidade. E desse modo, o jovem e o seu boné foram para a foto.

As provocações trazidas por essa narrativa me fazem afirmar, recorrendo à sensibilidade e à poesia de Lupicínio Rodrigues, que *o pensamento parece uma coisa à-toa, mas como é que a gente voa quando começa a pensar.* Certamente a força da narrativa reside na sua incompletude, no movimento que provoca em sua profusão sem limites, despertando nossa imaginação. Narrativas são boas para pensar. Comigo não aconteceu diferente. Foram tantos os voos que não cabem na tessitura deste texto. Fizera-me debruçar sobre o entorno, sobre mim mesma e o modo como temos percebido e praticado a educação.

As mudanças abruptas que marcam a sociedade contemporânea tornam o nosso tempo instigante, propício à formulação de perguntas e deslocamentos de respostas. Tempos como o nosso não se deixam penetrar facilmente. Rompem e recriam fronteiras, sistemas produtivos, regimes políticos, estilos de vida. Fazem pequenos intervalos serem vividos como se possuísem longa duração. Geram o que tem sido nomeado como aceleração do tempo histórico (KOSELLECK, 2006). Tempos assim resistem a aprisionamentos, são escorregadios, desqualificam a permanência (BAUMANN, 2001).

Tempos como o nosso agudizam choques, rupturas e entrelaçamentos de tendências. São carregados de perplexidades e incertezas. Escapam de teorias e conceitos anteriormente elaborados, para compreensão da realidade social e se desdobram em profundas implicações epistemológicas. A discussão sobre ruptura paradigmática aponta a inadequação das referências de que dispomos face a realidade que nos interpela incessantemente (IANNI, 1998; SANTOS, 2000). Em inúmeros campos, pesquisas e questionamentos ajudam a compor um quadro polifônico, multifacetado, procurando compreender o presente, repensar o passado e imaginar o futuro. Tempos de mudança instauram novos processos, provocam outras perguntas, rompem e recriam o mapa do mundo. Mas não se restringem a isso.

Mudanças sociais têm rebatimentos internos. Impactam o modo de nos constituirmos como sujeitos, reconfigurando nosso jeito de ser e estar no mundo. Instigam-nos a pensar as inúmeras e complexas relações entre indivíduo e sociedade. Essa relação tem sido abraçada por autores de diferentes tradições intelectuais e campos de estudos que buscam compreender o significado da sociedade no desenvolvimento das trajetórias individuais e identificar as possibilidades dos indivíduos interferirem na organização e transformação das estruturas sociais. (MILLS, 1965; SIMMEL, 1987; ELIAS, 1994; VELHO, 2006). Tais estudos têm oportunizado um debate intenso e estimulante. É nesse campo de discussão que o presente estudo se insere, buscando compreender o modo como homens e mulheres, como sujeitos concretos, encarnados, aí se constituem e participam da formação de outros e do entorno, em um processo no qual acatamento e subversões se imbricam na continuidade e transformação do mundo social.

Ao nascer, ingressamos em uma sociedade caracterizada por condições concretas de existência, elaboradas ao longo de um processo histórico. Nessa sociedade, em contato com muitos outros - próximos e distantes, conhecidos e ignorados -, nos apropriamos, em um processo dinâmico, aberto e complexo - de normas, padrões, sentimentos que aí se apresentam. É através desse processo que nos tornamos humanos e que a realidade socialmente construída vai sendo apreendida por nós e nos constituindo interiormente. Somos sujeitos socioculturais, concretos, multidimensionais, encarnados. Nossa subjetividade é tecida processualmente em um dado contexto que nos fornece certos “mapas “ para nossa existência, orientando nossas escolhas, gostos, valores, práticas. A subjetividade assim compreendida rompe com abordagens essencialistas, reducionistas, ancoradas na noção de um sujeito universal, estável, totalizado, estanque, fixado, encapsulado, acabado (HALL, 1999; DOMENECH, TIRADO e GÓMEZ, 2001).

Cada momento histórico, cada sociedade, favorece a constituição de um tipo humano específico. O horizonte que confere sentido à sua existência, os modos de ser, estar, perceber e

expressar o mundo, em suas alegrias e sofrimentos, revelam traços fundamentais do seu entorno. Compreender o indivíduo implica assim uma mirada mais ampla: requer analisar o contexto no qual sua vida acontece.

Nossa sociedade, ao volatizar os quadros de referência de que dispunham os nossos antecessores, ao abolir certezas, ao diluir ou mesmo negar o significado de agências que regulavam o sentido da existência, modificou nosso mundo interior. Novas demandas, novos modos de produção e de sociabilidade produzidos na sociedade fizeram emergir novas maneiras de agir e de viver, alterando formas de ser. A crença em utopias e a possibilidade de investimento no futuro passam por dificuldades de sustentação. O declínio das grandes narrativas, das agências normativas tradicionais como a religião e a política vem cedendo lugar ao que já foi apontado como um certo vazio normativo que desorienta o sujeito e lhe impõe uma experiência exacerbada de desamparo, de um homem sem projetos de futuro (BEZERRA JR, 2001). Na modernidade, o laço social era francamente orientado em torno de um eixo vertical - as pessoas se juntavam “em nome de”, “em torno de” religião, política. Na cultura ocidental contemporânea, o quadro social em constante mudança, sem ancoragem mais firme, provoca, com frequência, angústia. O homem está *desbussolado* (FORBES, 2004).

Esse quadro gera inquietudes e seus desdobramentos têm provocado a discussão de outros vínculos, de outros modos de pertença que se apresentam na atualidade. É o que nos propõe Singly (2006). Para esse estudioso, na sociedade contemporânea, *laços múltiplos substituem um laço forte* (p. 23). O elo social dos indivíduos, ainda que composto por fios menos sólidos que os anteriores, engloba mais fios, oportunizando que os indivíduos experimentem múltiplas pertenças.

Sem enveredarmos por tantos caminhos e análises suscitados por essa discussão é importante sublinharmos que sociedades pautadas em grandes narrativas, sociedades holistas, ainda que não nos autorizem supor que os homens aí formados sejam passivos, inertes ou sempre coerentes, exercem uma influência menos heterogênea sobre seus membros e oferecem um espaço menor para a emergência de indivíduos como os que conhecemos na sociedade ocidental contemporânea (VELHO, 2006). Nessa sociedade a situação é bem outra: uma nova arquitetura das relações sociais está em curso. Os indivíduos transitam em mundos sociais diferenciados. De maneira cada vez mais precoce, entram em contato com muitas outras instâncias educativas além da família e da escola. A expressão *homem plural*, cunhada por Lahire (2002), deve ser compreendida nesse cenário. Remete às particularidades do processo socializador em nossos dias. O *ator plural* é portador de ‘*sumários de experiências*’ múltiplas e nem sempre compatíveis entre si, derivadas dos diferentes espaços de socialização no qual vive, da maior circularidade de referências. O ator plural é alguém que não pode ser reduzido a ‘*uma formula geradora*’ ou a ‘*um princípio gerador*’ (LAHIRE, 2009) É alguém que necessita

combinar diferentes lógicas de ação. E mais: o sujeito contemporâneo não só participa de contextos variados, mas vivencia interiormente, em suas subjetividades, as contradições e conflitos do entorno. São, no dizer de Velho (2006, p.6), *indivíduos complexos de sociedades complexas*.

A experiência do indivíduos na sociedade contemporânea se faz marcada pela diversidade e pela segmentação do mundo social. Os parâmetros que o orientam não são exclusivamente locais, próximos no tempo ou no espaço ou transmitidos por agentes tradicionais de educação. O sujeito contemporâneo experimenta espaços de produção e circulação de saberes, emoções, práticas e artefatos em uma heterogeneidade sem precedentes em outros períodos da história. É confrontado com registros múltiplos, diversos, não coerentes e cambiantes que lhe oportunizam elaborar uma nova percepção de si, dos outros e do mundo. É em meio a fios tecidos em uma trama complexa, plural e diferenciada ou mesmo contraditória de referenciais, que o sujeito vive e aprende.

A noção de redes cotidianas (ALVES, 2001) nos permite compreender mais adequadamente o indivíduo, considerando-o não uma abstração, alguém idealizado, mas um *sujeito encarnado que participa de uma dinâmica criativa de si mesmo e do mundo com ele está em permanente intercâmbio* (NAJMANOVICH, 2002, p.23). Um sujeito que se singulariza a partir de sua própria existência, tecida em uma trama complexa, plural e diferenciada ou mesmo contraditória de referenciais. É nessas redes que características da sociedade mais ampla são experimentadas por homens e mulheres. É aí que tais características são confirmadas, ressignificadas, reinterpretadas e colocadas em xeque pelo indivíduo, em um processo aberto, avesso a previsões e certezas. É aí, no cotidiano, que estamos por inteiro (HELLER, 1985). É em meio a seus arranjos complexos e impermanentes que podemos perceber o indivíduo como alguém criativo, alguém que não é apenas pensado, falado e desejado pela estrutura.

Mergulhar nas malhas dessas redes de relações e significados favorece o entendimento das relações entre o indivíduo e a sociedade, permitindo que evitemos explicações pautadas em reducionismos e linearidades. Oportuniza-nos pensar os diversos sujeitos que, ao longo da história, em um processo marcado por densidades e fluxos diversos, tecem, destecem, subvertem e retecem as redes sociais, em um processo incessante, no qual a vida social é mantida e transformada.

É no terreno dessas reflexões que acreditamos ser oportuno trazer para debate a questão geracional. As redes de saberes, fazeres e afetos tecidas e compartilhadas por sujeitos de gerações diversas, através da socialização, permitem que a vida social tenha continuidade. Mas não é só isso. Ainda que as formulações clássicas referentes ao processo socializador (DURKHEIM, 1967) destaquem a conformidade dos indivíduos ao legado das gerações anteriores, o acontecer da socialização é bem mais complexo, desdobrando-se em outras análises que incluem a perspectiva da mudança social na

abordagem da questão.³ No encontro – sempre necessário e surpreendente - entre as gerações, nas tantas aprendizagens que aí se estabelecem, afinações e estranhamento, alianças e atritos se mesclam, produzindo continuidade e mudança na vida social.

Entre os esforços teóricos, no campo da sociologia, para o entendimento do fenômeno geracional, destacam-se as contribuições de Karl Mannheim cuja pertinência vem sendo sublinhada por diversos pesquisadores (FORQUIN, 2003; FEIXA e LECCARDI, 2010; WELLER, 2010). Mannheim nos fornece referenciais para adensarmos nossa compreensão referente ao fenômeno geracional e à imbricação dos processos de renovação das gerações e mudanças sociais. No artigo, *O problema sociológico das gerações*, esse estudioso procura esclarecer o conceito de gerações. Com esse propósito, apresenta e desenvolve as noções de *situação de geração, geração enquanto realidade e unidade de geração*.

O fato de os indivíduos terem nascido em um determinado período configura uma situação comum na dimensão histórica do processo social, mas insuficiente para entender o fenômeno geracional. Se, por um lado, tal fenômeno tem como base o ritmo biológico da vida humana – nascimento e morte -, por outro, sublinha Mannheim, isso *não significa necessariamente ser deduzível dele* (1982, p.72). A compreensão do conceito de gerações demanda, sobretudo, considerações de ordem histórica e sociológica. Por essa via, evitamos cair em armadilhas naturalistas de análise que nos conduzem ao equívoco de deduzirmos fenômenos sociais de fatos naturais. A participação em uma *situação comum* no processo histórico implica uma delimitação negativa para o indivíduo, restringindo-o a uma gama específica de experiência potencial, mas também lhe abre determinados modos de ser, sentir e pensar. É sobretudo essa potencialidade, essa tendência “inerente a” que define a *situação geracional*. Se essa potencialidade irá se concretizar nos indivíduos, não é algo dado *a priori*, dependerá de outros fatores sociais.

A *geração enquanto realidade* é mais do que a mera coexistência em um determinado tempo histórico. Exige um vínculo entre os indivíduos, um nexos estabelecido pela participação no destino comum dessa unidade histórica e social. Nessa perspectiva, *geração enquanto realidade* supõe, para Mannheim, ser tocado, experienciar determinados eventos históricos que, no dizer de Forquin (2003, p.5), *exerçam um papel dramático catalizador*. É, portanto, a existência de um contexto comum, de um mesmo quadro sócio-histórico que possibilita que a *situação* gerada pelos nascimentos em um dado tempo cronológico seja considerada pertinente do ponto de vista sociológico.

Mannheim esclarece ainda que um dado contexto social não impacta igualmente todos os indivíduos. Mesmo aqueles que se consideram como de uma mesma geração podem adotar

³

A esse respeito vide artigo de Setton, indicado nas referências bibliográficas

posicionamentos e propostas sociais diferentes, ou mesmo conflitantes, ao enfrentarem as provocações presentes no entorno, originando *unidades de geração* particulares. A noção de *unidade de geração*, traduz, assim, um vínculo mais intenso que a geração real enquanto tal. Implica *uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por ela* (MANNHEIM, 1982, p. 89). A unidade de geração está fundamentada no que Mannheim chama de «princípios estruturantes» que ligam os indivíduos através de conteúdos comuns de consciência, representações, crenças, engajamentos.

O estudo de Mannheim sobre geração mostra-se fecundo e oportuno. Deixando de lado possibilidades atraentes e ricas trazidas por inventários referentes à contribuição desse estudioso, penso ser importante destacar que a análise desenvolvida por Mannheim ajuda-nos a enfrentar a imprecisão conceitual que ronda o tema. E ainda: as ferramentas teóricas que desenvolve permitem-nos *romper com a ideia de uma unidade de geração concreta e coesa* (WELLER, 2010, p. 7).

Em análises referentes à sociedade contemporânea, a questão geracional conquista cada vez mais espaço, em decorrência do impacto das mudanças em curso sobre as diferentes gerações e sobre o relacionamento que entre elas se estabelece. Crianças e jovens se transformam em alvo especial de interesse. Afinal, se as transformações sociais incidem sobre os diversos sujeitos, é entre as novas gerações que o impacto das experiências trazidas por essas mudanças pode ser percebido de modo mais exacerbado.

As contribuições de Mannheim, mais uma vez, se apresentam instigantes e fecundas para alimentar nossa discussão. Considerado um pioneiro nos estudos sobre juventude, Mannheim (1968), comenta que o significado da juventude, o prestígio de que desfruta, as experiências que lhe são facultadas ou cerceadas só podem ser respondidas a partir da sociedade concreta na qual a juventude se situa. Juventude e sociedade devem ser considerados em *termos de reciprocidade* (ibid., p. 70). O significado da juventude varia entre as sociedades. Algumas prestigiam os idosos, outras, os mais jovens.

Para Mannheim, a especificidade da juventude é constituir-se em *um agente revitalizador* (p. 72), uma reserva para ajustamento a situações em rápida mudança. *A emergência contínua de novos participantes no processo social* (1982, p. 74), constitui um fenômeno relevante para a vida social, pois eles possibilitam a vitalidade e a dinamicidade das sociedades. Ao entrar em contato com a herança cultural de sua sociedade a juventude estabelece um *contato original* próprio de quem percebe a sociedade e seus conflitos como alguém vindo de fora. Esse tipo de contato torna-se '*potencialmente*' muito radical em se tratando de novas gerações. Isso ocorre porque, *com o advento do novo participante no processo da cultura, a mudança de atitude ocorre em um indivíduo diferente, cuja atitude em relação à herança transmitida por seus predecessores é completamente nova* (ibid., p. 75).

O jovem pode ser considerado um estranho ao grupo. Na linguagem sociológica, um homem marginal. Isso possibilita a juventude posicionar-se diferentemente daqueles que já estão habituados com as práticas sociais e as aceitam sem questionamentos. O espírito de aventura da juventude, o fato de ela não possuir interesses adquiridos e de não estar completamente enredada no *status quo* da sociedade, não naturalizando a ordem social vigente, fazem dela uma reserva latente de fundamental importância para a vida social.

Capaz de questionar o estabelecido, romper com padrões e buscar novos modos de tecer a vida, a juventude não desfruta, porém de um estatuto único. *A juventude*, adverte Mannheim (1968, p.74-5), *não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade*. Suas características poderão ser incentivadas ou reprimidas. Propostas inovadoras e situações conservadoras e reacionárias são desdobramentos possíveis de sua potencialidade. Depende, ensina-nos Mannheim, do uso dessa potencialidade pela sociedade.

As provocações trazidas pela análise de Mannheim nos fazem debruçar sobre situações experimentadas no cotidiano escolar e geram novas perguntas: Como temos nos relacionado com as gerações mais jovens? Como buscamos entendê-las e entender a geração adulta para além da homogeneidade, típica da história única? De que modo lidamos com os espantos e perplexidades dos jovens? O que fazemos de nossas docências em uma sociedade marcada por severas mudanças? São tantas inquietações...

Retomo a narrativa feita no início deste texto: O jovem e seu boné.

Entendo o boné como um dispositivo para pensar situações de estranhamentos, interdições e subversões experimentadas no cotidiano escolar. O boné - questão aparentemente pouco significativa – teve efeito de um estopim para me aproximar, mais uma vez, de embates que, diversas vezes, vivenciamos em nosso relacionamento com os jovens. Um novo mundo surge e com ele novos sujeitos e novas demandas se apresentam em nossas escolas.

Alunos não são apenas estudantes. São sujeitos com múltiplos pertencimentos - derivados de relações de gênero, etnia, religiosidade e outros. Precisamos percebê-los como indivíduos que se alegram e sofrem, refletem sobre si mesmos e sobre o mundo, possuem sonhos, projetos e dúvidas. Alunos são sujeitos de cultura. E a cultura não é um componente subordinado, mas constitutivo de nossas formas de ser, viver, entender e explicar o mundo (HALL, 1997). O modo de ser e de estar de nossos alunos não estaria nos convidando ao diálogo com práticas culturais que, muitas vezes, não encontram acolhimento em ambientes escolares, ainda que aí estejam

presentes? A concepção que alimentamos a respeito de nossos alunos, com frequência, não dá conta dos sujeitos concretos que habitam nossas escolas, dos processos de subjetivação e de produção de identidade que os constituem. A subversão dos jovens pode representar um sintoma de descompasso entre um novo sujeito histórico, portador de outros valores e demandas, e práticas institucionais despreparadas para acolhê-lo (AQUINO, 1996). Considerar tais subversões pode ser um apelo para incluirmos novas perguntas e respostas no debate educacional.

O boné - usado para realçar ou camuflar algum traço físico, para conectar o jovem a seus pares, entre outras possibilidades - nos sinaliza o quanto escapa, inúmeras vezes, a nós, adultos, os sentidos das práticas juvenis, fazendo delas fonte de desavenças e conflitos. A atenção às práticas, aos gostos, às culturas dos grupos juvenis talvez nos permitisse considerar dimensões por vezes negligenciadas nas escolas ou em estudos a seu respeito: a festa, a leveza, a sensibilidade, a identidade coletiva e a solidariedade (CARRANO, 2000).

O boné representa um apelo para dialogarmos a respeito das tantas proibições presentes no espaço escolar e em muitos outros, para repensarmos a plausibilidade das justificativas formuladas pelos agentes institucionais para a manutenção de certas práticas. Um alibi para trazer à tona conflitos desencadeados por normas que parecem não ter de sentido para os sujeitos envolvidos. Conflitos que, escamoteados no ambiente escolar, ganham visibilidade e adensamento nas redes sociais. Entendo o boné como um caminho para colocarmos em xeque verdades *inquestionáveis*, práticas que, há tanto utilizadas por nós, já deixaram de nos interpelar. Foram naturalizadas. O jovem, ao perceber nossos fazeres como um estranho (MANNHEIM, 1982), convida-nos a uma outra mirada: a reavaliarmos o que é apresentado como posto e definitivo.

Atitudes de desconfiança e de temor que as incursões pelo proibido ocasionam levam-nos a interrogar se o modo hegemônico de interpretação do entorno, arraigado a certezas, à ordem, nos permite enfrentar as questões com as quais nos deparamos na contemporaneidade. Penso ser urgente acolhermos a ideia de que a vida não é feita de linearidades: certezas, acertos, obediência, previsibilidade se mesclam a dúvidas, erros, incertezas e subversões.

Creio com Arendt (1998) que o *hábito é o eterno ontem e não tem futuro. Seu amanhã é idêntico ao hoje*. Supervalorizar o que é habitual torna-se um entrave para problematizarmos crenças sobre as quais assentamos nosso viver, para reinventá-las quando necessário. Para nos perguntarmos se as reivindicações e insubmissões de nossos jovens não podem ser concebidos de outro modo: como possibilidade promissora.

As subversões de nossos jovens – e de tantos outros -, sinalizam-nos que, no cotidiano, apesar das prescrições e normatizações aí presentes, homens e mulheres são capazes de se insurgirem contra o discurso normativo hegemônico, de violarem os interditos, recriando a ordem estabelecida. *O cotidiano*, aprendemos com Certeau (1998, p. 38), *se inventa com mil maneiras de caça não autorizada* e mostra-nos que a relação entre indivíduo e sociedade se dá em uma trama complexa, incapaz de ser captada de forma unidirecional, reducionista.

A subversão dos jovens possibilita-nos pensar o processo socializador como plural, aberto, capaz de gerar não só adaptações como reapropriações e reconfigurações, responsáveis pela dinâmica social. Ainda que as teorias clássicas de socialização destaquem o papel das gerações mais velhas sobre as mais novas, as aprendizagens que ocorrem nesse processo não se fazem em um único sentido. No relacionamento entre as gerações há um fluxo ininterrupto. O passado construído e o futuro planejado se mesclam nas trocas efetivadas na convivência cotidiana. É nessa convivência, é nessa comunhão, palavra cara a Freire (1987), que aprendemos e ensinamos. É nessa convivência que podemos observar os indivíduos como sujeitos plurais, mergulhados em processos múltiplos e diferenciados de construções e atualizações contínuas de si mesmos e da vida social. Na trama das relações aí estabelecida, como no caso narrado a respeito do boné, *não apenas o professor educa seu aluno, mas o aluno também educa o professor* (MANNHEIM, 1982, p.83). Jovens, com suas incursões no desconhecido, no ainda não pensado, nos caminhos apontados como impróprios e subversivos estimulam a renovação do pensar, do sentir e do fazer habituais da geração adulta, provocando sua revitalização. Entre encontros e desencontros, subversões e acordos, proibições e escuta, os diversos *espaçotempos* de *ensinoaprendizagem* podem ser pensados como uma arena na qual velhos e novos significados se confrontam, redefinindo posicionamentos e fazendo com que a história das gerações seja constantemente recriada (SALEM, 1980).

Esse encaminhamento da questão não implica ignorar o legado das gerações anteriores, negar ou minimizar o papel da memória para a vida social. Ainda que esse estudo não se detenha em tal debate, destaco que, na perspectiva abraçada, apenas insisto que a transmissão da experiência acumulada não pode se dar de modo encapsulado, sem possibilidades de réplica.

O processo de socialização experimentado pelas novas gerações é bem diferente do vivenciado pelas gerações anteriores (SETTON, 2005). O poder da tradição, das agências normativas tradicionais é colocado em cheque por ideais de autonomia e liberdade que conquistam maior espaço na cena contemporânea. Novas dinâmicas se fazem presentes na

vida dos indivíduos, exigindo que eles se envolvam de modo constante em processos decisórios (PAIS, 2007). Escolher torna-se um imperativo. A palavra dos grupos e instituições tradicionalmente envolvidos com a educação – família, escola, igreja – é cada vez mais colocada em confronto com outras falas, oriundas de diferentes fontes e perspectivas. As redes de sociabilidade se multiplicam, ampliando o leque de possibilidades de escolhas, trazendo novas alternativas para o processo decisório, gerando com frequência, desconfortos, tensões e atritos na família e na escola, em função da escolha se fazer pautada em caminhos não definidos por essas instituições (MELUCCI, 2001).

Entendo ainda que o significado de normas no espaço escolar não deve ser ignorado. Normas são essenciais para a vida em comum, mas essa afirmativa precisa ser problematizada. Que normas? Como se dá o processo de sua construção e reelaboração? São tantas perguntas... Se a confusão entre autoridade e autoritarismo tem, por vezes, sido responsabilizada por um certo imobilismo dos adultos no convívio com os mais jovens, outras possibilidades de sentido na relação dos adultos com os mais jovens têm sido destacadas (JOBIM E SOUZA E GAMBA, 2002; DAYRELL, 2005). Professores não podem se omitir de seu papel de interlocutores, diante das dúvidas e perplexidades trazidas pelos alunos. Enquanto geração adulta, são portadores de um mundo de valores, projetos e utopias a ser partilhado com os mais jovens. A ausência de um interlocutor adulto é para as gerações mais jovens um fardo pesado demais. A autonomia, tão reclamada nos processos de educativos, não se dá quando os outros, os tantos outros, são desconsiderados. Autonomia requer mediação. O ofício de ser aluno e cidadão pode e deve ser aprendido na escola e, para isso, as novas gerações *precisam contar com a contribuição da instituição e seus agentes nesta humana e árdua tarefa de co-existir* (CARRANO, 2009, p. 5).

Em uma sociedade marcada pelos ideais de autonomia e individualização, somos convidados a buscar outros jeitos de estar juntos, diferentes daqueles construídos na modernidade. Um ambiente democrático entre adultos e as gerações mais novas não se constrói pela ausência da palavra do adulto. Não se estabelece quanto tomamos decisões ignorando a necessidade dos mais jovens construírem suas próprias respostas. Um ambiente democrático requer mais. Exige diálogo, formulação de questões, contraponto de ideias. Creio que o exercício da conversa na escola - como maneira de respeitar as diferenças, de questioná-las, de gerenciar conflitos e criar normas que facilitem a vida em comum - precisa ser ampliado. Penso que, nesse processo de conversação, a palavra permite-nos desnaturalizar o estabelecido e formular novos começos. Novos começos fundados na tessitura de redes interativas mais sensíveis à escuta do

outro, à sua alteridade. Certamente, por essa via, podemos reinventar maneiras de nos relacionarmos com as gerações mais novas, buscando outras formas de convivialidade nas quais a *segurança necessária e independência reivindicada*, (SINGLY, 2006, p.25) se articulem.

A provocação trazida pelo boné continua se fazendo movimento. Rememoro o diálogo entre o diálogo entre Sherlock Holmes e Watson e abraço, mais uma vez, as possibilidades trazidas pelo mergulho no cotidiano:

— *Você parece ter visto nela uma série de coisas invisíveis para mim.*
— *Não invisíveis, mas despercebidas, Watson. Você não sabia para onde olhar e por isso perdeu tudo o que era importante. Eu nunca consigo fazer você perceber a importância das mangas das roupas, o caráter sugestivo das unhas dos polegares ou as grandes pistas que estão atadas aos cadarços de uma bota...*

(Truzzi, 1991, p.26)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: _____ e OLIVEIRA, Inês Barbosa (Orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. P.13-38.

AQUINO, J. G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: _____. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996. P.39-55.

ARENDT, Hannah. **O Conceito de Amor em Santo Agostinho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BEZERRA JR, Benilton. Avareza. In: YUNES, Eliane e BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (Orgs.). **Pecados**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2001. P 32-43.

BOBBIO, Norbert. **O tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRANO, Paulo. **Violência nas escolas** UFF DEBATE BRASIL . Niterói, 19 de maio de 2009.

Disponível em:

http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Carrano_Violencia_escolas.pdf

Acesso em: 23 de agosto de 2011

_____. **Identities juvenis e escola. Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos.** São Paulo: Parma. nov.2000 (10): 9-18.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In:_____.**Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999. P. 136-161

DOMENECH, Miguel, TIRADO, Francisco e GÓMEZ, Lucia. A dobra: psicologia e subjetivação. In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). **Nunca fomos humanos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P.111-136.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1967.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FEIXA, Carles & LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade & Estado.** Brasília, v. 25, n. 2, Mai-Ago 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000200003&script=sci_arttext>

Acesso em: 14 fevereiro 2013

FORBES, Jorge. **A psicanálise do Homem desbussolado. As reações do futuro e o seu tratamento.** Comandatuba, 2 de agosto de 2004. IV Congresso da Associação Mundial de Psicanálise,- SP, em 4 de agosto de 2004.

Disponível

em

http://www.psicanaliselacaniana.com/estudos/psicanalise_homem_desbussolado.html

Acesso in: 23 de outubro 2011.

FORQUIN, Jean Claude. **Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações.** IN: Congresso Internacional Co-educação de Gerações, São Paulo: SESC, 2003. Disponível em [sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/83.rtf](http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/83.rtf). Acesso em: 9 set. 2009

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade.** Porto Alegre. v. 22, nº2, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octavio As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** vol. 13 n. 37 São Paulo: June 1998. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 7 abr 2009.

JOBIM E SOUZA, Solange e GAMBIA JR, Nilton. Novos suportes, antigos temores: tecnologia e confronto de gerações nas práticas de leitura e escrita. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 21 Set/Out/Nov/Dez 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/>>. Acesso em: 15 abr 2005.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Entrevista. Tradução e apresentação de Norma Missae Takeuti Revisão de Lilia Junqueira. Chonos. Natal-RN, v.10, n2, p.165-177, jul/dez.2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

MANHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita, (Org). **Sociologia da Juventude I: Da Europa de Marx à América Latina Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. P. 69-94.

_____. O problema sociológico das gerações. In FORACCHI (org.). Marialice M. **Karl Mannheim: Col. Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo: Ática, 1982 P. 67-95.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente.: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

NAJMANOVICH, Denise. **O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

PAIS, Machado José. **Vida cotidiana Enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Cotidiano e reflexividade. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 23-46, jan./abr. 2007 P. 23- 46

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a03v2898.pdf>>

Acesso em: 22 agosto 2012

SALEM, Tânia. **O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente. Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social**, v. 17, n. 2. p. 335-350 novembro 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a15v17n2.pdf>>

Acesso: 25 abril 2012

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

VELHO, Gilberto. **Ciências sociais e biografia individual**. Aula inaugural do curso de graduação em Ciências Sociais do CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 6 de março de 2006.

Disponível em:

<<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2264/1403>>

Acesso em março 2011.

SINGLY, François de. **Uns com os outros: quando o individualismo cria laços**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim **Sociedade & Estado**, Brasília, Vol. 25 n. 2, mai-ago 2010.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000200004&script=sci_arttext>

Acesso em: 14 fevereiro 2013

SEBEEK, Thomas A. e UMIKER-SEBEEK, Jean. Você conhece meu método - uma justaposição de Charles Peirce e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto e SEBEEK, Thomas (Orgs.). **O Signo de Três**. São Paulo: Perspectiva, 1991. P.13-58.

O CAMINHO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA VISTO A PARTIR DE UMA ETNOGRAFIA DA CONFRARIA DE SANTIAGO DO RIO DE JANEIRO

Daniel Martinez de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF

Antropólogo do MAI/IBRAM-Ministério da Cultura

E-mail: daniel_martol@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresenta alguns aspectos relevantes e dados iniciais de uma pesquisa sobre o fenômeno conhecido como Caminho de Santiago, que envolve a etnografia de uma Confraria de Santiago, e cujo intuito principal é entender como se dá a construção ritual da categoria denominada *peregrino* e de uma “identidade peregrina” calcada na experiência da peregrinação ao sepulcro de São Tiago Maior na Espanha.

Palavras-chave: Caminho de Santiago – Ritual – Peregrinação

RESUMEN

El artículo presenta aspectos relevantes y datos iniciales de una investigación acerca del fenómeno conocido como Camino de Santiago, que envuelve la etnografía de una Cofradía de Santiago y cuyo designio principal es comprender como se da la construcción ritual de la categoría denominada *peregrino* y de una “identidad peregrina” calcada en la experiencia del peregrinaje al sepulcro de Santiago Mayor en España.

Palabras clave: Camino de Santiago – Ritual – Peregrinación

O texto que apresento a partir de agora envolve um trabalho de pesquisa sobre o fenômeno conhecido como *Caminho de Santiago*. Trata-se de um conjunto de rotas de peregrinação a Santiago de Compostela que é responsável pelo deslocamento de milhares de pessoas, todos os anos, para aquela cidade da Espanha. No ano de 2010, por exemplo, foram 272.135 pessoas, segundo dados oficiais do *Informe Estadístico Año Santo 2010*, um documento com versões anuais, produzido pela Arquidiocese de Santiago de Compostela.

Várias são as motivações que levam as pessoas a percorrerem o *Caminho*, entre as quais podemos destacar: as buscas espirituais, o turismo religioso ou espiritualista, a aventura pessoal, a busca pelo autoconhecimento, a prática da peregrinação religiosa tradicional e o turismo como é concebido tradicionalmente. Segundo o mesmo documento, no ano de 2010, 54,74% declararam como religioso o motivo da peregrinação; 40,19% como religioso e/ou espiritualista; e 5,07% como não religioso.

O trabalho em questão faz parte de uma etnografia que vem sendo feita junto à Confraria de Santiago no Rio de Janeiro, uma instituição ligada à Igreja Católica Romana e pautada no Direito Canônico, que tem como objetivo divulgar o *Caminho* e incentivar a peregrinação cristã a Santiago de Compostela. A unidade social de análise é o grupo formado pelos confrades que se organizam em prol do Caminho e por visitantes que participam das atividades oferecidas pela confraria. O intuito principal da pesquisa tem sido entender como se dá a construção ritual da categoria (nativa) denominada *peregrino* e de uma “identidade peregrina” calcada na experiência da peregrinação ao sepulcro de São Tiago Maior na Espanha.

Meu intuito aqui é apresentar alguns aspectos relevantes e dados iniciais da pesquisa. Para isso, trago um rápido histórico do fenômeno, uma apresentação das bases teóricas e um esboço de análise metodológica.

O Caminho de Santiago se configurou, desde a Idade Média, como uma série de rotas de peregrinação que partiam de todas as direções do continente europeu e culminavam na cidade de Compostela, na Espanha. Tratava-se, em seus primórdios, de um itinerário ligado, especificamente, à esfera devocional, mas há trabalhos (BOTTINEAU, 1965; CARNEIRO, 2007) que relatam também a utilização das várias rotas de peregrinação para fins vários. Assim, há

narrativas de pessoas que eram “condenadas” a fazer o *Caminho* por juizados eclesiásticos e também leigos, de forma a se purificarem; ou pessoas que faziam os percursos para se livrar de penas pesadas. De qualquer modo, esse tipo de experiência era legitimado pela esfera religiosa, uma vez que poderia ser reconhecida como forma de contato com o sagrado, de crescimento espiritual, expiação de pecados e proximidade com a pureza divina almejada pelos cristãos medievais.

A narrativa mais cultivada sobre a origem da peregrinação identifica o início de tudo a partir da morte do apóstolo Tiago Maior, a mando de Herodes, após o seu retorno de uma longa viagem de pregações pelas terras da então *Hispania*. Após seu assassinio, seu corpo teria sido levado por seguidores de volta a *Hispania*, e lá enterrado em um sepulcro especialmente preparado para recebê-lo. A narrativa dá conta de que o sepulcro teria ficado desaparecido por oito séculos, até que foi redescoberto, milagrosamente, pelo asceta Pelayo, na região de Iria Flavia. Pelayo estaria meditando quando observou fulgores no local em que, posteriormente, o bispo Teodomiro declarou ser o do sepulcro do apóstolo São Tiago Maior.

Passaram, então, a surgir as primeiras peregrinações em direção ao sepulcro, cujo crescimento em importância costuma ser atribuído a três fatores principais (ALEGRE, 2004): 1) a concessão a Compostela do título de Sede Apostólica (1095) pelo papa Urbano II, igualando-a a Roma; 2) o surgimento do *Liber Sacti Iacobi* (1140), compilado por Aymeric Picaud e atribuído ao Papa Calixto, em que está incluído o *Liber peregrinationis*, um guia dos itinerários fixados pelos reis leoneses e navarros para se chegar ao sepulcro; 3) o estabelecimento pelo Papa Alexandre III da *Regis Aeterni* (1179), a Indulgência Plenária para todo peregrino que chegasse a Compostela naquele Ano Santo. A isso se somam dois outros fatores: a ação de Carlos Magno de colocar o Caminho sob sua proteção e as visões do apóstolo, pelos soldados cristãos, em plenas batalhas durante as Cruzadas.

Hoje o Caminho de Santiago é feito por pessoas de muitas nacionalidades (CARNEIRO, 2007; SOUSA, 1999), que apresentam objetivos os mais variados. As rotas foram quase todas restauradas e há serviço de albergues e hospedarias para os peregrinos. Algumas dessas estalagens são patrocinadas pela Igreja Católica, e há aquelas financiadas pela *Xunta de Galicia*, órgão que representa o governo da Comunidade Autônoma da Galícia. Também há aquelas que são mantidas por associações de peregrinos do Caminho de Santiago, que se encontram espalhadas por todo o mundo.

As organizações católicas que cuidam de congregar e “formar” os peregrinos são as confrarias. Todas elas estão ligadas à *Archicofradía Universal do Apóstolo Santiago*, que foi criada em 1499 através de uma bula papal, em Santiago de Compostela, com o título de *Archicofradía del Apóstol Santiago*. Atualmente, muitos lugares da Espanha, de outros países da Europa e do mundo têm suas Confrarias.

Ao informar sobre a existência de confrarias no Brasil, o *site* da Confraria de Santiago no Rio de Janeiro oferece a seguinte resenha histórica:

No Brasil, a primeira Confraria foi fundada no estado do Ceará, no Nordeste, em 1604, segundo alguns historiadores. Seria, depois da de Santiago, a mais antiga do mundo. No Rio de Janeiro um grupo de peregrinos católicos pertencentes a uma associação de amigos do caminho de Santiago decidiu fundar uma Confraria, a segunda do Brasil, para promover e auxiliar o caminho de peregrinos que quisessem algo mais do que simplesmente caminhar. Um caminho com uma meta, um caminho de transformação espiritual, um caminho ao túmulo de um apóstolo de Cristo, Tiago, o primeiro a ser martirizado. Uma entidade que oferecesse ao peregrino que procura este caminho, mais do que uma associação de amigos do caminho oferece. Além da orientação específica sobre o caminho, uma orientação espiritual. No final de dezembro de 2008, 20 peregrinos iniciaram a elaboração dos estatutos, auxiliados por um conselheiro eclesialístico, Monsenhor André Sampaio. Submetidos à apreciação da *Archicofradía*, foram considerados adequados em julho de 2009. Em agosto de 2009 os estatutos foram apresentados ao Arcebispado do Rio de Janeiro, e no final deste mês foi realizada a Assembleia Geral para aprovação dos estatutos e a eleição da primeira Diretoria. (Disponível no *site* da Confraria).

Sobre a finalidade da Confraria do Glorioso Apóstolo Santiago no Rio de Janeiro, gostaria de destacar os seguintes pontos do seu Estatuto:

Artigo 3º - A Confraria tem por finalidade:

- a) Divulgar o culto ao Apóstolo Santiago, e
- b) Ajudar a vida cristã dos confrades.

Artigo 4º - A Confraria se propõe a:

- a) Estimular a peregrinação ao Sepulcro do Apostolo Santiago de Compostela na Espanha.
- b) Buscar, por todos os meios, que o peregrino seja acolhido e bem atendido, na sua peregrinação em todos os caminhos que o conduzem a Santiago, como uma exigência da caridade cristã.
- c) Oferecer elementos de ajuda para que a peregrinação seja uma ocasião de evangelização para os peregrinos.

[...]

h) Oferecer elementos de ajuda para que a peregrinação seja uma oportunidade de crescimento espiritual, cultural e comunitário; [...]

l) Ser um órgão representativo, no Brasil, da Archicofradía Del Glorioso Apóstol Santiago, junto a Arquidiocese do Rio de Janeiro, zelando pelos interesses dos peregrinos brasileiros;

m) Fornecer aos peregrinos a Credencial emitida pelo Arcebispado de Santiago de Compostela;

Aí fica clara a função devocional e evangelizadora da instituição, baseada na ajuda mútua entre confrades e na divulgação e fomento do *Caminho*, priorizando a experiência da peregrinação religiosa cristã.

Além das confrarias, existem as associações de amigos do Caminho de Santiago, que congregam pessoas interessadas pelo assunto e também fazem reuniões que constam de palestras, depoimentos e oferecem suporte aos peregrinos. As associações também oferecem informações sobre como organizar a viagem, o que levar, o que ver; oferece dicas sobre gastos, locais que devem ser visitados, os símbolos mais importantes e os ritos principais que devem ser cumpridos durante a peregrinação.

A partir da pesquisa que vem sendo realizada na Confraria do Rio de Janeiro, pode constatar que há um trânsito de pessoas entre as duas modalidades de congregação, ou seja, que participam das reuniões da confraria e também da associação amigos do *Caminho* do Rio de Janeiro. Ambas as organizações, inclusive, utilizam as dependências da *Casa de España*, no bairro de Humaitá, no Rio de Janeiro, para as suas reuniões.

A partir dos anos 1980, a cidade de Santiago de Compostela passou a representar um “Itinerário Comum Europeu” (CARNEIRO, 2007), dentro de um ideário representativo da União Europeia enquanto conjunto variado de países e nações, culturas e línguas, irmanados pela história e comungando de uma raiz cristã supranacional. Apesar de todas as particularidades e da administração por diferentes estados, é fomentada a ideia de uma “europeidade”, que é difundida por organizações governamentais e representantes da União Europeia. O Caminho de Santiago tem sido evocado em uma gama de momentos em que essa mitologia aparece.

A partir desse período, o *Caminho* também passou a ser protegido e foram feitos planos de ordenamento e recuperação das rotas. O Papa João Paulo II também proferiu vários discursos, convidando os jovens a ir a Santiago de Compostela no ano de 1989, em busca das

chamadas “raízes cristãs da Europa”; o encontro reuniu 500 mil pessoas na cidade (CARNEIRO, 2007, p. 66).

No momento atual, um número cada vez maior de pessoas afluí à cidade, através dos caminhos, principalmente aquele conhecido como Caminho Francês, considerado o principal e o mais tradicional pelos entusiastas do *Caminho*. A isso vem se somar a prática da peregrinação intercontinental, cujo número de brasileiros cresce a cada ano. Segundo dados do já citado *Informe Estadístico Año Santo 2010*, os brasileiros representaram a oitava maior predominância entre 140 nacionalidades apontadas, perfazendo um total de 2.121 peregrinos naquele ano.

Em relação aos estudos que têm sido feitos sobre o tema, existem inúmeras obras de referência produzidas por espanhóis, outros europeus e estadunidenses. Dentro da produção acadêmica brasileira, entretanto, são poucas as referências em relação aos estudos sobre o *Caminho*. As principais delas são os livros *A pé e com fé* (CARNEIRO, 2007) e as pesquisas de Rodrigo Toniol e Carlos Alberto Steil no Rio Grande do Sul (TONIOL, 2011).

Cabe ressaltar, porém, a profusão de publicações não acadêmicas de brasileiros e estrangeiros sobre o *Caminho*, principalmente após a difusão do livro *Diário de um mago* (COELHO, 1990[1987]), de autoria de Paulo Coelho. No *site* da Confraria de Santiago no Rio de Janeiro, foi disponibilizada uma lista com esta produção. Dentre as obras enumeradas, existem cerca de 220 livros sobre o assunto; a maior parte deles é de brasileiros.

Apesar de enumerar todas essas obras, o *site* apresenta somente algumas delas como "Livros Indicados". Estes livros são principalmente de autores católicos, em especial clérigos que apresentam uma narrativa de cristianização através da experiência da peregrinação a Santiago de Compostela. Esse fator mostra uma preocupação com a transmissão de um discurso balizado pela tradição católica em relação ao fenômeno da peregrinação, em disputa com outros discursos, como aqueles apresentados por autores mais voltados a um tipo de apropriação do *Caminho* mais referenciada nos movimentos *New Age*.

O foco central da pesquisa em curso é a esfera dos rituais levados a cabo no fenômeno da peregrinação. Sob essa perspectiva, é muito importante a atenção aos ritos específicos e

aos símbolos presentes em todas as manifestações do mesmo. Além disso, a principal perspectiva aqui adotada é a de que a própria peregrinação – enquanto experiência individual e constituinte de um fenômeno coletivo – pode ser vista como um rito de passagem.

Para desenvolver este tipo de análise, me baseio, principalmente, em algumas ideias de Victor Turner (TURNER, 1973; 1974; 2005; 2008; TURNER & TURNER, 1978), tanto no que diz respeito às suas teorizações sobre os rituais em geral, quanto pelo estudo sistemático que ele realizou sobre as peregrinações como ritos de passagem.

Turner partiu, inicialmente, dos estudos de Arnold Van Gennep (VAN GENNEP, 1978[1909]), para quem os rituais tinham três fases bem marcadas: um período de separação, um estágio liminar e um período de reagregação. Cada uma dessas fases – e, por conseguinte, todas elas – era vista como fase universal de todo ritual de passagem.

Inspirado por esta abordagem, procuro, inicialmente, identificar, com base nos dados empíricos, os momentos que se assemelham às fases apontadas por Van Gennep e aprofundadas por Victor Turner. Deste modo, aponto o momento de preparação e deslocamento para o *Caminho* – quando as pessoas deixam seus lugares de residência e se afastam do país, dos familiares e da rotina etc. – como um período de separação. Quando elas se encontram no percurso – no que identificam como a peregrinação *per se* – vejo o momento da margem, no qual as pessoas se unem a outras em uma caminhada estabelecida em um mundo profano mas que leva a um lugar considerado sagrado. Este período liminar é o da indefinição, da suspensão de algumas características que o ser social porta ou que a ele são atribuídas relacionalmente pelos outros e por ele mesmo. Após este tempo, e depois de cumprir inúmeros ritos e chegar ao final da trajetória, é a hora de voltar para as suas vidas e a rotina cotidiana, renovadas por esta experiência, em um momento de (re)agregação. É quando retornam, já com o *status* redefinido: como o *peregrino* que **fez** o *Caminho*.

Outra importante posição é a de que todos os símbolos rituais possuem vários significados. Isso determina que cada símbolo represente muitos assuntos e que cada assunto possa ser representado por muitos símbolos. E do mesmo modo, os símbolos rituais possuem polaridades. Temos de um lado, por exemplo, o que Turner chamou de “polo ideológico”, e do outro o “polo sensorial”. O primeiro está ligado à organização social e às normas e valores de uma sociedade; o segundo se relaciona a fenômenos fisiológicos e emocionais.

Essas minúcias em relação aos símbolos envolvidos e a todos os ritos realizados fazem com que a descrição detalhada seja essencial. Bem como a análise dos fatores emocionais e

fisiológicos, cujas forças são evocadas; em como essas forças influem no resultado final da experiência vivida na peregrinação e como são interpretadas a partir de um conjunto de práticas e da normatividade instaurada no discurso católico predominante. Também importa dizer que símbolos têm outro tipo de polaridade (TURNER, 2005), pois atraem para si sentidos mutáveis. Assim, o mesmo signo pode ter sentidos diferenciados de acordo com a sua ocorrência.

Um exemplo dessa mutabilidade dos significados é a própria transformação que sofre o símbolo central do culto a Santiago e da peregrinação: as imagens – a imagética e a conteudística – do Santo e seus atributos, que se estabeleceram e modificaram ao longo dos séculos e que, em certa medida, se perpetuam até os dias de hoje. Assim, São Tiago Maior pode adquirir o atributo de protetor, ou de guerreiro que combate os infiéis (*Santiago Matamoros*), ou ainda de peregrino (o São Tiago com cabaça e cajado, carregando, num colar, uma vieira). Esses sentidos do mesmo símbolo aparecem ou são evocados em diferentes momentos e diferentes situações, e esses conteúdos são comunicados de diferentes maneiras ao longo dos processos que antecedem e durante o *Caminho*.

Nas reuniões que preparam as pessoas para a peregrinação, esses símbolos são mostrados e explicados, e o seu significado é transmitido aos participantes. Assim, em uma das reuniões, anotei uma fala da palestrante sobre a imagem identificada a *Santiago Matamoros*, que remete às visões que alguns cruzadistas tiveram do Santo nas "guerras santas" da Idade Média. Nessas visões, e nas representações de *Santiago Matamoros*, seus atributos principais são a espada e o cavalo. Nela São Tiago é um guerreiro de Deus contra os "infiéis" muçulmanos.

O que essa imagem evocou – e provavelmente ainda evoca em uma parcela dos devotos do Santo – é especialmente forte, principalmente em relação a sua eficácia em referenciar a diferença entre cristãos e não-cristãos (sobretudo na Europa medieval). Hoje em dia já não se usa falar em *Santiago Matamoros*; segundo a dirigente da Confraria de Santiago no Rio de Janeiro, “*Hoje não se fala mais Santiago Matamoros; é politicamente incorreto. Hoje é Santiago Cavaleiro*”. Trata-se, ainda assim, de uma imagem em que o Santo empunha uma espada, simbolizando o guerreiro que luta contra o mal no mundo. De qualquer forma, esses *sacra* não têm, muitas vezes, seus conteúdos transmitidos verbalmente (BARTH, 1975), são simplesmente expostos para serem vivenciados como experiências imediatas, e seu conteúdo simbólico é emocionalmente apreendido e incorporado nessa vivência direta do símbolo.

Outras duas noções são muito importantes para este estudo: a de “liminaridade” e a de “estado” – como algo que se estende para além das de *status* e de posição social –, englobando estados mentais, sentimentais e afetivos, estados de ser. Nos ritos de passagem, como os de peregrinação, opera uma mudança de posição ou *status* nos indivíduos, e a liminaridade pode anular as hierarquias e posições sociais, para reagregar os indivíduos com *status* renovado, o que pode envolver uma mescla entre sagrado e profano, entre a homogeneidade e a camaradagem.

Turner deixa clara a sua consideração sobre as peregrinações enquanto fenômenos liminares em passagens como a seguinte:

Em trabalhos anteriores, descrevi minhas preocupações teóricas, incluindo o estudo de “unidades processuais”, “antiestrutura” social e semântica dos símbolos rituais. Todos estes interesses convergem nos processos de peregrinação [...]. Isto porque as peregrinações são fenômenos liminares. (TURNER, 2008, p. 156).

Pode-se pensar, também, em destacar algumas polaridades a partir do fenômeno da liminaridade, que se dá, ainda, por relações espaciais. Podemos colocar, de um lado, a vida cotidiana e sedentária (duas formas de fixidez) e de outro o nomadismo do peregrino (a viagem); de um lado, o profano e, de outro, o sagrado; de um lado, a valorização da estrutura social e, de outro, a *communitas*.

Ainda na voz de Turner,

Tendo a ver a peregrinação como aquela forma de antiestrutura simbólica institucionalizada (ou talvez metaestrutura) que substitui os principais ritos de iniciação da puberdade nas sociedades tribais como a forma histórica dominante. [...] Seu *limen* é muito mais longo do que aquele dos ritos de iniciação (no sentido de que uma viagem longa a um local sagrado costuma levar meses ou anos), e gera novos tipos de liminaridade e *communitas* seculares. (TURNER, 2008, p. 170).

Nos rituais de passagem, durante a fase de liminaridade, o indivíduo é liberado da estrutura, e ingressa na *communitas*, ou seja, numa situação antiestrutural. Como se apresenta na teoria, o indivíduo é entregue à *communitas* e só regressa à estrutura após ser

revitalizado pela experiência por que passou. Em resumo, Turner relaciona a peregrinação ao período liminar e à *communitas*.

É por causa da existência dessa experiência “liminoide” ou quase liminar (TURNER & TURNER, 1978) e da formação desse tipo de *communitas* que eu acredito que, mesmo após o término da peregrinação, as mudanças interiores do sujeito são tão profundas, o compartilhamento da experiência tão próximo, a identificação tão concreta e a anulação de nacionalidades e hierarquias tão clara, que os efeitos dessa experiência devam perdurar por muito tempo.

A pesquisa vem-se desenvolvendo em duas partes. De início, consiste na observação e participação nas reuniões mensais da Confraria de Santiago e em outras atividades promovidas pela instituição: as missas dominicais, as caminhadas de fim de semana, os encontros, as festas e as comemorações especiais em honra ao Santo. Isso é feito através da presença nas reuniões e nas demais atividades realizadas pela confraria; com visitas a locais de peregrinação e o acompanhamento de rituais, como missas e ritos específicos; com a observação e a notação dos comportamentos das pessoas envolvidas; e a frequência a locais de convívio entre elas, como os albergues, as igrejas, os locais de visitação, entre outros.

Posteriormente, faz-se necessário o ato de percorrer o principal dos caminhos (o Caminho Francês); a hospedagem nos albergues e estalagens; o acompanhamento dos ritos do *Caminho*; a visita aos lugares mais importantes e a convivência com peregrinos de todo o mundo. A fluidez espacial dos sujeitos investigados tem de ser levada em conta, já que estamos falando de uma peregrinação intercontinental. Por isso mesmo, os depoimentos e as entrevistas, que serão realizadas antes e depois, servirão para completar os dados que serão obtidos a partir da minha própria “peregrinação”.

Para a execução do trabalho de campo, inspiro-me no tipo de abordagem metodológica da “*descrição densa*” apontada por Clifford Geertz (GEERTZ, 1989). A ideia é a de que não basta o trabalho de coleta máxima de dados, no estilo de “quanto mais, melhor”. A tarefa da construção teórica “*não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas; não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles*”

(GEERTZ, *Idem*, p. 36). Isso quer dizer que o objetivo da “descrição densa” é chegar a conclusões gerais a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados, levando em conta suas especificidades complexas. Ou seja, ter a capacidade de compreensão capilar.

Assim, como exemplo, trago a passagem abaixo, retirada de minhas notas de campo, em que se pode, em um primeiro momento, auferir se tratar de uma simples narrativa sobre um elemento simbólico relacionado ao Caminho de Santiago:

Ao falar sobre a fachada, a Sra. ‘C’ identificou um caráter apotropaico da mesma. Em seguida, pôs-se a observar as figuras esculpidas, e disse: “Condenados e salvos: tem mais condenados que salvos. Agora que eu percebi isso!”. Todos riram.

Ela disse que toda a história da Bíblia está contada no Portal da Glória, e apontou para a parte da obra que é conhecida como “árvore de Jessé”, dizendo retratar a genealogia de Maria. Ela apontou para o local da coluna em que há um grande orifício, dizendo que “qualquer um colocava a mão, mesmo não tendo feito o Caminho”, fato que a Igreja passou a proibir. Trata-se do conhecido (e até famoso) desgaste na pedra esculpida, provocado por séculos de erosão humana, através do toque das mãos dos peregrinos e visitantes da catedral.

No momento seguinte, a Sra. ‘C’ apontou para a figura que representa São João Evangelista, dizendo tratar-se de um dos irmãos de São Tiago Maior e enfatizando que ambos eram primos de Jesus.

Em seguida, ela se deteve por um certo tempo na figura de Daniel (conhecida pelos galegos como *Danieliño*). Há uma história popular que diz que *Danieliño* fora esculpido com o olhar voltado para a imagem de Ester, e que esta fora esculpida com seios avantajados. Sobre *Danieliño*, a Sra. ‘C’ disse: “Tem uma cara [...] meio safada. [...] Isso é o que inventam os galegos”. A história diz que mandaram cortar as mamas de Ester, que pareciam muito grandes. A Sra. ‘C’ levanta o fato de que em Arzúa há um queijo que dizem ser as *tetillas de Ester*, finalizando com o comentário, seguido de risos: “É coisa de galego”.

Ela fez, então, um apanhado geral das principais partes da igreja. Em certo momento, ela afirmou: “A Bíblia está todinha nessa igreja. Toda em pedra”. Em outro, ela asseverou: “A Catedral é a meta do Caminho. A gente vai lá para chegar à catedral”. (*Notas de campo do autor*).

Geertz fala da descrição etnográfica como interpretativa do fluxo do discurso social, em que se salva o “dito”, além de uma descrição microscópica. E que “a cultura, esse documento de interpretação, é [...] pública”, e que se a cultura é pública é porque “o significado o é” (GEERTZ, *Idem*, p. 22). O trecho acima se refere a uma descrição feita do Pórtico da Glória, presente na Catedral de Santiago de Compostela, apresentada pela dirigente

da Confraria de Santiago de Rio de Janeiro. Através dessa descrição, e salvando o dito em um curto intervalo de tempo, é possível extrair alguns elementos importantes, que vão muito além de um simples enunciado sobre um símbolo importante relacionado ao fenômeno compostelano.

É possível perceber, por exemplo, o caráter claro de transmissão do conteúdo simbólico segundo a visão católica predominante. Fazendo uso do humor como recurso retórico, a palestrante se pôs a transmitir aqueles conteúdos, publicizando-os. Assim, quando alertou para o fato de que havia mais condenados que salvos, apontando em seguida para a “história da Bíblia”, chamou atenção para a importância de se “manter na linha”. Da mesma forma, quando fala que a meta da peregrinação é chegar à igreja, o fluxo do discurso leva novamente para a história da Bíblia, fazendo entender que esta também deve fazer parte da meta do peregrino. Outro fator interessante é o comentário sobre o fato de que “qualquer um colocava a mão, mesmo não tendo feito o Caminho [referindo-se ao toque das pessoas no Pórtico da Glória, no lugar erodido por séculos de toques de mãos]”. Esta preocupação demonstra a importância que é dada ao ato da peregrinação em relação ao que é considerado legítimo ou não no universo do fenômeno compostelano, como concebido pelo grupo católico dos confrades.

Esse simples exemplo mostra como é possível aperceber-se de elementos simbólicos variados e importantes a partir de uma descrição detalhada de pequenos atos discursivos, que poderiam ser ignorados caso não se atentasse para esse detalhamento descritivo.

Gostaria de concluir essa apresentação inicial do trabalho em devir com o alerta que Bourdieu faz em relação a “[...] *tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que [...] permitam construir e analisar tais fatos*” (BOURDIEU, 2000, p. 50). O caminho convencionalmente científico seria aquele através do qual a pesquisa implicasse na dialética entre teoria e verificação, e não o contrário.

Por isso, a ainda parca análise que faço aqui reflete a necessidade de um aprofundamento no tema e no recorte do objeto que me proponho. E mais que isso, a

possibilidade de uma análise que leve em conta os aspectos empíricos e que não tente somente encaixar os fatos em "quadrados" teóricos, descuidadamente.

Neste trabalho, procurei mostrar um pouco sobre como venho tentando obter (dos fatos) dados que corroborem com a ideia de construção ritual do chamado *peregrino* compostelano. Nele tento firmar a ideia de que uma boa pesquisa deve envolver um domínio eficaz da teoria, mas que somente com a descrição detalhada dos fatos é que nos aproximaremos mais da realidade palpável.

- Referências -

- ALEGRE, Joaquín. *Raíces y claves de la peregrinación jacobea: caminar por estrellas*. León: Edilesa, 2004.
- BARTH, Fredrik. *Ritual and Knowledge among the Baktaman of New Guinea*. Oslo: Universitetsforlaget; New Haven: Yale, 1975.
- BOTTINEAU, Yves. *El camino de Santiago*. Barcelona: Orbis, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARNEIRO, Sandra de Sá. *A pé e com fé: brasileiros no Caminho de Santiago*. São Paulo: Attar, 2007.
- COELHO, Paulo. *O diário de um mago*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- SOSA, Antón Álvarez. *Homo peregrinus*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1999.
- TONIOL, Rodrigo. "O caminho é aqui: um estudo antropológico da experiência do Caminho de Santiago de Compostela em uma associação de peregrinos do Rio Grande do Sul, Brasil". In: *PASOS*, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 9(3). 2011.
- TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói, RJ: EdUFF, 2005.
- _____. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói, RJ: EdUFF, 2008.
- _____; TURNER, Edith. *Image and pilgrimage in Christian culture: Anthropological Perspectives*. Nova York: Columbia University Press, 1978.
- VAN GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978[1909].
- <http://www.confrariaapostolosantiago.com.br> (Consulta em 08/08/2012 às 15h00).
- Informe Estadístico Año Santo 2010* - Disponível em: www.peregrinossantiago.es. (Consulta em: 21/12/2012, às 14h00).

O AMBIENTE SOCIAL E RELIGIOSO NA ÉPOCA DE PAULO DE TARSO

Luciene de Lima Oliveira

Mestre em Letras Clássicas pelo PPGLC da UFRJ

Doutoranda em Letras Clássicas pelo PPGLC da UFRJ

oliveira-ll@uol.com.br

RESUMO:

O presente artigo tem por escopo descrever o ambiente social e religioso em que se insere Paulo de Tarso, mais conhecido como apóstolo Paulo, nascido, provavelmente, entre os anos 1 e 5 d.C. na cidade de Tarso na Cilícia (Ásia Menor). Em suas três viagens missionárias, que compreendem um período de mais de vinte anos, Paulo de Tarso discursou em vários lugares, onde propagou a mensagem cristã. A propósito, Ferguson considera Paulo como um “típico representante do movimento helenístico-romano” (FERGUSON, 1973, p. 36).

Palavras-chave: Paulo de Tarso – Mundo Greco-Romano – Cristianismo

RESUMEN:

El objetivo de este artículo es describir el ambiente social y religioso en el que opera Pablo de Tarso, más conocido como el apóstol Pablo, nació, probablemente, entre los años 1 y 5 en la ciudad de Tarso, en Cilicia (Asia Menor). En sus tres viajes misioneros, que comprende un período de más de veinte años, Pablo de Tarso habló en varios lugares donde anunció el mensaje cristiano. Por cierto, Ferguson cree que Paul sea un "típico representante del movimiento helenístico-romano" (Ferguson, 1973, p. 36).

Palabras-clave: Pablo de Tarso – Mundo Greco-Romano – Cristianismo

Sampley destaca que, no tempo de Paulo de Tarso⁴, o mundo mediterrâneo foi, primeiramente, helenizado⁵ e, depois, romanizado⁶.

Há uma necessidade em considerar o *êthos* judaico de Paulo e, simultaneamente, seu *êthos* greco-romano já que “todos os judaísmos na época do início do Cristianismo já estão helenizados; já estão marcados até certo ponto pelo onipresente influxo do mundo greco-romano e por seu *êthos*”.

O mundo greco-romano era o mundo de Paulo, por isso, não se pode dizer que Paulo “tomou emprestada” esta ou aquela tradição, convenção ou prática romana; não se deve utilizar expressões que sugiram que o apóstolo esteja “adotando” os modos de um romano. Haja vista tais afirmações, Paulo é, de fato, um judeu, a propósito, um judeu romano.

Assim é que Paulo conhece, de modo perfeito, as convenções e as práticas de seu tempo. A questão é que até que ponto ele faz uma adaptação das mesmas e onde, quando e por que modifica, diverge e se afasta (SAMPLEY, 2008, pp. XVI-XVIII).

É bom lembrar que Ferguson considera Paulo como um “típico representante do movimento helenístico-romano” (FERGUSON, 1973, p. 36).

⁴ O seu nome latino é *Paulus*, que ratifica sua cidadania romana, e o outro em hebraico *Sha'ul* que teria sido empregado nos círculos judaicos ou em família. O grego *Paûlos* (At 13. 9) é uma transcrição do latino e não uma tradução do nome hebraico. Na verdade, a utilização de um nome grego ou latino adicionado em lugar de um nome judaico era comum entre os judeus da Diáspora. Paulo pertencia ao grupo judaico dos fariseus (At 23. 6); foi educado pelo renomado mestre Gamaliel (At 22. 3; Gl 1. 14) e era cidadão romano (At 22. 25-29). Aliás, acredita-se que a sua família fosse rica e influente socialmente (At 22. 28).

⁵ Convém lembrar que costuma-se datar o *Período Helenístico* a partir das conquistas do macedônio, Alexandre Magno (336 a.C.) até o domínio romano da Grécia (146 a.C.). A propósito, Finley pontua que foi, no *Período Helenístico*, que a civilização grega se expandiu para leste, de onde a aristocracia greco-macedônia governava grandes territórios do Próximo Oriente (Síria e o Egito), sob o domínio de monarcas absolutos (FINLEY, 1963, p. 26). Levine destaca que o “helenismo se refere à cultura milenar (grega no sentido mais amplo) dos períodos helenístico, romano e bizantino, enquanto helenização descreve o processo de adoção e adaptação desta cultura no nível local” (LEVINE, 1999, pp. 16-17). Assim sendo, o helenismo se espalhou por cidades variadas que não tinham origem grega, diziam-se *helenizadas*. Já o historiador Funari sublinha que a principal característica do mundo helenístico era, justamente, a convivência de vários povos, com muitas de línguas, governados por uma elite de origem macedônica, que consideravam a língua grega como um elemento de comunicação oficial e universal. Dentre as diversas cidades fundadas, destaca-se Alexandria, no Egito, por ter uma vida intelectual intensa. A civilização helenística estava alicerçada em uma convivência entre muitos povos e as trocas culturais entre esses povos intensificaram-se de forma brilhante (FUNARI, 2002, p. 76).

⁶ Roma, em 396 a.C., destruiu a cidade etrusca de Veii e continuou a sua expansão em direção ao interior da Itália, até que, em 272 a.C., todo o sul da Itália já era dominado por Roma. A propósito, depois de dominar sobre a bacia do Mediterrâneo por, aproximadamente, mais de quatro séculos (I a.C. – V d.C.), o Império Romano começou a entrar em declínio e a ser pressionado por outros povos. A cidade de Roma era a capital do vasto Império Romano. Em 499 a.C., já era considerada a principal cidade da região do Latium (Lácio). A narrativa dos Atos informa que Paulo tinha, por objetivo, visitar Roma (At 19. 21; 23. 11), mas chega à cidade como prisioneiro, após ter sofrido um naufrágio (At 27. 27-44; 28. 1-10).

Ora, da leitura dos escritos de Paulo, tem-se a impressão de que ele se move com desenvoltura no ambiente cultural greco-romano. Em tal contexto, explica-se também a afinidade de alguns excertos de Paulo com os modelos expressivos do debate ou *diatribe* em uso entre os mestres e propagandistas do estoicismo popular (FABRIS, 1993, p. 33).

É incontestável que Paulo nutre, com naturalidade, de seu mundo religioso cultural hebraico, mas constata-se, facilmente, que ele escreve suas cartas em grego e cita a Bíblia na versão grega, a “Septuaginta” em uso nas Sinagogas da Diáspora. Pensa-se que, nas grandes cidades, onde anuncia o evangelho, fale o grego, que é a língua franca de comunicação em todo o Império Oriental. Embora Paulo seja de língua materna hebraica⁷, aprendeu o grego como segunda língua não só na escola como também no contexto de sua primeira formação na cidade de Tarso. Convém lembrar que, na capital da Cilícia, se falava o grego como língua corrente não só nas relações comerciais como também na administração e, naturalmente, nas escolas e nos círculos culturais (FABRIS, 1993, p. 32).

O zelo de Paulo em proclamar a mensagem cristã foi tão intenso quanto na época em que era um ferrenho perseguidor dos cristãos⁸. Assim, devido a sua intensidade em anunciar a nova crença, empreendeu determinados discursos - de tamanhos variados: pequenos, médios e grandes - diante de multidões, diante de amigos e diante de autoridades religiosas e políticas (Atos 13. 16-41; 14. 1, 15-18; 17. 1-4, 16-31; 20. 17-35; 22. 1-21; 23. 1-6; 24. 10-21; 25. 8-12; 26. 1-29; 28. 17-20, 23-28) para difundir seus ideais, seus questionamentos e para se defender das acusações que lhe eram impostas.

Hengel destaca que o fio condutor para qualquer história do cristianismo primitivo foi, justamente, a expansão da fé cristã pelo Mediterrâneo, durante os primeiros cento e vinte anos (HENGEL apud MEEKS, 2011, p. 46).

Como propõe Meeks, quando Paulo enumera, de modo retórico, os lugares por onde passou por perigos, divide o mundo em cidade, em deserto e em mar (2 Co 11. 26) (MEEKS, 2011, p. 32). Além do mais, “essa expansão estava intimamente associada à mobilidade pessoal tanto física quanto social” (ibidem, p. 46).

Não obstante, tendo por referência as epístolas autênticas, as deuteropaulinas e as informações extraídas do livro dos Atos, pode-se obter uma ideia das principais localidades

⁷ Presume-se que Stambaugh e Balch estivessem se referindo ao aramaico palestinese.

⁸ Paulo empreendeu inúmeras perseguições aos cristãos primitivos (At 8. 1-3). Não obstante, após uma teofania, tornou-se também um seguidor de Jesus Nazareno (At 9. 1-19) e confundia a muitos devido a sua conversão (At 9. 20-22).

onde Paulo e seus associados atuaram (ibidem, p. 97). Conclui-se que o movimento paulino criou raízes em, pelo menos, quatro províncias do Império Romano: Galácia, Ásia, Macedônia e Acaia (ibidem, p. 101).

O professor e historiador Francisco José Silva Gomes faz uma ressalva interessante a respeito do Cristianismo: “O cristianismo, de fato, encontrou uma multiplicidade de culturas com as quais estabeleceu complexos processos de intercâmbio” (GOMES, 2000, p. 169).

O apóstolo Paulo empreendeu três viagens missionárias: na "Primeira Viagem Missionária", ele e Barnabé fundaram congregações religiosas na Ilha de Chipre e nas seguintes regiões da Ásia Menor: Panfília, Pisídia, Licaônia e Lícia (At 13. 1-14. 28). Na Segunda Viagem Missionária (At 15. 36 - 18.22), Paulo e seu novo companheiro de viagem, Silas / Silvano, visitaram as congregações estabelecidas anteriormente e, depois, seguem para a Trôade e para a Europa, onde fundaram congregações na Macedônia e em Acaia. A Terceira Viagem Missionária engloba, de um modo geral, a estadia de Paulo em Éfeso durante três anos (At 19)⁹.

É bom lembrar que a maioria das congregações se reunia em casas de famílias greco-romanas. Paulo, escrevendo de Éfeso, envia saudações de Áquila e Priscila juntamente “com a congregação (que se reúne) na casa deles” (1 Co 16. 19). Tem-se a presença de outras passagens que utilizaram fórmulas parecidas (Rm 16. 5; Fm 2; Cl 4. 15; 1 Co 1. 16; 16. 15-16).

Na residência de Maria, a mãe de João Marcos, ocorria uma reunião religiosa, onde Pedro se dirigiu após ser libertado da prisão (At 12. 12-14). Havia o costume, ainda, de “partir o pão” em várias residências (At 2. 46), onde escutavam a “doutrina dos apóstolos” (At 2. 42). A propósito, Paulo, quando perseguia os cristãos, invadia as casas e os arrastava à força até a prisão (At 8. 3).

⁹ Hock destaca que o próprio local de trabalho de Paulo pode ter sido um lugar para a pregação e o ensinamento de muitos missionários de Paulo (HOCK apud MEEKS, p. 74). Quando o estrangeiro chegava em uma cidade, acredita-se que soubesse ou tivesse condições de descobrir o local dos imigrantes e dos residentes temporários de sua própria região ou profissionais cujos ofícios eram os mesmos. Em Antioquia, o *Kerateion*, localizado a sudeste da cidade, era conhecido como “o bairro judeu tradicional” ainda que houvesse judeus residentes nas demais partes da cidade. Os judeus, em Roma, residiam no Transtiberino (moderno Transtêvere) (ibidem, pp. 74-75). Não se deve esquecer que os ofícios e os tipos de comércio também contribuíam e facilitavam para reunir as pessoas nas mesmas áreas. Ora, essas áreas eram denominadas de acordo com o tipo de labor: Bairro dos Comerciantes de Linho, Rua dos Trabalhadores de Couro, Pórtico dos Fabricantes de Perfumes.

Stambaugh e Balch chamam a atenção para o fato de que os *thíasoi* faziam suas reuniões em cidades gregas e os *collegia*, em cidades romanas. Ora, esses dois grupos se assemelhavam muito com as comunidades cristãs: todos cultuavam a uma divindade, muitas dessas comunidades dependiam, financeiramente, de um ou vários patronos para complementar as contribuições dos outros membros. Esperava-se que esses patronos oferecessem banquetes ou financiassem a construção de um novo templo. Os anfitriões das congregações domésticas cristãs se assemelhavam a esses patronos: em Corinto, Estéfanos, ao que tudo indica, era um patrono deste tipo (1 Co 16. 15-18); em Cencreia, Febe é apresentada como "diaconisa" e "patrona" (Rm 16. 1-2). O último vocábulo indica, provavelmente, alguém que serve como patrona em alguma sociedade (STAMBAUGH & BALCH, 2008, p. 129).

Stambaugh e Balch sublinham que “por todo o Novo Testamento, as pessoas acham-se em movimento” (Lc 1. 39-56; 2. 1-5; Jo 2. 13; 5. 1; 7. 1-10).

Uma das características do Império Romano era, com certeza, o alto grau de mobilidade no século I. Neste tempo, as viagens se tornaram mais fáceis; todas as cidades e províncias do Império eram ligadas por estradas. A vigilância militar fez com que os perigos para os viajantes fossem reduzidos. Havia a existência de uma mesma moeda que era aceita universalmente, e a “unidade cultural helenístico-romana permitia que um viajante, que conhecesse grego e latim, fosse entendido em toda parte” (ibidem, p. 31).

Tendo por referência os itinerários relatados no livro dos Atos, Hock calculou esses itinerários e conclui que Paulo viajou dez mil milhas, aproximadamente, em suas missões, o que coloca o religioso no mesmo nível dos funcionários do governo, dos comerciantes, dos peregrinos, dos enfermos, dos mensageiros (portadores de cartas), dos fugitivos, dos atletas, dos mestres, dos discípulos etc. (HOCK apud MEEKS, 2011, pp. 46-47).

Como propõe Meeks,

Bastará destacar os trajetos de duas das estradas mais importantes ligando o Oriente ao Ocidente, para rapidamente esclarecermos seu significado para a missão paulina. Através da Ásia Menor a “estrada comum” (*koinè rhodós*) saía de Éfeso, passava por Trales, subia o vale Meandro até Laodiceia, Apameia, Antioquia da Pisídia, Filomélio, atravessava a Licaônia até Icônio, descia por Laranda e transpunha as Portas Cilicianas para alcançar Tarso e, depois, chegar a Antioquia na Síria ou até Zeugma às margens do Eufrates (MEEKS, 2011, p. 49).

Ora, no tempo do imperador Cláudio, por meio de seus procuradores, houve o conserto e a preservação das estradas como também nas províncias senatoriais. Muitas dessas estradas foram utilizadas durante séculos antes da expansão romana para o Oriente; entretanto, a importância das estradas e a sua utilidade cresceram devido ao planejamento administrativo e à habilidade da engenharia dos romanos.

A propósito, a mensagem cristã foi levada às cidades do Império Romano por judeus comuns tais como os primeiros discípulos de Jesus, como também por Paulo e outros homens e, provavelmente, por mulheres. Precisamente, em sua primeira geração, os líderes do movimento cristão eram judeus.

Na verdade, a mensagem cristã exercia grande fascínio sobre os novos convertidos e a sua mensagem pregava, entre outras coisas, o monoteísmo. Essa crença fez com que os convertidos se distinguissem em relação a seus contemporâneos politeístas e se assemelhassem aos judeus, dos quais deriva essa crença. Os primeiros cristãos difundiram sua mensagem através de testemunhos e exemplos pessoais, por sermões, por epístolas etc. (STAMBAUGH & BALCH, 2008, p. 49).

É indicativo que Paulo, ao se referir as várias regiões e localidades de sua missão, empregue terminologia da administração romana. Designando regiões da Síria, Cilícia, Ásia, Galácia, Macedônia, Acaia, Ilírico e Hispânia, que correspondem, aliás, à divisão das províncias no Império Romano. Assim, não é, por causalidade que Paulo, em sua epístola aos cristãos da cidade de Filipos, que é uma colônia romana, exorte-os a comportar-se como “cidadãos” e recorra a um vocábulo técnico como *políteuma*, “direito de cidadania”, para definir o *status* dos fiéis (Fl 1. 27; 3. 20) (FABRIS, 1993, pp. 32-33).

Meeks enfatiza que:

O mundo paulino era um mundo em que, para os indivíduos urbanos e móveis, o grego era a língua “franca”; no entanto, a mudança provocada pelos fatos políticos em Roma acarretou superposição da língua latina. Esses aspectos culturais e políticos um tanto discordantes também são evidentes no mapa mental que Paulo revela em sua epístola aos cristãos romanos. Quando Paulo escolhe uma frase retórica para expressar a toda humanidade, fala como qualquer orador grego falava, referindo-se

a “gregos e bárbaros, sábios e ignorantes” (Rm 1. 14) ¹⁰. Evidentemente, ele inclui os romanos entre os “gregos”, mas um escritor latino dificilmente dividiria o mundo dessa maneira. Além do mais, quando Paulo passa para o tema da sua epístola nos versículos seguintes, a divisão mais importante é a divisão entre judeus e gregos. O mundo mental de Paulo é o das províncias orientais de língua grega, especificamente o mundo judeu que fala grego. Mesmo assim, trata-se de mundo romano – a existência dessa epístola e os planos de viagem assinalados no seu capítulo 15 indicam como Roma é central (MEEKS, p. 119).

Pode-se afirmar que uma das características da religião na época de Paulo, era, justamente, o sincretismo religioso. O Judaísmo e o Cristianismo se distinguiam em uma época cheia de religiões e de superstições.

O historiador Funari destaca que os povos conquistados pelos romanos poderiam continuar utilizando a língua materna e os seus costumes. Jesus e os seus discípulos, além de falarem o aramaico, possuíam uma religião diferente da dos romanos (FUNARI, 2002, p. 126).

Assim é que a política romana, de modo sábio, permitia que a prática das religiões autóctones continuasse ainda mais se fossem antigas e já estabelecidas; na verdade, as autoridades romanas consideravam suspeitas as novas religiões.

A religião de Roma era politeísta¹¹ e a veneração ao imperador como um deus – de acordo com um decreto do Senado Romano - era utilizada pelo governo como um meio de se obter uma lealdade do povo tanto em relação ao império quanto em relação ao imperador.

O Império Romano tinha receio e buscava combater o surgimento de lideranças que pudessem ofuscar o predomínio do Império¹², assim era uma atitude comum do estado Romano procurar aliar-se às elites das áreas dominadas. Utilizando-as como sendo uma espécie de “elemento de controle”.

¹⁰ *Sou devedor tanto a gregos quanto a bárbaros, tanto a sábios quanto a ignorantes* (Rm 1. 14).

¹¹ A propósito, os deuses gregos e suas respectivas histórias foram absorvidos pela religião romana, cujos deuses mudaram de nome, por exemplo, Zeus (Júpiter), Áres (Marte); Afrodite (Vênus) entre outros. Ora, “as próprias histórias de Roma inseriam-se na mitologia grega, como mostra bem o caso da ligação entre a narrativa da Guerra de Troia e a da fundação de Roma” (FUNARI, 2002, p. 122).

¹² Há um episódio registrado no livro dos Atos, em que os judeus, de acordo com a narrativa bíblica, alvoroçaram a cidade de Tessalônica, dizendo: *6 Estes, que revolucionam o mundo habitável, também chegaram neste lugar, 7 os quais Jasão hospedou. Todos estes vão contra os dogmas de César, tratando ser Jesus um outro rei. 8 Tanto a multidão quanto as autoridades ficaram sobressaltadas quando ouviram estas coisas* (At 17. 6-8).

Bom exemplo desse “elemento de controle” é a narrativa dos Atos que informa que, após o discurso de defesa de Paulo em Cesareia, Félix ordena que o centurião mantivesse Paulo detido, todavia, que fosse tratado com zelo e que não houvesse impedimento para os conhecidos de Paulo o servirem. Aliás, era uma atitude comum de Félix mandar chamar a Paulo para ouvi-lo a respeito da fé em Jesus Cristo, juntamente com Drúсила, sua esposa. Não obstante, dois anos depois, Félix, o procurador da Judeia, deixou Paulo preso, a fim de agradar aos judeus, após ser sucedido por Festo (At 24. 22-27).

Ora, Michel Pêcheux destaca que a luta de classes é o encontro entre dois mundos distintos e pré-existentes, em que cada um possui suas práticas e suas concepções do mundo, resultando na vitória da classe “mais forte”. Essa, por sua vez, imporá a sua ideologia à outra. Há uma oposição dessas duas forças em um mesmo espaço (PÊCHEUX, 1997, pp. 144-158).

Convém citar Michel Foucault que salienta que, em todas as sociedades, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por determinados *procedimentos externos e internos* de repressão e delimitação do discurso (FOUCAULT, 2009, pp. 8-9).

Meeks atesta que os diferentes grupos na cidade e, no interior de cada grupo, pessoas de várias condições eram alcançadas de maneiras diferentes pela hegemonia de Roma e possuíam diversas reações diante da presença efetiva de tal poder nas cidades. Já que a política romana tinha por objetivo estimular as aristocracias, o sentimento antirromano poderia ser encontrado com maior probabilidade entre as classes de menor poder aquisitivo.

Além do mais, toda a comunidade judaica, em uma cidade, podia obter a proteção do imperador, mas, algumas vezes, enfrentavam a hostilidade local. Em algumas ocasiões, ocorria que um judeu, como recompensa por algum serviço especial prestado ao exército ou à administração romana, alcançasse a cobiçada *civitas* romana sem deixar de servir à sua religião; tem-se, como exemplo, o pai de Paulo (At 22. 27-28). Sublinhe-se que, há uns dois séculos mais tarde, era muito comum os judeus obterem a cidadania e também algum ofício municipal nas cidades da Ásia Menor, na parte ocidental (MEEKS, 2011, pp. 41-42).

Pode-se dizer que, no início da era cristã, havia judeus em toda a parte do Império Romano, além de suas fronteiras orientais, tanto na cidade quanto no campo. Esses judeus representavam, praticamente, toda a classe social, exercendo diversas profissões, tais como: proprietários de terra, camponeses e agricultores, tanto livres como escravos, artesãos, comerciantes, donos de navios etc. Acredita-se que um quinto da população do Mediterrâneo

Oriental era de judeus. Essa estimativa pode ser alta, mas, com certeza, os judeus constituíam um fenômeno bastante comum nas vilas e nas cidades do mundo greco-romano; seus costumes eram bem conhecidos, ainda que nem sempre bem compreendidos (STAMBAUGH & BALCH, 2008, pp. 40-41).

O historiador Pedro Paulo Funari expõe, nos seguintes termos, a relação entre o Império Romano e o Cristianismo:

A tolerância que os romanos tiveram para com diversas religiões do mundo por eles conquistadas não existiu, entretanto, para com a religião cristã. Os motivos da intensa perseguição sofrida pelos cristãos no período imperial não são, somente, de caráter religioso, mas também e, principalmente, político. Os cristãos realizavam seus cultos secretos, viviam em pequenos grupos e foram, nos primeiros tempos, tomados por bruxos e feiticeiros, na medida em que recusavam mostrar respeito pelos deuses romanos. Além disso, os cristãos, monoteístas, não reconheciam a divindade do imperador e não aceitavam o culto a ele e ao Estado, sendo considerados uma ameaça à segurança do Estado romano. Durante mais de dois séculos haverá perseguições aos cristãos, pois o Estado romano via na sua recusa ao culto dos deuses e ao imperador um desafio à ordem. As execuções públicas dos cristãos, martirizados em espetáculos nos quais eram crucificados ou jogados às feras famintas para serem devorados, eram vistas e apreciadas por muita gente. Para a maioria dos romanos que não se havia convertido, os cristãos eram apresentados como uma ameaça nociva, pois se recusavam a honrar os deuses e os imperadores (FUNARI, 2002, p. 130).

Ora, em Antioquia da Síria, os discípulos foram chamados pela primeira vez de “cristãos”(At 11. 25-26; EUSÉBIO. História Eclesiástica 2, 3). Aqueles que se convertiam ao Cristianismo não eram muito bem vistos pelos outros judeus e também pelos gentios. Assim é que os convertidos passaram a ser vistos como fazendo parte de uma seita judaica herética, a seita dos “Nazarenos” (At 24. 5) e do “Caminho” (At 22. 4).

A propósito, até em torno de 96 d.C., os cristãos ainda eram considerados como uma seita do judaísmo (At 24. 14). De acordo com testemunhos não cristãos, os vocábulos “Khrestus” (Cristo) e “Khistianoí” (Cristãos) eram sinônimos de confusões e crimes em Antioquia, como corroboram os escritos de Suetônio e Tácito. O primeiro diz que: “Cláudio

expulsou de Roma os judeus que, constantemente, provocavam desordens por instigação de Chrestus” (SUETÔNIO. Cláudio 25, 4); e mais: “Nero puniu os culpados que, odiados por seus atos vergonhosos, o populacho chamava de cristãos” (SUETÔNIO. Nero 16). Já Tácito informa que: “O autor desse nome, Cristo, fora executado pelo procurador Pôncio Pilatos, durante o reinado de Tibério” (TÁCITO. Anais 15, 44, 2). É bom lembrar que, apesar desses testemunhos não cristãos serem considerados interpolações, possuem um valor histórico.

Ferguson sublinha que “Roma converteu o Mundo inteiro (*orbem*) numa só cidade (*urbem*). O cristianismo deu ao mundo um novo credo universal. Ambos foram alimentados pelo solo da Cosmópolis grega” (FERGUSON, 1973, p. 36).

É bom lembrar que, em 313 d.C., na cidade de Milão, o imperador Constantino concedeu aos cristãos a liberdade de culto religioso, através de um Editto denominado de “Editto de Milão”. Mais tarde, esse imperador se converte ao Cristianismo¹³. Estima-se que, embora uma minoria, houvesse cristãos em, praticamente, quase todo o mundo romano. Não obstante, na segunda metade do século IV, a maioria dos cidadãos romanos era cristão no mundo romano.

Quando o Cristianismo tornou-se a religião do Estado, aconteceu que o culto aos deuses começou a ser combatido, ainda que tenha sobrevivido por vários séculos. Sublinhe-se que, por mais que aquela decisão não tenha finalizado a perseguição promovida pelo Estado aos cristãos imediatamente, o cristianismo foi reconhecido oficialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A Bíblia de Estudo de Genebra. Tradução de João Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, Cristianismo e Helenismo: Ensaio Acerca das Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo, Fapesp/Annablume, 2007.

EUSÉBIO. *História Eclesiástica*. Tradução de Lucy Iamkami e Luiz Aron de Macedo. Rio de Janeiro. CPAD, 2007.

FABRIS, Rinaldo. *Para Ler Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

¹³ O imperador Constantino foi batizado em 337 d.C., no mesmo ano de sua morte.

FERGUSON, John. *A Herança do Helenismo*. Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa, Portugal: Editorial Verbo, 1973.

FINLEY, M. I. *Os Gregos Antigos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1963.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2002.

GOMES, Francisco José Silva. Cristandade. In: Phoênix. Rio de Janeiro: 7 Letras Editora, 2002, pp. 178-186.

HENGEL, Martin. O Ambiente Urbano do Cristianismo Paulino. In: MEEKS, Wayne A. *Os Primeiros Cristãos Urbanos – O Mundo Social do Apóstolo Paulo*. Tradução de I.F.L. Ferreira. São Paulo: Paulus / Academia Cristã, 2011.

HOCK, Ronald F. Paulo e a Educação Greco-Romana. In: SAMPLEY, J. P. (org.) *Paulo no Mundo Greco-Romano: um Compêndio*. São Paulo: Paulus, 2008.

HORTA, Guida Nedda B. P. *Helenismo e Cristianismo*. Calíope – Presença Clássica. Rio de Janeiro, nº 7, pp. 81-93, julho / dezembro, 1988.

LEVINE, Lee I. *Judaism and Hellenism in Antiquity. Conflict or Confluence*, Massachusetts, Hendrickson Publishers, 1999.

MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

MEEKS, Wayne A. *Os Primeiros Cristãos Urbanos – O Mundo Social do Apóstolo Paulo*. Tradução de I.F.L. Ferreira. São Paulo: Paulus / Academia Cristã, 2011.

MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Tradução de Carlos Ramallete. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1997.

SAMPLEY, J. P. (org.). *Paulo no Mundo Greco-Romano: Um Compêndio*. Tradução de Pe. José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2008.

STAMBAUGH, John E. & BALCH, David L. *O Novo Testamento em Seu Ambiente Social*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 2008.

SUETONIO. *A Vida Dos Doze Césares*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

TACITO. *Anais*. Tradução de Leopoldo Pereira. São Paulo: Ediouro s/d.

O DIA EM QUE O MUNDO PAROU: 11 DE SETEMBRO DE 2001

Ricardo Ferraz Mansur

Bancário e historiador

rfm.mansur@yahoo.com.br

RESUMO

Desde o dia 11 de setembro de 2001, nomes como Osama Bin Laden, Al Qaeda, Afeganistão, World Trade Center, George W. Bush, Saddam Hussein, Nova Ordem Mundial, Choque de Civilizações e muitas outras têm povoado o imaginário ocidental ou, pelo menos, de suas parcelas mais-ou-menos com acesso ao noticiário internacional. Aproximando-se a data de 11 anos do 11 de setembro, este trabalho tem a pretensão de oferecer aos profissionais de Ciências Humanas, aos militantes dos movimentos populares e aos diversos interessados um breve e resumidíssimo panorama sobre tão dramáticos e marcantes acontecimentos e tentar auxiliar a todos estes a construir um contra-discurso que faça frente à enxurrada de informações escandalosamente manipuladas pela grande mídia a respeito de tal temática.

ABSTRACT

Since September 11, 2001, names like Osama Bin Laden, Al Qaeda, Afghanistan, World Trade Center, George W. Bush, Saddam Hussein, New World Order, Clash of Civilizations and many more have populated the western imagination, or at least portions with some access to international news. Approaching 11 years of the date of September 11, this paper intends to offer to professionals of the Humanities, the militants of popular movements and the various stakeholders a brief overview of those dramatic and memorable events and try to help the building of a counter-discourse opposing the flood of information scandalously manipulated by the mainstream media about this subject.

PREÂMBULO

Antes de começar, peço licença aos companheiros e companheiras para esclarecer que não estou me esquecendo do 11 de setembro de 1973, quando o presidente eleito do Chile, Salvador Allende, foi deposto num golpe de estado - de fachada militar mas com a burguesia civil (sempre) mexendo os cordéis - de rara ferocidade e sanguinolência. Muito menos menosprezando a importância e o alcance de tal tragédia; estou apenas delimitando um espaço histórico. Quem sabe, num futuro próximo, surge a oportunidade de falarmos da América Latina, do Chile, do Brasil, de Allende e de tantos outros líderes populares?

APRESENTAÇÃO

O texto que ora trazemos aos companheiros é uma recompilação de vários trabalhos, escritos e orais, apresentados em Nova Friburgo/RJ tendo como tema os acontecimentos de 11/09/2001 e após (como a invasão do Iraque pelos EUA e aliados), sendo o primeiro um debate transmitido no programa *Mora na Filosofia*, mantido pela Associação de Docentes da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia na Rádio Comunidade de Nova Friburgo logo no sábado seguinte à terça-feira 11/09/2001 (talvez seja interessante registrar que várias dessas atividades, inclusive o primeiro debate na Rádio Comunidade, foram mediadas pelo professor Ricardo Costa, autor do primeiro livro publicado pelo Instituto Caio Prado Jr. (*Gramsci e o Conceito de Hegemonia*) e os demais por ocasião dos aniversários dos referidos eventos, bem como nos programas de extensão e pós-graduação em História Contemporânea do curso de História da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. Também houve participações em eventos promovidos pelo DCE e pela Associação de Docentes da mesma faculdade, colégios em turmas de ensino complementar (2º grau), sindicatos e por companheiros dos partidos da Frente de Esquerda. Prefiro manter o tom semicoloquial no texto, apenas retirando as repetições, ao invés de refazê-lo em formato acadêmico, para dar mais agilidade. Pelo mesmo motivo, as notas, a bibliografia e a filmografia também aparecem de forma fluida e acrescidas de comentários pessoais. As notas são o que, numa apresentação ao vivo, correspondem aos “abrindo uns parênteses”, recurso que utilizamos para acrescentar um ponto em diagonal ao assunto principal. A bibliografia e a filmografia comentadas são recursos que utilizo durante este tipo de atividades e que mantive no mesmo formato. Por uma questão de delimitação,

muito (mas não todo como poderão ver) material recente, produzido após o 5º aniversário dos eventos, foi deixado de fora, até porque o tema, provavelmente, jamais será esgotado.

PREPARANDO O TERRENO: FATO *VERSUS* VERSÃO

(em pouco tempo...) ***Provar-se-á que Lenin tinha razão.*** (David Harvey)

Dois dos maiores políticos brasileiros no período 1964-1985 e líderes da resistência liberal à ditadura civil-militar da época, Tancredo Neves (1910/1985) e Ulysses Guimarães (1916/1992), embora fossem unha e carne na política, divergiam num ponto importante: o fato. Ulysses se referia, cheio de reverência, à Sua Excelência, o Fato. Já Tancredo, perfeito exemplar da “escola” do velho PSD de Minas Gerais, tinha mais jogo de cintura e dizia que “na política, o que importa é a versão”. No que diz respeito ao tema que trataremos aqui, fico com o pessedista Tancredo: os fatos, principalmente aqueles que produziram ou produzem efeitos de ação mais ampla no espaço e no tempo, devem ser considerados como a resultante da união de n variáveis as quais, muitas vezes, têm origens bastante diferenciadas e distantes. Em outras palavras, o fato histórico se assemelha à ponta visível de um *iceberg*, sendo este *iceberg* todo um processo conjuntural e estrutural que, numa primeira análise, pode escapar à nossa percepção justamente porque o impacto do fato faz com que nos concentremos no aspecto visível e somente após muito trabalho conseguimos distinguir os fatores determinantes do fato em si. Podemos considerar praticamente toda a História Universal como exemplo do que acabamos de afirmar. Nesta linha de raciocínio, um fato ainda recente e por isso mesmo muito manipulado pelos agentes formadores de opinião e cujos impactos (do fato e dos formadores de opinião) ainda são sentidos e percebidos sob influência do choque inicial – tais como os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 – exige um esforço elevado da parte de quem desejar analisá-lo e compreendê-lo, chegar a conclusões e consequentes desdobramentos do processo e aos encaminhamentos necessários (apoio?, resistência?, indiferença?, muito pelo contrário?).

Partindo desse pequeno prólogo, percebemos que as raízes dos acontecimentos que aqui denominaremos simplesmente como “o 11/09” devem ser buscados metros e metros abaixo da mera superfície do fato. A tese que os companheiros nos permitirão apresentar aqui – qual seja, O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA FOI, NO MÍNIMO, CONIVENTE

COM O DESENVOLVER DOS ACONTECIMENTOS QUE RESULTARAM NOS ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 – parte de dois episódios ocorridos ainda no ano de 1979. São eles: a) a **revolução islâmica no Irã (1)** em fevereiro; e b) o início do **apoio militar dos EUA à resistência islâmica fundamentalista antissoviética no Afeganistão** em julho (diga-se de passagem, cada um desses fatos tem suas origens em situações ocorridas anos atrás). Como se vê, a vinculação entre os dois eventos é óbvia. Conhecendo o *modus operandi* dos *thinktanks*, dos *policy-makers*, do pessoal das *brainstorms*, do Grupo de Situações Especiais (SSG) e do Grupo de Pré-Planejamento de Crises (CPPG) da Casa Branca, do Departamento de Estado (Ministério de Relações Exteriores dos EUA) e da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA) como nós, terceiro-mundistas, conhecemos, não podemos duvidar que haja muito mais que uma mera coincidência de datas entre os dois eventos e da existência de informações *top secrets* e ações não reveladas (*covert actions*, no jargão do serviço secreto dos EUA) que incriminem até o extremo o nosso poderoso primo do norte.

Um dos efeitos indiretos da revolução iraniana foi a chegada de Saddam Hussein **(2)** ao poder no vizinho Iraque dois meses após os eventos iranianos. Há grandes controvérsias quanto à ascensão de Saddam ao poder supremo no Iraque. Os detratores e o consenso da mídia ocidental alegam golpe de estado; os poucos defensores que tiveram espaço no Ocidente falam em sucessão. Após um ano e pouco de empurra-empurra e escaramuças entre os dois países, em setembro de 1980 o Iraque de Saddam Hussein invade o Irã dos aiatolás **(3)** sob o pretexto de resolver velhas pendências fronteiriças, dando início a uma das mais longas guerras do séc. XX. Independente do viés pelo qual olhamos Saddam Hussein, não dá pra não ver que o mesmo serviu muito bem aos interesses estadunidenses na região ao manter o Irã em permanente estado de alerta militar e concordata econômica.

Já o Afeganistão, pela sua distância e insignificância para nós, brasileiros, passou mais despercebido. Na época (julho de 1979) foi divulgado, por parte dos EUA, um programa de apoio à resistência islâmica antissoviética, ocultando-se o fato de que o Afeganistão, simplesmente, não havia sido invadido pela URSS, o que só aconteceu no final de 1979 (mais precisamente na noite de Natal), cinco meses depois, portanto. O pequeno pobre e distante Afeganistão é um bom exemplo do quanto uma mentira muitas vezes repetida acaba se tornando uma verdade (como nas “imortais” palavras atribuídas a Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha de Hitler mas cuja verdadeira autoria provavelmente seja de William Randolph Hearst, magnata da imprensa estadunidense no início do séc. XX e do qual falaremos novamente mais à frente). Caso típico de sobrevivência feudal em pleno final do século, o país teve a república em julho de 1973. Em abril de 1978, o Partido Democrático do

Povo Afegão (ou *Khalk*) proclamou a república popular, instalando um novo regime de tendências pró-soviéticas, socialista e laico e que passou a investir os poucos recursos nacionais em projetos de modernização além de garantir a absoluta igualdade legal entre homens e mulheres (e, em boa parte, igualdade também de fato). Tendo na vizinhança países tão pobres e internamente tão desiguais como o Paquistão e a Índia, o novo regime afegão, até por suas características, aproximou-se bastante da URSS, com o qual já mantinha estreitas relações desde os idos de 1920 **(4)**, gerando, ao mesmo tempo: a) uma potencial ameaça a dois aliados dos EUA na região, o Irã (ainda uma monarquia, antes da revolução) e o Paquistão (não nos esqueçamos da Guerra Fria); e b) uma aproximação do bloco soviético ao Oceano Índico, região até então fora da área de influência de Moscou. O regime “comunista ateu” do PDPA quase que imediatamente despertou forte oposição de grupos tribais de orientação islâmica mais extremada, sendo que, entre agosto de 1978 e janeiro de 1979, organizou-se e deu-se início das ações militares da *Jamiat-i-Islami* (grupo xiita de oposição armada). Como não interessava ver a oposição antissoviética ser liderada por um grupo xiita com grandes simpatias pelo novo Irã revolucionário e também xiita, os EUA trataram de estruturar grupos armados sunitas **(5)**, num primeiro momento chamados de “combatentes da liberdade” (*freedom fighters*) pelo então presidente dos EUA Ronald Reagan, os quais viriam a dar muito o que falar nos próximos 15-20 anos. Fica nítido, nesse envolvimento dos EUA no Afeganistão, que o governo estadunidense não perdeu a oportunidade de criar o que se chamou de “Vietnã da URSS”, visando um duplo objetivo: a) vingar a própria derrota no Vietnã em 1973/75; e b) golpear o elo mais fraco do sistema soviético, obrigando a URSS a desviar recursos, homens e atenção para uma região tão inóspita quanto periférica e colocando nova lenha na fogueira já um tanto abrandada da Guerra Fria **(6)**.

Definidos os jogadores e postas as cartas na mesa, restou aos EUA administrarem a década de 80. No que diz respeito ao tema aqui abordado, tratou-se de assistir de camarote ao sangramento de Irã e Iraque numa guerra marcada para terminar sem vencedor (assim que as reservas em moedas internacionais dos dois países se esgotassem) e ao atolamento da URSS nos desertos e picos gelados do Afeganistão. Não que isso tenha acontecido passivamente. No conflito Irã-Iraque, os EUA, como bons filhos-daquilo que são, venderam armas para os dois lados e usaram os lucros da operação para financiar os contrarrevolucionários (os “contras”) nicaraguenses (a vitória da Frente Sandinista na revolução nicaraguense em 1979 foi mais um espinho no moral estadunidense) **(7)**. No Afeganistão, aquele apoio aos grupos armados sunitas citados no parágrafo anterior produziu um ovo de serpente que, nos anos 90, veio a se tornar famosíssimo com o nome de... Talibã (“estudantes”, plural de *talib* na língua *pushtun* ou

pashtun no Afeganistão ou ainda *patan* no Paquistão). É claro que os EUA também não ficaram inertes pelo resto do mundo na década de 80. Granada, Líbano e Panamá são apenas alguns exemplos de como o *big stick* continuava e continua ditando a moda na política externa daquele país, isso só para ficarmos nas intervenções diretas.

Em agosto de 1988 chega ao fim a guerra entre Irã e Iraque. Após oito anos de conflito, um saldo estimado de um milhão de mortos e onde armas “proibidas” pelas Convenções de Genebra foram usadas à vontade **(8)**, os dois mantiveram suas fronteiras exatamente no mesmo lugar e só não foram à bancarrota porque são grandes produtores e exportadores de petróleo (respectivamente o 4º e o 2º maiores exportadores mundiais na época). O Irã dos aiatolás trata de cuidar de suas feridas e tentar recuperar o país. Já o iraquiano Saddam Hussein tinha outros planos. Tendo chegado ao poder sob a conivência (bênçãos?) dos EUA para ser seu jagunço na região, considerava-se desprestigiado e mal pago pelo serviço (mal) prestado – qual seja, derrotar a revolução islâmica do Irã que, por sua vez, havia derrubado o jagunço anterior, o xá (rei) Reza Pahlevi. Um bom exemplo de quão bem Saddam Hussein era considerado pelos EUA foi o incidente com o navio de guerra USS Stark: no dia 17 de maio de 1987 a fragata estadunidense foi alvejada por dois mísseis disparados de um avião iraquiano. 37 tripulantes perderam a vida e 27 ficaram feridos – e tudo ficou por isso mesmo (ver nota 20). Saddam Hussein passa o ano de 1990 a maquinar a cobrança da fatura que alegava ter direito. Ao mesmo tempo o governo dos EUA praticava novo jogo triplo: enquanto fingia estimular tanto Saddam quanto o emir do vizinho Kuwait **(9)** a pilharem o petróleo um do outro por baixo da faixa de fronteira, o estado-maior das FFAA estadunidenses, já sob o comando de Colin Powell (mais tarde secretário de estado/ministro do exterior de Bush filho – ver cap. VII), preparava os planos de invasão do Iraque, tendo como certa uma guerra contra este país. Um pequeno parêntese para falarmos do Kuwait: outro estado medieval, uma monarquia absolutista na qual somente em 2006, após a morte do velho emir (“príncipe” em árabe; portanto, emirado = principado) Jaber III Al Sabah, o novo governante “concordou” em discutir uma constituição (depois disso não chegou nova notícia a respeito); um micro-país boiando sobre um mar de petróleo, que explora aviltantemente a mão-de-obra oriunda de países ainda mais desafortunados para que a própria população viva no ócio, que mantém uma nobreza fútil e parasitária e onde as condições sociais gerais (e das mulheres em particular) situavam-se muito atrás do Iraque à época. Finalmente, em 02 de agosto de 1990, Saddam Hussein dá um pulo no escuro e ordena às suas tropas que invadam o vizinho Kuwait. Como todo vaidoso e autocrata, Saddam não percebe a armadilha preparada pelos EUA e dá o passo fatal que dispara o mecanismo que irá reduzi-lo às suas devidas proporções. Os EUA, na

época governados por George Bush sênior (George Herbert Walker Bush, ou George H. W. Bush, pai de George Walker Bush, ou George W. Bush, ou Bush filho, ou Bush júnior) não perdem tempo em dar uma lição no ex-aliado e que viesse a servir de exemplo a outros que desejassem sonhar alto demais.

Façamos aqui um pequeno desvio. Enquanto Saddam dava seus voos, o período que se estende de 09/11/1989 a 31/12/1991 marca o triunfo dos EUA – ou, particularmente, de seu capitalismo - sobre o restante da humanidade. É nesse lapso de tempo que cai o muro de Berlim e se extingue a URSS. A partir daí, a partir do surgimento dessa “nova ordem mundial”, os EUA passam a reinar incontestes sobre o planeta, autodeterminando-se o papel de *worldcop*, ou seja, o guardião da paz e da liberdade mundiais.

Em reação à invasão do Kuwait pelo Iraque, a ONU, já em marcha batida para se tornar o “ministério das colônias dos EUA”, monta uma coligação internacional (EUA, Reino Unido, França, Itália e destacamentos menores de outros países e até da Argentina) com o intuito de expulsar os invasores (I Guerra do Golfo), coligação esta que tem suas principais bases de operações em território da Arábia Saudita, país no qual estão situados os mais sagrados locais do Islã, incluindo a Grande Mesquita de Meca. Ao final de fevereiro de 1991, Saddam está derrotado. Porém, a presença de tropas estrangeiras – ou *infíéis* – em solo sagrado para os muçulmanos veio a gerar consequências graves e violentas. Ao mesmo tempo em que no Afeganistão o dinheiro dos EUA e seu fiel aliado Reino Unido estava criando os talibãs, o ovo de serpente da ação militar ocidental na Arábia Saudita produz um novo filhote, tão venenoso quanto seu congênere afegão: a organização A Base (em árabe, Al Qaeda) e seu líder Osama Bin Laden. **(10)**

II. PLANTANDO VENTO

O evento que ficou conhecido como I Guerra do Golfo – Operação Escudo no Deserto, de contenção, e Operação Tempestade no Deserto, de expulsão das tropas iraquianas do Kuwait, marca o início da nova ordem mundial, agora unipolar e não mais bipolar como durante a Guerra Fria. No entanto, embora a falência do bloco soviético já estivesse praticamente liquidada, o imperialismo *made in USA* naquele momento não considerava de bom-tom agir de forma muito acintosa. A URSS, detentora de colossal arsenal militar, ainda mantinha certas veleidades de superpotência, além do que os EUA cuidavam em parecer aos

olhos do mundo e, principalmente, aos olhos dos mundos árabe e muçulmano, como libertadores de um pequeno país agredido por um despótico vizinho.

Num dos casos menos esclarecidos da História recente, desde 1982 o Kuwait vinha sendo “estimulado” pelos EUA a furtarem o petróleo iraquiano por sob a faixa de fronteira. Desse modo, ao mesmo tempo em que mimavam Saddam Hussein apoiando-o contra o Irã, o governo estadunidense mantinha à mão um plano B para usar contra o líder iraquiano caso este resolvesse por as asinhas para fora. Após o empate na Guerra Irã-Iraque, os EUA resolveram aparar de vez as asas de Saddam e acionaram a armadilha Kuwait – fingiram fazer vista grossa para a pretensão de Saddam de ocupar o emirado vizinho como compensação pela guerra contra o Irã e, ao mesmo tempo, vazaram a notícia que o Kuwait furtava o petróleo iraquiano. Além disso, sob orientação estadunidense, o emirado havia elevado sua produção de petróleo fazendo os preços internacionais cair, aumentando as dificuldades de caixa do Iraque (dívida de guerra de cerca de 40 bilhões de dólares na época). Numa tentativa de não ficar tão mal perante a opinião pública mundial, Saddam apelou para o fato do Kuwait ter sido parte da província (*vilalet*) de Basra do antigo Império Otomano (Basra é a segunda maior cidade do Iraque) e cuja independência só fora reconhecida oficialmente 1961 após um período de situação como protetorado britânico desde o final de I Guerra Mundial (a história do Kuwait é outra história).

Outro ponto decisivo contra Saddam Hussein foi a recusa em participar da orgia de dinheiro promovida pelas mega-corporações financeiras. Ao contrário da Arábia Saudita, o Iraque de Saddam não caiu no conto de sereia dos bancos e contratadores ocidentais (ou, seja, dos países imperialistas), deixando de lavar bilhões de dólares provenientes das exportações de petróleo em troca de serviços de utilidade duvidosa. Tais esquemas, de triste e marcante presença entre nós, terceiro-mundistas, acarretaram dívidas absolutamente impagáveis para os “países-vítimas” e lucros absolutamente extraordinários para os “países-armadilhas”. Contudo, é bem provável que Saddam, como a maioria de seus colegas ditadores, tenha montado seu próprio esquema de lavagem de dinheiro e remessa para paraísos fiscais, mas tal argumentação foge da proposta deste trabalho. A relativa independência praticada pelo regime de Saddam Hussein deu como resultado o fato do Iraque ser um dos países de menor desigualdade social do Oriente Médio, aí incluindo os melhores índices de expectativa de vida, escolaridade e saneamento básico. Particularmente, chama atenção a situação das mulheres antes da ocupação imperialista; de fato, as mulheres no Iraque do regime baathista (de *Baath*, Renascimento, o partido de Saddam) gozavam de uma participação social inigualável em qualquer dos países nos quais as futuras forças invasoras vieram a construir suas bases de

operações. Por exemplo: ao contrário da Arábia Saudita e dos países do golfo Pérsico (ou golfo Árabe, dependendo do lado que se olha ou com quem se fala), as mulheres iraquianas podiam se trajar à ocidental, ocupar cargos públicos, constituir empresas, dirigir automóveis e outras atribuições. Essa independência exercida pelo Iraque, ainda que bem relativa, e a reversão das riquezas nacionais para benefício interno (ressalva importante: ainda que este retorno fosse mínimo, era muito acima da média dos outros países da região, como acabamos de registrar), foram o suficiente para acionar o alerta em Wall Street de Nova York e na City londrina, os dois principais covis dos chacais que vivem e lucram provocando crises, endividando e subordinando países aos ditames do imperialismo.

O último ato da tragédia contra o Iraque foi a determinação de Saddam Hussein para que o petróleo de seu país fosse comercializado internacionalmente em euros (moeda da união Européia) e não mais em dólares (moeda dos EUA), bem como a conversão das reservas de moedas internacionais também para o euro. Esta foi a gota que provocou o transbordamento da ânfora. O temor do “mau exemplo” de Saddam se espalhar pelo mundo reforçou o sinal vermelho já aceso contra ele em Washington e liquidou de vez toda e qualquer possibilidade dos EUA observarem as convenções internacionais e respeitarem a independência iraquiana.

Enquanto isso e de acordo com as crônicas ocidentais, no momento em que o solo “sagrado” da terra do Profeta é conspurcado por infiéis, alguns “fanáticos” muçulmanos decidem mover uma *jihad* **(11)** contra quem eles identificavam como os responsáveis por tal insulto ao Islã, ou seja, cidadãos de países não muçulmanos, civis e militares, e seus cúmplices sauditas. Dentre aqueles que julgavam (ou julgam) a presença de infiéis na Arábia como insultuosa, estava, também segundo fontes ocidentais, um dos herdeiros de uma família de milionários sauditas dos ramos da construção civil e petroleiro, Osama Bin Laden. O que não se admite publicamente no Ocidente é que os que se engajaram na nessa *jihad* tinham motivações que iam além da questão religiosa. Os futuros acusados de perpetrarem ataques terroristas que sobreviveram para chegar a julgamento falaram em **levar aos EUA e seus aliados a mesma guerra** (e suas mazelas e sofrimentos) **que os EUA levavam aos países árabes e muçulmanos**, ou seja, devolver a morte, a miséria e a dor causadas pela superpotência e seus satélites. **O apoio estadunidense a Israel** era (e ainda é) outra espinha na garganta dos combatentes islâmicos, além do apoio permanente a regimes amplamente impopulares e as sanções impostas ao povo do Iraque pelo ministério das colônias dos EUA (a ONU). Declarações atribuídas a Osama e à Al Qaeda desde 1998 e após o 11/09 afirmam que,

desde a invasão israelense do Líbano, em 1982, maciçamente apoiada pelos EUA, ele (Osama) havia decidido pela vingança contra os opressores do “povo árabe”.

Derrotado Saddam e expulsos os iraquianos do Kuwait, Osama é exilado da Arábia pelo governo saudita e toma o rumo do Sudão enquanto no Afeganistão continuava a guerra civil contra o regime laico e de tendência socialista mesmo após a retirada das tropas soviéticas. Entre 1991 e 1996, Osama e a organização por ele criada, a Al Qaeda (A Base), aproximaram-se dos talibãs que lutavam no Afeganistão mas mantinham sua logística no Paquistão onde recebiam dinheiro, armas e treinamento dos EUA e do Reino Unido através do *Inter-Service Intelligence* (o ISI, serviço secreto do Paquistão) e treinavam os voluntários de vários países muçulmanos. Estimativas ocidentais avaliavam que, em abril de 1995, pelo menos 15 mil *mujahidins* **(12)** talibãs, (de um pico de mais de 100 mil ao final dos anos 80, incluindo os membros da Al Qaeda), atuavam não só no Afeganistão, mas áreas de “interesses estratégicos” como em Kosovo e na Chechênia, regiões de maioria muçulmana Sérvia e na Rússia, respectivamente e que, por coincidência, os EUA tinham (e têm) grandes motivos para querer desestabilizá-las, além de criar comoções em algumas das ex-repúblicas soviéticas na Ásia Central.

Durante a década que se estende até o ano 2000, as ações literalmente explosivas contra alvos estadunidenses, sejam em território nacional ou no estrangeiro, mantiveram os cidadãos norte-americanos em constante estado de alerta. Carro-bomba no estacionamento do World Trade Center (1993), Projeto Bojinka (1994) de assassinato do Papa João Paulo II e sequestro de aviões comerciais, em especial do Extremo Oriente para jogá-lo sobre o território dos EUA carregados de produtos químicos venenosos (ver capítulo IV e nota 18), carros-bombas em frente às embaixadas dos EUA no Quênia e em Tanzânia (1998), ataque com míssil contra navio de guerra dos EUA no Iêmen (2000). Desnecessário dizer que o *gran finale* desse caloroso espetáculo foram os ataques ao WTC em 11/09/2001 e os alegados outros dois aviões, um dos quais teria sido atirado contra o prédio do ministério da defesa dos EUA (o Pentágono), enquanto o outro teria caído numa roça no estado da Pensilvânia, após uma pretensa luta heroica entre os sequestradores e os passageiros.

Paralelamente, enquanto Osama Bin Laden e a Al Qaeda construíam sua reputação, o Talibã consegue se impor sobre as outras facções em luta pelo poder no Afeganistão (março de 1995), captura a capital, Cabul (setembro de 1996) e instaura novo governo e, principalmente, um novo velho regime no qual a lei maior passa a ser a *xariá* (Lei Islâmica) **(13)**. O último presidente laico é enforcado em praça pública, e o país retorna em

marcha acelerada para um obscurantismo extremo do qual o exemplo mais chocante passa a ser a degradante situação das mulheres na “nova” sociedade. Não obstante, o regime dos talibãs procura praticar uma política que não desagrade ao imperialismo – afinal de contas, ao imperialismo só interessa a taxa de lucro, pouco importando se ela é conseguida às custas de trabalho escravo ou não. A ascensão do Talibã coincide com a afirmação dos EUA como estado-imperial, única superpotência e *worldcop*, e o sorriso cínico do presidente Bill Clinton constitui um bom retrato da maneira debochada como o primo rico do norte via (e vê) o restante do mundo. Ao lado do currículo da Al Qaeda, os EUA continua(va)m brandindo o *big stick* onde acha(sse)m melhor, como na Somália, no Haiti e na ex-Iugoslávia, sempre usando a fachada de democracia, direitos humanos e combate ao narcotráfico para desovar seus estoques de capital imobilizado em equipamentos bélicos e manter azeitada a máquina do “keynesianismo militar”. Além das ações diretas, o governo de Bill Clinton também foi pródigo em pressões indiretas de diversos graus de intensidade, variando desde o NAFTA (sigla em inglês do Tratado de Livre Comércio da América do Norte) e a proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), passando pelo Plano Colômbia até a presença de tropas dos EUA para erradicar (!) as culturas de coca na Bolívia – isso para ficar só na América Latina.

No ano de 1997, o esforço do regime afegão em aparecer bem aos olhos do imperialismo resulta numa incômoda visita ao estado norte-americano do Texas, o maior reduto das famílias petroleiras dos EUA e na época governado por... George W. Bush (ou Bush júnior), com o objetivo estreitar os laços com a indústria petrolífera estadunidense que, tendo o Iraque como favas contadas, estava a planejar qual seria a nova vítima a cair sob seus tentáculos. Tal vítima já se configurava como as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, as quais despontavam como as detentoras das maiores jazidas de petróleo e gás ainda não exploradas de todo o planeta.

O ano de 1997 também funciona como o ponto de partida de uma nova ofensiva da fração mais agressiva e belicosa do imperialismo *made in USA* – o complexo industrial-militar. Em julho desse ano, a Heritage Foundation e o American Enterprise Institute – “ongs” que, entre outras, funcionam como salas de *brainstorms* e redutos daquela mesma fração da burguesia estadunidense, lançam o Projeto Para Um Novo Século Americano (sigla em inglês PNAC), tendo como signatários alguns futuros membros do “núcleo duro” do governo de George W. Bush (ou Bush júnior), como Donald Rumsfeld (**14**) (secretário de defesa), Paul Wolfowitz (subsecretário de defesa e posteriormente presidente do Banco Mundial), Richard Armitage (subsecretário de estado), Richard Perle (diretor do Defense Policy Board), Elliot Abrams (diretor para Oriente Médio do Conselho de Segurança Nacional e

eminência parda de Bush júnior), Robert Zoellick (sub-secretário de comércio para a América Latina e negociador dos EUA na ALCA), Francis “o fim da História” Fukuyama (funcionário do Departamento de Estado) e Jeb (John Ellis) Bush (irmão de Bush júnior, filho de Bush sênior e governador da Flórida), entre outros. O manifesto de apresentação do PNAC fala em garantir a supremacia da “América” no século XXI, se possível pacificamente, se necessário pela força, sem pejos ou constrangimentos. Esse manifesto seguiu a linha estabelecida pelo estado-maior das forças armadas dos EUA no início de 1990 (antes, portanto, da I Guerra do Golfo), na época chefiado pelo anteriormente citado (e novamente citado mais à frente) futuro ministro do exterior (secretário de estado de Bush júnior) general Colin Powell, já traçando planos para destruir a independência iraquiana. Além de serem uns dos principais patrocinadores do PNAC, os acima referidos American Enterprise Institute e Heritage Foundation também apoiaram a construção de um outro conceito-símbolo tão caro à direita estadunidense: o “choque de civilizações”, desenvolvido nos anos 90, pouco após a I Guerra do Golfo, pelo professor de Harvard Samuel Huntington num artigo e num livro de mesmo nome e que fez a cabeça de diversos “analistas” políticos daquele país (tal como, entre outros, Fareed Zakharia, colaborador da revista brasileira Época, como o próprio Huntington afirma na apresentação de seu livro). Em poucas e, por isso mesmo, insuficientes palavras, podemos dizer que a ideia-chave do “choque de civilizações” está em eliminar os conceitos de classes sociais e de luta de classes, tão odiados pela direita em geral, substituindo-os pela ideia amorfa de “civilizações”. Quais as vantagens disso? Uma vez que não há classes, não há solidariedade de classes nem projeto político de classes. A ideia não deixa de ser fascista, pois enfia na mesma classificação as camadas sociais do topo até a base, seja no lado de “lá” como no lado de “cá”. Daí que as negociações internacionais, ao serem tratadas entre “civilizações”, acabarão obrigatoriamente refletindo apenas o que é de interesse das classes dominantes de cada “civilização”, já que as classes efetivamente existem e não desaparecem só porque alguém assim o deseja (15).

No mês de julho do ano seguinte (1998), o PNAC enviou um *memorandum* ao então presidente Bill Clinton no qual está esboçado o **projeto de agressão militar ao Iraque** – sem fazer, naquele momento, qualquer menção ao Afeganistão. Novamente, o PNAC fala em constituir uma aliança com os países de sempre (leia-se Reino Unido e algum outro sócio minoritário de última hora) e em obter aval da ONU, mas deixa claro que, se houver necessidade de guerrear sem apoio internacional, os EUA não deverão vacilar em fazê-lo. Para não deixar dúvida quanto às suas intenções, em setembro de 2000 o PNAC lança novo documento (com a assinatura de Jeb Bush, entre outras), denominado *Rebuilding America's Defense* no qual reitera a necessidade de ação militar contra o “eixo do mal” (Iraque, Irã,

Coréia do Norte, Cuba, Líbia e Síria). Ou seja, três anos antes dos ataques ao território dos EUA e quatro anos e meio antes da invasão do Iraque, este país já estava condenado pelo *establishment* ultradireitista e fundamentalista estadunidense **(16)**. Todo o resto foi jogo de cena: sanções da ONU, missões de inspeção de armas de “destruição em massa”, questão dos curdos, despotismo de Saddam Hussein, ameaças do Conselho de Segurança da ONU, etc., tudo, realmente, não passou de um grande *et coetera* ao qual só faltava o pretexto final.

III. COLHENDO TEMPESTADE

O primeiro acontecimento atribuído a terroristas islâmicos **(17)** foi a ação de um franco-atirador paquistanês, ex-mujahidin, que matou dois agentes da CIA em frente ao edifício-sede da agência em 25 de janeiro de 1993. Um mês depois, em 26 de fevereiro, a explosão de um carro-bomba no subsolo do WTC resultou em seis mortos. Nos anos seguintes, suspeitos muçulmanos foram julgados e condenados a prisão perpétua pelo atentado **(18)**.

Mas, por que muçulmanos? Porque os muçulmanos estão sentados sobre as maiores reservas conhecidas e disponíveis a curto prazo da matéria-prima fundamental do mundo contemporâneo e *ratio* do complexo industrial-militar: o petróleo. Tarik Ali (ver bibliografia comentada) dá os nomos aos bois: se o petróleo estivesse no Tibet, os inimigos seriam os budistas. Ainda dentro da mesma lógica, isto é, do “choque de civilizações”, David Harvey (ver bibliografia comentada) fala do novo racismo, contemporâneo não mais baseado em cores de peles, mas em ideologias (e religiões), até porque um país multiétnico como os EUA não tem um fundamento racial para falar em racismo contra estrangeiros, daí um novo racismo ideológico (substituindo o anticomunismo, ver cap. VI e nota 25) tendo como alvo os árabes (em primeiro plano) e os muçulmanos (no fundo).

Nessa época, Bin Laden, expulso de seu país em 1991, estava estabelecido no Sudão, consolidando sua organização e sua fama internacional; somente em 1996 ele sai do país (meio expulso, meio por vontade própria) para se radicar, definitivamente, no Afeganistão, onde constrói uma sólida aliança com o regime dos talibãs. É a partir do Sudão que a Al Qaeda se espalha pelo mundo. Devido aos vínculos com o ISI paquistanês e, por intermédio desse, como os EUA e com o RU, e pelas ações movidas contra a Federação Russa (na Chechênia) e sua aliada, a ex-Iugoslávia (Bósnia, Kosovo, Macedônia), entre outras regiões, tanto “A Base” quanto o governo norte-americano são alvo, desde então, de sérias e fundamentadas

acusações de terem coordenado suas atuações em torno de um interesse comum – desestabilizar, ainda mais, a Rússia e o que restava de sua área de influência na Europa.

No entanto, como tantas vezes aconteceu, o feitiço virou contra o feiticeiro. Como em outros casos na História, alguém/algum grupo que recebera grandes recursos da então potência dominante para atividades de legalidade duvidosa, e Osama Bin Laden foi um deles, voltou-se contra seu financiador. Em 23/02/1998, um vídeo atribuído a Osama divulgou para o mundo a “declaração de guerra” da Al Qaeda aos Estados Unidos na qual ele (Osama) afirmava ser dever de todos os muçulmanos “matar cidadãos dos EUA” em represália às ações estadunidenses contra o mundo muçulmano (declaração esta que, coincidentemente, serve como uma luva aos propósitos do “choque de civilizações” e do PNAC). Poucos meses depois, em 07/08/1998, carros-bomba explodiram na porta das embaixadas estadunidenses no Quênia e na Tanzânia, ação imediatamente atribuída a Osama e à Al Qaeda e que produziu 224 mortes e mais de cinco mil feridos, sendo a esmagadora maioria de africanos (transeuntes, funcionários, fornecedores e cidadãos em busca de visto para entrada nos EUA). Treze dias depois os EUA anunciaram ataques com mísseis de cruzeiro contra um suposto acampamento da Al Qaeda no Afeganistão e à fábrica de medicamentos Al Xifa, acusada de produzir armas químicas em Cartum, capital do Sudão. O Sudão, uma das nações mais pobres do planeta, tinha na Al Xifa a única indústria farmacêutica do país; apesar de ter sido residência de Bin Laden, este já havia se transferido para o Afeganistão dois anos antes (1996). Do ataque à Al Qaeda pouco se pôde comprovar, mas, se foi verdadeiro – e não uma peça de propaganda do então presidente dos EUA, Bill Clinton - praticamente nada produziu de útil. Já o ataque à fábrica Al Xifa teve várias complicações e desdobramentos negativos: a) a companhia de seguros (norte-americana!) que garantia a fábrica conseguiu provar que a acusação de produção de armas químicas era falsa e abriu processo criminal contra o governo dos EUA (o resultado do processo não foi divulgado no Brasil); b) a Al Xifa era não só a única fábrica de medicamentos do paupérrimo Sudão como produzia a altamente necessária medicação contra a malária endêmica que grassa no país e cuja destruição (da fábrica) só serviu para confirmar aos olhos do mundo e, principalmente, dos que denunciavam (e denunciam) a sanguinolência do imperialismo *made in USA* (seria o caso de acusarmos o imperialismo como um todo independentemente do país-sede, mais fica para outra ocasião), que a política da superpotência não conhecia (ou conhece) limites éticos ou humanitários, dando mais pretextos aos que desejavam “levar a guerra” ao território estadunidense; c) o governo dos EUA e seu braço industrial-militar aproveitaram a ocasião pra demonstrar, mais uma vez e a quem quer que fosse, que ninguém estava (ou está) a salvo em qualquer lugar que seja. O

governo do Sudão, em que pese a extrema pobreza, a guerra civil, a malária endêmica e a seca calamitosa e persistente, vinha tentando manter-se em bons termos com o imperialismo, chegando a oferecer seus serviços para extraditar Bin Laden para os EUA e a solicitar apoio técnico e a presença de agentes da CIA; havia, inclusive, extraditado o famoso terrorista Carlos, o Chacal, nos anos 80. A mudança de Osama Bin Laden para o Afeganistão aconteceu com pleno e antecipado conhecimento do governo dos EUA que, como é de domínio público universal, nada fizeram para deter aquele que já era um dos seus maiores e mais “procurados” inimigos.

A repercussão do ataque à Al Xifa e um certo assossegamento das atividades mais acintosas da Al Qaeda contra os EUA provocaram uma ausência de fatos (falar em trégua seria um equívoco, sem dúvida) que dessem grandes notícias até que, em 12/10/2000, a “A Base” apareceu de novo. Naquele dia, o contratorpedeiro norte-americano USS Cole foi atacado por um míssil no porto de Aden, no Iêmen, país situado no canto extremo sul da península Arábica, resultando em 17 mortes e 14 feridos (ver nota 20). Apesar da gravidade do fato, este poderia passar como “mais um” dentre outros no cabo de guerra da Al Qaeda com os EUA (vide o incidente com o USS Stark em 1987), e vice-versa, se não fossem dois outros eventos intimamente ligados: a) cinco meses depois, em março/2001, uma segunda delegação de talibãs esteve nos EUA, dessa vez na capital, Washington/DC, para tratar de negócios de petróleo e gás. “Aceitando” conceder uma desenxabida entrevista coletiva, o representante afegão foi obrigado a se submeter à constrangedora situação de ser confrontado por várias jornalistas que praticamente o encostaram contra a parede quanto à situação degradante das mulheres sob o regime Talibã; com o agravante de: b) Osama Bin Laden, residindo no Afeganistão desde 1996 e que já era tido e havido como o inimigo público número 1 dos EUA e o “terrorista” mais procurado do planeta, tornara-se grande amigo do líder dos visitantes talibãs, o mulá (correspondente, na hierarquia católica, mais ou menos a pároco) Muhammad Omar.

Não satisfeitos com sua própria cara-de-pau em receber os talibãs em Washington, os EUA deram um passo ainda mais absolutamente desavergonhado. Conforme foi posteriormente noticiado, Osama Bin Laden esteve internado, de 04 a 14 de julho de 2001, no Hospital Americano (!!!) de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), onde recebeu a visita do agente da CIA naquela cidade (com certeza, devem ter tratado de amenidades). E mais: em 10/09/2001, um dia antes dos ataques aos EUA, segundo noticiado pelo ISI paquistanês, Osama esteve novamente internado, dessa vez num hospital do exército do Paquistão para submeter-se a uma seção de hemodiálise. As duas informações foram divulgadas somente em

janeiro de 2002, mas, considerando de quem se tratava, fica difícil acreditar que a CIA nos EUA e o ISI no Paquistão não estivessem engajados na caçada ao inimigo público mundial número 1.

Em 10 de setembro de 2001, todavia, era outro o fato que mais chamava a atenção dos “analistas” políticos e econômicos. Naquele momento Bush júnior amargava o maior índice de rejeição já experimentado por um presidente dos EUA, incluindo Herbert Hoover quando da grande crise de 1929 (a impopularidade de Bush júnior em setembro de 2001 só perdeu para a dele mesmo ao final de seu governo). Fraqueza política aliada a uma boa dose de indolência **(19)** somadas aos escândalos financeiros envolvendo seus principais financiadores de campanha (as falências fraudulentas da Enron e da WorldCom, entre outras, dentre seus principais financiadores de campanha), tendo como pano de fundo o estouro da bolha especulativa da “nova economia” nos meados de 1999 e a recessão subsequente ainda no governo anterior (Bill Clinton) - tudo isso fazendo que a bolsa de valores de Nova York queimasse algo em torno de 15% do PIB do país (cerca de 1,5 trilhão de dólares) e transformassem os EUA no país com as maiores dívidas do planeta (o duplo déficit comercial e fiscal; ou seja, importações maiores que as exportações e despesas maiores que as receitas. A economia dos EUA sobrevive em UTI graças à repatriação de *royalties*, dividendos, lucros e vendas de títulos do tesouro a outros países, sendo a China o maior credor estrangeiro) - jogaram a popularidade de George W. Bush lá no porão político. Embora os defensores da hipótese científica, ou seja, aquela que só admite a comprovação das acusações através dos documentos existentes e provas concretas, reconheçam que, possivelmente, nunca venhamos a determinar as ligações entre uns fatos e outros, o certo é que Bush júnior acordou no dia 11 de setembro de 2001 com menos de 40% de aprovação e foi dormir com mais de 80% de apoio popular.

Não vamos, no entanto, correr o risco do economicismo. Nem só de lucros imediatos vive a guerra. Em *n* situações ao longo da História, o inimigo externo sempre foi um bom pretexto para conseguir amigos internos, ainda que temporários. Para um governo tão desgastado como o de Bush júnior às vésperas do 11/09, qualquer acontecimento que aproximasse o presidente da opinião pública sempre seria bem vindo e a recepção de Bush Jr. no congresso dos EUA após os atentados bem simboliza o poder de unificação e ao amalgamento das vontades políticas de um país em torno de seu líder. A perspectiva de uma guerra se aproximando cria uma solidariedade - artificial, é certo - mas que funciona muito bem nos primeiros momentos, antes que a dinâmica da luta de classes e a chegada dos corpos

dos soldados mortos faça essa situação idílica retroceder (o caso da Argentina e a Guerra das Malvinas é um dramático exemplo bem em nossa vizinhança).

E, por último, mas em hipótese alguma menos importante, há a questão da *paz como problema*. Se, ainda que numa grande utopia, uma situação de paz duradoura for estabelecida no planeta ou nas partes principais deste, ficaria muito difícil para os EUA e seu complexo industrial-militar convencerem alguém ou a liderança de algum país que sua presença militar (dos EUA) seja necessária onde quer que seja. Ou, como bem coloca o dedo na ferida o antropólogo David Harvey, “...a interferência dos Estados Unidos é parte da solução ou constitui o cerne do problema?” (ver bibliografia comentada).

É claro que fica muito fácil acusar de conspiracionista quem vê algo mais que coincidências em tudo o que está sendo aqui descrito, mas a história norte-americana está cheia de exemplos de “coincidências” desse tipo – sempre que os EUA precisam aumentar seu *lebensraum*, seu espaço vital, desovar seu estoque de capital imobilizado em material militar ou resolver suas crises políticas, econômicas e sociais, coincidentemente eles são atacados por um energúmeno qualquer, ainda que tão inofensivo quanto o México, o Vietnã ou o Afeganistão. Portanto, é impossível negar que os ataques de 11 de setembro de 2001, ainda que considerando a remotíssima hipótese de total inocência do governo dos EUA, foram um bilhete de loteria premiado que caiu no colo de Bush júnior e sua turma como todos são obrigados a admitir.

IV. LOBO COMENDO LOBO

Para aqueles que ainda acreditam que os governos burgueses existem para zelar pelo bem-estar e segurança de seus concidadãos e defender a soberania e a integridade nacionais, listamos, abaixo, três exemplos de situações provocadas pelo governo estadunidense nas quais, para justificar intervenções e ações militares abertas (ou seja, guerras), os presidentes das épocas e suas respectivas assessorias e estados-maiores não hesitaram em provocar a morte de centenas e milhares de cidadãos estadunidenses, militares e civis e que resultaram em invasões de países e guerras diversas.

O primeiro caso que citaremos é a Guerra Hispano-Americana. Poderíamos falar do México e das guerras índias, mas não vamos nos distanciar do objeto em foco. A ação da burguesia, do congresso e do governo norte-americanos foi exemplar de como sacrificar seus próprios compatriotas em favor dos lucros capitalistas e da pilhagem imperialista. Ficou

famoso o caso do repórter enviado a Cuba pelo já citado magnata da imprensa Willian R. Hearst (retratado pelo personagem principal do filme *Cidadão Kane*) para efetuar a cobertura da guerra. Ao telegrafar ao patrão pedindo para retornar pois “não havia guerra para ser coberta”, recebeu a seguinte mensagem de *Mister Hearst*: “fique por aí que eu cuido da guerra”. Em mais uma das coincidências que enchem a história dos EUA, poucos dias depois, em 15 de fevereiro de 1898, o navio de guerra USS Maine explodiu e afundou na baía de Havana, levando para o fundo 266 militares. Já desde 1895 que os EUA estavam de olho nas possessões do decadente império colonial espanhol, particularmente Cuba, Porto Rico e Filipinas, e desejavam se antecipar aos poderosos movimentos emancipacionistas já deflagrados nesses países. O afundamento do USS Maine foi o pretexto que faltava para o governo estadunidense declarar guerra a Espanha e tornar o novo senhor colonial na América Central e no Sudeste Asiático.

O que ainda não foi assumido oficialmente é o porquê da explosão do navio, considerando que se tratava de um navio de guerra (um couraçado, no caso) e que, portanto, deveria estar submetido à vigilância e manutenção constantes. Em novembro de 2001, o canal de TV por assinatura Discovery Channel promoveu o que seria a reconstituição do acidente fatal com o USS Maine. Primeiramente, equipes de mergulhadores desceram até o navio e constataram que o paiol de munições estivera localizado ao lado da casa de máquinas e suas fornalhas (a carvão). Em seguida, já em terra, o pessoal do DC realizou o seguinte experimento: alguns barris com pólvora foram empilhados num jardim; ao lado destes foi colocada uma placa de aço da espessura das placas do USS Maine; ao lado desta, uma fornalha à carvão. Depois de um funcionamento de 60 horas, o calor produzido pela fornalha fez com que a pólvora dos barris, situada a um metro de distância, explodisse. Considerando que o experimento fora realizado a céu aberto, com todas as condições de dispersão de calor, os investigadores do DC concluíram pela explosão proposital e pré-determinada do navio, uma vez que, num ambiente fechado e abafado com os porões de um navio, a concentração de calor suficiente para fazer explodir um paiol de munições dar-se-ia num período de tempo muito menor que as 60 horas necessárias no experimento a céu aberto. Até porque não existe justificativa alguma para se localizar um paiol de munições ao lado da fornalha.

Concluindo: contra um número total aproximado de sete mil soldados norte-americanos (entre os combatentes contra a Espanha e contra os patriotas cubanos, porto-riquenhos e filipinos), as forças dos EUA provocaram um número incalculável de mortos entre os nativos desses países. No caso filipino, de longe o mais grave, as estimativas variam de 250

mil a um milhão de mortos, sendo que o total mais reconhecido como o de 400 mil vítimas fatais.

O segundo caso é o famosíssimo ataque à base aeronaval de Pearl Harbour, no Havaí, estado norte-americano localizado em no arquipélago de mesmo nome na região central do oceano Pacífico. No dia 07 de dezembro de 1941, que passou para a história oficial dos EUA como o “dia da infâmia”, um destacamento de aviões japoneses, atacando a partir de uma força de seis porta-aviões, provocou as perdas definitivas de dois couraçados, alguns navios menores, um petroleiro, 188 aviões e 2471 cidadãos estadunidenses (2403 militares, 68 civis). Como já é do conhecimento de quase todo o mundo, o então presidente dos EUA Franklin D. Roosevelt procurava como um louco um pretexto para intervir na guerra na Europa contra a Alemanha nazista. Informações levantadas por pesquisadores independentes, professores, militares da ativa e reformados e parentes das vítimas do ataque desmascaram a versão oficial. Aqui neste texto talvez não haja espaço para detalhar os motivos que levaram Japão e EUA a se estranharem e nem de reproduzir toda a seqüência de acontecimentos que desembocou no ataque de 07/12/1941, mas o fato é que, entre provocar a Alemanha ou o Japão de modo a se construir um pretexto para entrarem na guerra, o Japão se mostrou um pato mais fácil de ser pego. Diante da possibilidade de ver os investimentos e interesses de sua burguesia estabelecidos na Europa ameaçados ou mesmo perdidos para a Alemanha nazista, o governo dos EUA não se negou a preparar uma fraude que pretextasse a entrada do país na guerra. Ao custo de milhares de vidas de seus concidadãos, o alto-comando estadunidense mascarou e manipulou as informações que apontavam para a ruptura das relações com o Japão e decisão deste país em resolver as disputas pela via militar, além de enfraquecer, deliberadamente, as defesas da base. Mas, esta ainda não seria a última vez que cidadãos dos EUA dariam suas vidas pelos interesses do *establishment* e da burguesia de seu país (podemos até argumentar se uma guerra contra os nazistas não valeria o preço de muitas vidas mais; contudo, esta não era a opinião majoritária entre a população dos EUA em 1941).

Um terceiro exemplo foi o chamado “incidente do golfo de Tonquim”, ocorrido em agosto de 1964. No dia 02 daquele mês, fontes oficiais do governo dos EUA informaram que o contratorpedeiro USS Maddox havia sido atacado por lanchas-torpedeiras do Vietnã do Norte. Dois dias depois, 04 de agosto, foi a vez do USS Turner Joy relatar ter sido alvo de ataques das forças do Vietnã do Norte, sendo que, em ambos os casos, ninguém ficou sequer ferido. Como consequência, no dia 07 de agosto de 1964 o Congresso dos EUA autorizou o presidente Lyndon B. Johnson a iniciar o envio de tropas norte-americanas (até então, desde o gov. Kennedy, as mesmas eram eufemisticamente denominadas “conselheiros militares”) para

apoiar o regime do Vietnã do Sul, combater os guerrilheiros comunistas (vietcongs) e “desestimular” as ações do exército do Vietnã do Norte. No caso do “incidente do golfo de Tonquim”, a mentira nem esquentou lugar. O pretexto, desta vez, foi muito fraco e a guerra sofreu oposição implacável por parte da população dos EUA. Embora o incidente não tenha provocado vítimas diretas, A LIÇÃO FORA APRENDIDA: UM PRETEXTO FRACO NÃO SERVE PARA O IMPERIALISMO E PARA O ESTABLISHMENT INDUSTRIAL-MILITAR – é preciso um impacto realmente sangrento e cruel para mobilizar a opinião pública e provocar uma comoção que justifique mais e mais mortes de cidadãos norte-americanos - e outras mortes pelo mundo (20).

V. NÊMESE

No curto espaço de menos de três horas, na manhã do dia 11 de setembro de 2001, dois grandes aviões de passageiros se chocaram contra as torres gêmeas do World Trade Center (WTC) na cidade de Nova York, EUA, as quais, em seguida, sob o impacto dos aviões, desabaram. Enquanto Nova York estava “sob ataque”, um terceiro avião teria sido jogado contra o prédio do Departamento de Defesa (o Pentágono) na capital federal, Washington, e um quarto avião teria caído no município de Shanksville, área rural do estado norte-americano da Pensilvânia.

Estes foram os *fatos*. Quais seriam as *versões*?

Antes mesmo que as torres viessem a baixo, a rede de televisão norte-americana Fox já estava noticiando que Osama Bin Laden e a Al Qaeda eram os responsáveis pelos ataques. Sem discutir a credibilidade da Fox Television (21), a acusação encaixou perfeitamente na doutrina que o PNAC alardeava desde 1997, servindo como uma luva para o governo Bush júnior e a diabólica trindade que o sustentava (e sustenta boa parte dos políticos profissionais do país) – o complexo industrial-militar, os grandes conglomerados financeiros e a direita cristã fundamentalista dos EUA. É necessário dizer, contudo, que o próprio Bin Laden negou o envolvimento seu e da Al Qaeda nos ataques em aparição na emissora de TV Al Jazira, dos Emirados Árabes Unidos, em 27 de dezembro de 2001, embora “tenha apoiado os ataques e exaltado os mártires que os deflagraram”. Enquanto a Fox tomava as decisões no lugar do governo, o presidente dos EUA, George W. Bush participava de uma aula de alfabetização numa escola no estado da Flórida. Posteriormente, foi divulgada a imagem da “cara de tacho” de Bush ao receber a notícia de que seu país estava sob ataque e permanecer absolutamente

imóvel por sete minutos, durante os quais o voo da Pensilvânia caía - oficialmente após uma luta interna na qual os passageiros dominaram os sequestradores mas não conseguiram impedi-los de jogar o avião ao solo (o “voo dos heróis”), o Pentágono era atingido e as torres gêmeas desabavam.

A partir desse ponto, a confusão estava instalada na opinião pública dos EUA - e o governo e seus aliados na grande imprensa souberam bem aproveitá-la, com os fatos acontecendo em velocidade expressiva. George W. Bush tinha, agora, o seu próprio Pearl Harbour. Nesse momento entra em cena aquele elemento muito conhecido daqueles que estudam os “fenômenos” políticos estadunidenses: as teorias de conspiração, as quais dividimos em dois grupos – as já comprovadas (ou seja, passaram de teoria a axioma) e as ainda por comprovar. Dentre todas elas, podemos listar (tentando um equilíbrio entre não ser longo demais e perder a objetividade ou ser curto demais e perder o objeto):

a) **Comprovado:** o envolvimento dos serviços secretos norte-americanos e britânicos no financiamento de grupos de ativistas ilegais islâmicos. À medida que pesquisas independentes foram sendo efetuadas veio à luz uma verdade tão vergonhosa quanto escondida: grupos de combatentes islâmicos, adeptos de táticas terroristas ou não, foram financiados pelos serviços secretos dos EUA e do Reino Unido com a finalidade de causar distúrbios e desestabilizações em áreas de interesse estratégico para o *establishment* anglo-americano, particularmente na ex-União Soviética (Rússia e repúblicas da Ásia Central), na sua maior aliada na Europa, a ex-Iugoslávia e, claro, no Afeganistão.

b) **A comprovar:** assim como uma serpente que rompe a casca do ovo e morde o calcanhar mais próximo, aparentemente esses grupos fugiram dos controles emanados do eixo Washington-Londres e passaram a agir contra seus criadores. Embora seja fato comprovado que muitos grupos que optaram pelas ações terroristas tivessem sede em Londres (com endereço conhecido, caixa-postal, telefone e tudo mais) e, por conseguinte, fossem tolerados pelo governo britânico, ainda não existe comprovação científica de alguma vinculação específica das ações perpetradas ao final dos anos 90 com alguma orientação emanada dos serviços secretos dos citados países. Porém, ainda que não haja provas, existem evidências em abundância dessa vinculação.

c) **Comprovado:** a sociedade da família Bush, encabeçada pelo ex-presidente dos EUA, George Bush pai (ou Bush sênior), com a família real saudita Al Saud e com a família também saudita Bin Laden. Inclusive os suspeitíssimos voos fretados que, alguns dias depois do 11/09, retiraram dos EUA 142 membros da família Bin Laden, levando-as para o porto seguro da

Arábia. A parceria Bin Laden-Bush não se dava apenas no âmbito do petróleo mas, particularmente, no ramo armamentista, sendo os Bin Laden sócios do Carlyle Group e de sua subsidiária United Defense, empresa fabricante de carros de combate e que tinha com diretores e/ou acionistas de destaque Bush pai, seu ex-secretário de estado (ministro do exterior), James Baker III e John Major, ex-primeiro-ministro britânico. No final de outubro, o Carlyle Group lançou novas ações da United Defense no mercado e, obviamente, faturou milhões. Quanto a James Baker, este honrou sua parte na sociedade ao defender, como advogado, o governo saudita contra cidadãos estadunidenses parentes de vítimas dos atentados que buscavam uma reparação jurídica mínima.

d) **Comprovado:** já em abril e maio de 2001, de quatro a cinco meses antes dos ataques, o FBI (polícia federal dos EUA) encontrou a ponta da trama que resultaria nos ataques. Agentes na base da hierarquia do daquele órgão rastreamos trocas de mensagens (através do sistema de monitoramento de chamadas telefônicas ECHELON) entre alguns dos futuros acusados pelos ataques, os quais, todos, convenientemente morreram e não puderam se defender posteriormente.

e) **A comprovar:** a hierarquia do FBI omitiu, negligenciou e/ou manipulou a informação rastreada, permitindo que os acusados dessem prosseguimento à ação.

f) **Comprovado:** em 06 de agosto de 2001 o presidente George W. Bush (Bush júnior) recebeu uma informação relativa aos planos de ataque e nada fez. Mais tarde, perante a comissão independente de investigação do 11/09, a então chefe do conselho de segurança nacional, Condoleezza Rice (ex-diretora da Exxon, maior companhia petrolífera do mundo e secretária de estado no 2º mandato de Bush júnior), admitiu que o título do relatório era, nada mais nada menos, **“Bin Laden decidido a atacar dentro dos Estados Unidos”**.

g) **A comprovar: o presidente e a cúpula do poder nos EUA foram coniventes com os ataques.**

h) **Comprovado:** 20 muçulmanos foram acusados de terem participado dos ataques. Um deles, Zacharias Massauoui, foi posteriormente julgado e condenado à prisão perpétua por participação no planejamento. Dos 19 restantes, em princípio todos mortos para não deporem em seus futuros julgamentos, revelou-se, logo depois, que um (pelo menos) estava na Arábia Saudita e, portanto, bem longe e bem vivo.

i) **A comprovar:** O motivo de nenhum deles ter sido detido para averiguações em nenhuma das barreiras de controle policial nos aeroportos usados para embarcar nos aviões.

j) **Comprovado:** embora 15 dos acusados fossem sauditas, Bush júnior recebeu para jantar, em 13 de setembro, com direito a conhaque e charutos na sacada da Casa Branca, o embaixador saudita, príncipe Bandar (cujo sugestivo apelido, em Washington, era Bandar-Bush).

k) **Comprovado:** foi noticiado em redes de TV nos EUA que o presidente se opôs a uma investigação independente do 11/09.

À medida que o tempo passa, mais e mais revelações vão surgindo. Indícios de que extremistas islâmicos pretendiam atacar alvos dos EUA fora e dentro de seu território foram sendo rastreados desde o julgamento dos acusado pelo carro-bomba no WTC em 1993. Dentre esses indícios estava o já citado Projeto Bojinka, desenvolvido por Ranzì Youssef (um dos condenados a prisão perpétua em 1994) e outros, que incluía alvos como o presidente Clinton e o papa João Paulo II e ataques com aviões a prédios como a sede da CIA, o WTC e a Sears Tower (tudo isso já em 1993!).

l) Comprovado: O AVIÃO QUE TERIA ATINGIDO O PRÉDIO DO PENTÁGONO SIMPLEMENTE NÃO EXISTIU.

Partindo desta última comprovação, restam importantes questionamentos sobre os próprios aviões utilizados nos atentados. Quanto aos dois atirados contra o WTC, há um consenso entre pilotos experientes consultados por investigadores independentes que as poucas horas de treino que os terroristas teriam obtido em aeronaves pequenas - monomotores a hélice de uso particular - nunca os capacitariam a manobrar os aviões como foi visto nas imagens divulgadas. O avião que se espatifou no solo da Pensilvânia sequer foi mostrado. Os adeptos das teorias de conspiração (que, convenhamos, são bastante atraentes e caem muitíssimo bem nos casos aqui descritos) consideram diversas possibilidades não-oficiais.

Em relação ao WTC, os conspiracionistas listam as seguintes possibilidades:

- a) que os aviões que atingiram as torres gêmeas terem sido teleguiados;
- b) que o impacto produzido por um avião Boeing 767 não provocaria tamanho estrago, considerando que cada torre era sustentada por 288 pilares de aço de 1m², cada um composto de 4 colunas de aço e unidos por um cinturão também de aço de 1,33 m de espessura;
- c) portanto, o WTC teria sido implodido, ideia sustentada, inclusive, pelo que seria a aparição de um *ovni* numa sequência de fotos instantes antes do segundo avião atingir seu alvo

(verdade seja dita, é possível que algum objeto não identificado que tenha aparecido em fotos ou filmagens não passasse de estilhaços do choque do primeiro avião);

d) nenhuma das duas caixas-pretas foi encontrada, mas vários documentos, inclusive passaportes dos mortos foram achados praticamente sem um arranhão (chegou-se a comentar que o revestimento das caixas-pretas deveria passar a ser produzido com o mesmo material das capas dos passaportes).

Na mesma linha de raciocínio:

a) a explosão no Pentágono ter sido provocada por um míssil de cruzeiro;

b) um avião de 60 metros de comprimento, 50 metros de envergadura (com as turbinas), velocidade de cruzeiro de 870 km p/hora (digamos que estivesse voando a 435 km p/h), seis metros de diâmetro da cabine, nunca produziria um buraco de apenas 6m de diâmetro na entrada e 3m na saída **(22)**.

Já o caso do avião que caiu na Pensilvânia é ainda mais intrigante:

a) teria sido abatido por engano por avião de combate, já que o vice-presidente, Dick Cheney, afirmou que o presidente Bush havia dado a autorização para abatê-lo e que, segundo os controladores de voo próximos, dois aviões de combate (“caças”) F-16 seguiram o Boeing durante um bom tempo;

b) várias testemunhas informaram ter visto um avião-robô sobrevoar a área após a queda;

c) as gravações das chamadas feitas pelos passageiros por telefone celular foram confiscadas pela comissão de investigação oficial e nunca mais reveladas;

d) segundo relatos, nenhum fragmento encontrado no local tinha mais que 5 cm de tamanho, sendo que uma turbina foi achada a dois quilômetros do ponto da queda

Considerando todas as evidências acima e, como foi dito, que **O AVIÃO DO PENTÁGONO NÃO EXISTIU, PODEMOS AFIRMAR, COMO BOA DOSE DE CERTEZA, QUE O AVIÃO DA PENSILVÂNIA TAMBÉM NÃO EXISTIU OU FOI ABATIDO. (23)**

Há, também, o fato de a Casa Branca não ter sido alvejada contraria todos os princípios militares e políticos, pois, além de ser a sede do poder do inimigo, ficaria muito mais difícil alegar que todos os que ali morressem seriam “civis inocentes” (quem sabe o pessoal da copa e da manutenção). Ou seja, os argumentos dos conspiracionistas são bastante convincentes e

bem fundamentados. Na verdade, o que devemos ter em mente é que, em se tratando dos Estados Unidos da América, tudo é possível, especialmente o improvável.

Por fim, ainda que correndo o risco da redundância, à luz do fato do avião do Pentágono comprovadamente não ter existido, devemos reiterar a probabilidade de que todo o evento tenha sido uma grande montagem orquestrada pelos órgãos de segurança e informações (no jargão brasileiro, “*inteligência*”; no jargão estadunidense, “*inside job*”). Restaria comprovar em que grau o presidente do país estaria envolvido na trama.

VI. O COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR E A GUERRA CONTRA O TERROR

O “complexo industrial-militar” é, de longe, o principal segmento da economia dos Estados Unidos da América e, por conseguinte, o de maior peso político e com maior capacidade de influenciar/determinar as diretrizes governamentais. A expressão “complexo industrial-militar” foi consagrada no discurso de despedida do então presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, em janeiro de 1961, que manifestou profunda preocupação quanto ao futuro da “democracia” em uma sociedade na qual o polo econômico mais dinâmico esteja voltado para a atividade militar. O segmento industrial-militar é justamente denominado “complexo” porque agrupa diversas atividades que, em princípio, não são dedicadas ao mister militarista mas que se articulam numa corrente de interesses que, lá na atividade-fim, na ponta do processo onde se queima o capital imobilizado e são criadas novas demandas, todas essas atividades articuladas saem lucrando. Nos EUA, a articulação econômica em torno da atividade militar ocupa um espaço incomensurável. Partindo das empresas diretamente ligadas à atividade-fim, como as fabricantes de armas, munições e equipamentos, podemos encontrar um sem número de produtoras de insumos e componentes que empregam milhões de cidadãos estadunidenses. Numa velha mania bem típica, nossos poderosos primos do norte classificam com as “cinco irmãs” da indústria bélica a Lockheed-Martin, a Boeing, a Northrop-Grumman, a Raytheon e a General Electric, à quais se alinha, desde o final da década de 1990, a British Aerospace Systems (após a incorporação de várias empresas menores nos EUA) disputando o primeiro lugar na lista. Cada uma delas, e todas as outras além da “cinco irmãs” (incluindo o Carlyle Group), agrupam em torno de si uma quantidade indefinível de agregadas e fornecedoras. Por exemplo: alguém pode, inocentemente, trabalhar para a fábrica de pneus Good-Year sem sequer se dar contas que os pneus por ele montados equipam um caça-bombardeio F/A-18, do consórcio Lockheed-Martin/McDonnell-Douglas, que despeja toneladas de explosivos em cima de um outro alguém muito mais inocente. Ou, ainda, ser

operário de uma siderúrgica que forneça aço para a General Electric sem se dar conta que as turbinas dos F/A-18 são montadas por essa empresa, que também fornece as milhares de lâmpadas usadas em cada porta-aviões de onde decolam os F/A-18.

Intimamente associada à indústria bélica e seus agregados estão a indústria do petróleo e sua irmã siamesa, a indústria automobilística. Afinal, o petróleo move os motores da máquina militar e esta garante o suprimento (e os lucros) das indústrias do petróleo e automobilística. Setores das indústrias do vestuário, alimentação, farmacêutica, comunicações, eletrônica, informática, siderurgia/metallurgia, construção civil, aeronáutica, ferroviária, construção naval, agricultura (não necessariamente nesta ordem) e, projetando um futuro promissor, a biotecnologia, articulam-se à diabólica trindade armamentos/petróleo/veículos num gigantesco polvo de inúmeros tentáculos que se imiscuem em praticamente todos os segmentos da sociedade estadunidense.

O complexo industrial-militar é o filho dileto do imperialismo. Sendo os EUA o país-sede do imperialismo por definição, torna-se lógico que seja justamente neste país que o complexo industrial-militar exerça a maior pressão política e cause os maiores impactos internos e externos. Além disso, a imobilização de capitais em armamentos e “periféricos” gera um grave problema econômico. À medida que a pressão armamentista cresce, cresce a produção de artefatos bélicos. O entanto, o capital imobilizado em armamentos significa a imobilização de capital num setor “morto” da economia, ou seja, um setor que não gera consumo ou circulação de capital e que, portanto, o capital não retorna à cadeia produtiva. Por conseguinte, tal capital deve ser, literalmente, queimado, destruído. E só a uma maneira de se queimar capital imobilizado em armamentos (capitalistamente falando): acionando tais armamentos contra alguém (!) de modo a esvaziar os países e gerar novas encomendas. Ao acionar tais armamentos contra alguém, imediatamente é gerada uma demanda por novos armamentos os quais, por sua vez, acionam um longo mecanismo de novas demandas de mão-de-obra, alojamentos, uniformes e equipamentos de segurança, alimentação, transporte, etc. Quando a ação do governo vai às últimas consequências e um outro país é invadido, cria-se a demanda de obras de “reconstrução” as quais, por sua vez, aquecem o mercado de cimento, aço, materiais de acabamento, obras de infraestrutura e de apoio à mão-de-obra, tudo isso num enorme círculo vicioso e retornando ao paradigma da *paz como problema*.

Há, também, um fator de pouca visibilidade de mas enorme importância. À medida em que os EUA perdem a liderança em vários setores econômicos e tecnológicos, o “complexo” funciona como gerador/estímulo/criador de tecnologia de ponta. Aviões, mísseis, satélites,

equipamentos de defesa, microtecnologia, informática, dentre outros, são segmentos que funcionam incorporando tecnologias e valores à economia do país. No setor puramente militar a liderança mundial estadunidense continua incontestável, transformando em bens materiais os gastos estratosféricos que o país efetua anualmente na rubrica orçamentária da “defesa” (em números: mais de 45 bilhões de dólares, cerca de 45%, no mínimo, do total mundial e mais do que a soma dos dez maiores orçamentos militares seguintes –do 2º ao 11º).

O poder do “complexo” é tal magnitude nos EUA que, por ocasião da votação do *Patriotic Act*, apenas um dos 415 deputados federais (ou “representantes”, como são chamados por lá) e nenhum dos 100 senadores votou contra o governo **(24)**. Isso porque todos os 415 distritos eleitorais nos quais se dividem os EUA possuem algum interesse ligado ao “complexo”.

Após a II Guerra Mundial, o medo provocado no governo e na burguesia norte-americanos de um retorno à situação recessiva que perdurou de 1929 até 1941 fez com que os *thinktanks* e os *policy-makers* de Washington e de Wall Street criassem o fantasma da ameaça comunista – a Guerra Fria, que manteve azeitada a máquina do complexo industrial-militar. Através de conflitos abertos ou camuflados, a Guerra Fria **(25)** serviu para criar um clima de histeria anticomunista e, principalmente, para o fim primeiro – desovar o estoque de capital imobilizado em armamentos e gerar demandas por novos materiais e equipamentos bélicos. Com o fim da Guerra Fria no curto espaço de um biênio (novembro de 1989 a dezembro de 1991), o *establishment* estadunidense vagou como alma penada procurando uma nova encarnação, no caso, um novo inimigo, ainda que apenas imaginário. Num primeiro momento, esse inimigo foi encarnado no narcotráfico, mas este não tinha a pujança necessária para atender aos requisitos do *establishment* e o vazio estratégico continuou. Pois foi justamente esse limbo estratégico que gerou o Projeto Para Um Novo Século Americano e suas propostas de pirataria e pilhagem internacionais. E aí, eis que o bilhete de loteria premiado caiu no colo de Bush júnior. O discurso do presidente dos EUA perante as duas casas do congresso de seu país, declarando que “quem não estava conosco (eles, os EUA), estariam contra nós” **(26)** inaugurou a nova era de guerra permanente, “a tarefa que nunca termina” – não mais contra o comunismo visível e com território definido ou contra uns narcotraficantes que, em última instância, acabam lavando seu dinheiro no sistema bancário internacional, mas contra um inimigo muito pior, invisível, apátrida, solerte e “ilegal”, que só poderá ser derrotado numa guerra também sem quartel e sem amarras morais ou legais (leia-se “tortura”, etc.) **(27)**, uma guerra que “não foram os Estados Unidos que começaram, mas que terminará como os Estados Unidos desejarem”. Ao “conceito” de guerra permanente ou da tarefa que nunca

termina, o próprio Bush somará, no ano seguinte, a “ideias” expressadas no Discurso da União (janeiro) e seu “eixo do mal” e na Doutrina Bush (setembro) e seus “ataques preventivos” (ver mais detalhes no próximo capítulo).

É claro que perguntas incômodas e antipatrióticas como: a) por que a família Bin Laden foi retirada dos EUA após o 11/09 sem que ninguém fosse interrogado pelo FBI?; b) a invasão do Afeganistão foi para caçar Bin Laden ou para passar um oleoduto?; c) como um homem que se submete à sessões de hemodiálise, como Osama, pode sobreviver nos desertos do Afeganistão sem acesso a serviço tão indispensável?; d) por que nunca, até os dias de hoje, foi encontrada uma única arma de “destruição em massa” no Iraque?; e) o que foi feito das evidências e provas coletadas desde o primeiro ataque ao edifício-sede da CIA?; e) por que nunca nenhum *hacker* conseguiu rastrear qualquer sinal de Osama Bin Laden na internet?, etc., etc., etc., estão sem resposta. Durante o governo Bush júnior, quem fizer tais perguntas será rotulado como “inimigo da América” e amigo dos terroristas. Já seu sucessor, Barack Obama, até agora parece preferir fingir-se de morto quanto ao assunto.

VII. CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

Falar da guerra em si, ou das guerras (no plural), talvez seja um pouco cansativo, tamanho é o volume de informações que nos têm chegado desde setembro de 2001. Vamos, portanto, tentar uma abordagem dos bastidores das ações militares na pretensão de esclarecer os movimentos executados à sombra e longe dos olhos e ouvidos da opinião pública mundial. Antes, porém, registremos que as únicas guerras abertas deste século estão sendo travadas pelos Estados Unidos da América.

Entre o 11/09 e o início das ações militares contra o Afeganistão transcorreram 26 dias, durante os quais os EUA fingiram demonstrar uma pressão apenas diplomática na tentativa de obter a extradição de Osama Bin Laden. Ao mesmo tempo, enquanto negavam os talibãs o direito de se defender das acusações perante a comunidade internacional, o governo estadunidense sabotava os esforços afegãos de chegar a um acordo razoável – afinal de contas, não havia qualquer acusação formal contra Osama ou o regime talibã em qualquer foro internacionalmente reconhecido. Ao contrário do que foi divulgado, os talibãs se ofereceram para entregar Osama Bin Laden e os EUA recusaram sob a alegação de que isso iria atrapalhar as investigações e as buscas de outros grupos terroristas além da Al Qaeda (assim

com já havia recusado o oferecimento do Sudão de extraditar o mesmo Osama). Nas deliberações que se seguiram ao 11/09 o presidente Bush júnior exerceu todos os esforços possíveis para incriminar o Iraque e seu líder, Saddam Hussein. Aliás, um dos motivos pelo qual George W. Bush fez o possível para atrapalhar as investigações sobre o 11/09 foi para que não fossem divulgadas as declarações do ex-chefe do departamento antiterrorismo da Casa Branca, Richard Clark. Este senhor, já aposentado, disse, para quem quisesse ouvir ou ler, que não havia um único indício que ligasse Saddam Hussein e o Iraque aos ataques do 11/09. Além de proclamar publicamente a insistência de George W. Bush em incriminar Saddam e seu governo, Richard Clark também não só não economizou esforços em denunciar o sucateamento de sua unidade antiterrorismo, como confirmou que os órgãos de segurança e informações e o presidente dos EUA sabiam da iminência de ataques planejados por *mujahidins* contra alvos em território estadunidense.

Enquanto aquecia os músculos para ações externas, Bush júnior não negligenciava o front interno. Aproveitando o choque e o clima de pânico instalados no país, conseguiu aprovar a toque de caixa uma legislação de exceção sobre segurança interna - o *Patriotic Act* (ver o item VI e a nota 24), que concedeu amplos poderes aos órgãos de segurança para espionar e censurar cidadãos *all americans* e de prender sem acusação formal e direito a defesa qualquer estrangeiro que parecesse suspeito de alguma coisa.

Embora o alvo número um fosse o Iraque desde julho de 1998, a primeira ação militar estadunidense foi desencadeada contra o Afeganistão, um país cujo governo havia enviado uma delegação especial à capital norte-americana poucos meses antes de se tornarem o covil do inimigo público número 1 dos EUA. Alguma coisa, portanto, havia saído do roteiro. Como não foi divulgado o teor das conversações entre os representantes estadunidenses e os talibãs, podemos nos sentir à vontade para interpretarmos as evidências colhidas. Apesar de ser um fato pouco divulgado no Ocidente, a ditadura talibã entrou no ano de 2001 bastante desgastada perante a população afegã, não só pelos seus conceitos sociais extremamente arcaicos e obscurantistas, mas também pela mera incapacidade de cuidar do país. Durante o 2º semestre de 2001, uma força paramilitar de oposição, majoritariamente de etnia tadjique, do tronco linguístico indo-europeu (os talibãs são da maioria pushtun, ou pashtun que, também do tronco indo-europeu, são diretamente ligados aos seus parentes de mesma etnia do outro lado da fronteira paquistanesa), denominada “Aliança do Norte” e que gozava de uma boa dose de simpatia por parte da Rússia, obteve ganhos expressivos contra o regime de Cabul. Ao contrário dos talibãs, os homens da Aliança do Norte não enviaram delegação alguma a Washington ou a qualquer outro grande centro de poder no Ocidente e talvez não seja mais

uma coincidência que, dois dias antes do 11/09, o comandante daquela milícia tenha morrido em um atentado cujas suspeitas de autoria tenham recaído, mais uma vez, sobre (quem?) a Agência Central de Inteligência dos EUA (a CIA). Já na reta final da campanha contra o regime talibã, as tropas dos EUA se apressaram mas perderam a corrida com a Aliança do Norte pelo controle de Cabul, que só foi entregue pelas forças nortistas após entendimentos secretos. Uma vez estabelecidos no poder, os EUA trataram de pôr uma frágil máscara de democracia e direitos humanos no Afegão. Depois de algumas hesitações e desencontros, empossaram Hamid Karzai como novo presidente do Afeganistão. Nesse momento, a frágil máscara cai - Hamid Karzai fora informante da CIA e funcionário da Union Oil of California, a UNOCAL (28), empresa que já vinha tentando há, pelo menos, cinco anos construir e operar um grande oleoduto que levaria óleo e gás da bacia oriental do mar Cáspio (Casaquistão e outras ex-repúblicas soviéticas menores da Ásia Central) até o oceano Índico através do Paquistão. Chegamos, por conseguinte, à conclusão que a invasão do Afeganistão, além de ter pouca ou, talvez, nenhuma relação comprovada com o 11/09, representou, para os EUA: a) o estabelecimento de um governo confiável aos olhos do imperialismo, considerando que o regime talibã já estava tremendamente desgastado e a opção à mão, a Aliança do Norte, mantinha arroubos indesejáveis de soberania nacional e de um temerário relacionamento com Moscou; b) que o novo regime garantiria não só o oleoduto Cáspio-Índico como permitiu aos EUA apertar, ainda mais, o cerco militar à China e ao Irã e consolidar sua novíssima influência na Ásia Central, deixando claro, definitivamente, a Moscou, quem é que manda(va) por lá (por aqui nem se fala); c) fechar os acessos ao petróleo daquela região aos grandes consumidores da área do Pacífico - China (provável maior importador de petróleo por volta de 2015/2020) e Japão (que, mais tarde, pela primeira vez depois da II Guerra Mundial, enviará tropas ao Iraque ocupado na tentativa de compartilhar dos despojos e dos lucros da “reconstrução”) e potenciais competidores econômicos dos EUA. Nesse contexto, as acusações dirigidas a Bush júnior nos Estados Unidos, como negligência, obstrução das investigações e lentidão para reagir aos ataques de 11 de setembro, foram facilmente digeridas pelo *establishment* do petróleo, do complexo industrial-militar, das corporações financeiras e do PNAC.

Quanto ao Afeganistão, cabe mais uma observação. Se Osama Bin Laden realmente se submeteu a uma sessão de hemodiálise num hospital do Paquistão, conforme fora noticiado, como então ele pôde obter tal vital tratamento se estava enfiado no deserto afegão? Muitos sabemos o quão complexos eram os túneis cavados pelos vietnamitas para servirem de quartel e abrigo durante as guerras que enfrentaram, mas colocar um imenso aparato para hemodiálise e mantê-lo intacto sob pesado bombardeio é um pouco difícil de acreditar.

Restam-nos, portanto, duas hipóteses: ou Osama Bin Laden realmente não existe ou é um sócio muito valioso do *establishment* para ser eliminado assim, sem mais nem menos.

O oleoduto que funcionou como razão não revelada da invasão tinha uma segunda versão, um plano B. Antes da ocupação do Afeganistão, o *establishment* imperialista chegou a avaliar opções que levariam os mesmos óleo e gás para o Mediterrâneo Oriental. Com alguns agravantes: na margem oeste do mar Cáspio fica uma região rebelde ao sul da Federação Russa e cuja população é majoritariamente de fé muçulmana – a Chechênia. Transpostos o sul da Rússia e o mar Negro, o oleoduto deveria atravessar os Bálcãs. Nos Bálcãs haveria duas outras opções: via sudoeste pela Turquia europeia e Grécia ou direto para oeste, atravessando a Bulgária e a ex-repúblicas iugoslavas da Sérvia (na região do Kosovo), da Macedônia e do Montenegro, sendo que Sérvia e Macedônia também sofreram a ação de extremistas ligados à Al Qaeda, treinados, patrocinados e monitorados pela CIA e, principalmente, pelo MI-6 (seção do serviço secreto britânico voltada para ações externas – onde “trabalha” James Bond) e pelo *Special Air Service* (SAS, também britânico). Como o Afeganistão mostrou ser um osso mais mole de roer e uma relação custo-benefício mais vantajosa, as opções ocidentais (Chechênia e Bálcãs) foram, momentaneamente, arquivadas. Às vésperas da invasão do Afeganistão ocorreu mais um fato a ser interpretado dentro da lógica conspiracionista: quais foram os entendimentos secretos mantidos por George W. Bush (dos EUA) e Vladimir Putin (da Rússia), pela partilha da Ásia Central? Independente do que tenha sido falado e acordado entre os dois presidentes nucleares, o que resultou de concreto foi o apoio mútuo dentro das respectivas áreas de influência. Ou seja, os EUA passariam a fazer vista grossa quanto à repressão russa à Chechênia (*n* vezes mais sangrenta que as ações dos guerrilheiros chechenos) em troca do silêncio obsequioso dos russos quanto ao Afeganistão.

Entre a invasão do Afeganistão e a do Iraque, é preciso marcar o ano de 2002. Já em janeiro, no anual Discurso da União no congresso do país, Bush tornou pública em janeiro de 2002 a idéia da existência de um “eixo do mal” formado pelos “estados-vilões” (*rogue states*) Coreia do Norte, Irã e Iraque, aos quais foram somados Cuba, Líbia e Síria. Posteriormente, em setembro, o gov. Bush divulga sua nova “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”, que ficou conhecida como *Doutrina Bush*, na qual declara ao mundo a intenção dos EUA agirem militar e unilateralmente de forma preventiva, antecipada e não-declarada (*preemptive attacks*), em nome da autodefesa contra os *rogue states*, o “terrorismo internacional” e contra qualquer outro país ou grupo político que os mesmos EUA resolverem

classificar como ameaça. Ou seja, o retorno ao velho espírito dos *westerns*: atirar primeiro e perguntar depois.

Antes de chegar ao objetivo principal, ainda em 2002, a política de mão-de-ferro estadunidense faz um desvio importante: a Venezuela. Maior exportadora de petróleo para os EUA, a Venezuela era (e ainda é) presidida pelo ex-coronel do exército Hugo Chávez. Personalidade polêmica, Hugo Chávez, eleito e reeleito pelo voto direto em eleições consideradas legais pelos observadores internacionais que as acompanharam (ou “livres”, como gostam de dizer os estadunidenses), procurou demarcar, desde 1998, um campo popular-reformista junto com um contra-discurso frente ao discurso estadunidense dominante, uma política externa com uma certa dose de independência e a busca de parceiros comerciais fora da área tradicional de influência dos EUA. A direita tradicional venezuelana e o gov. Bush júnior não perdoaram seus arroubos de liberdade e, depois de uma longa campanha de desgaste, partiram para o golpe em 11 de abril. A tentativa foi prontamente enfrentada pelos partidários do presidente que, numa mobilização de milhões, reconduziu Chávez à presidência. Desde então, tanto a burguesia venezuelana quanto a estadunidense procuraram encontrar um *modus vivendi* com o governo Chávez (ou, preconceituosamente falando, o “regime” chavista”), apesar do presidente até o presente momento não ter sido confrontado eleitoralmente por algum adversário de peso.

Finalmente, chega a vez do Iraque. Logo em seguida ao 11/09, Bush júnior e o núcleo duro de seu governo tentam, persistentemente, incriminar o Iraque, vinculando-o aos atentados. Não encontraram prova alguma simplesmente porque não havia prova alguma a ser encontrada (29). Não obstante, o Iraque e seu líder, Saddam Hussein, já estavam condenados; só faltava o estopim para deflagrar a crise final. O período que se estende até a noite de 18 de março de 2003 é fértil em falsificações, maquinações e mentiras puras e simples por parte dos EUA contra um país que nunca havia disparado um tiro sequer contra eles. As pressões exercidas pela “diplomacia” estadunidense contra o Iraque foram de dimensão quase inimaginável. Atuando na ONU (tanto na Assembléia Geral quanto no Conselho de Segurança) – chama atenção a atuação do já conhecido Colin Powell (ver cap. I), agora como ministro do exterior/secretário de estado, apresentou montagens fotográficas dos depósitos das “armas de destruição em massa” iraquianos ao Conselho de Segurança da ONU (30), na Agência Internacional de Energia Atômica, na OTAN, na Liga Árabe, na Cruz Vermelha, no FMI, no Banco Mundial, nas chancelarias internacionais, na Organização Para a Proibição das Armas Químicas/OPAQ (31), na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), os EUA estabeleceram um círculo de aço em torno do Iraque. A ação estadunidense seguiu duas linhas

convergentes: aos países que pouco ou nada ajudariam em termos práticos, tratou de impressionar com alguma cláusula de melhoria no comércio bilateral e/ou alívio na cobrança de dívidas e mesmo com o fantasma das “armas de destruição em massa”; já os que poderiam fornecer algum tipo de apoio militar ou logístico foram subornados com atraentes contratos de “reconstrução” e/ou de fornecimento de bens e serviços. O povo iraquiano, por sua vez, encontrava-se sob fogo cruzado. De um lado, devemos considerar que o Iraque é um dos poucos países em que os xiitas são maioria no Islã (ver nota 5). Em que pese a inclusão de mulheres, cristãos e judeus ao regime de Saddam Hussein **(32)**, havia a ameaça latente da eclosão de violência sectária entre tais grupos, o que foi muito bem aproveitado pelas forças invasoras para desestabilizar ainda mais a sociedade iraquiana. Do outro lado, era vítima (o povo iraquiano) da política de cerco ao país promovida pelos EUA, seus aliados principais (leia-se Reino Unido) e seu ministério das colônias, a ONU desde o final da I Guerra do Golfo. As pressões exercidas pela “diplomacia” estadunidense, em especial as fotos de satélite falsificadas que mostravam instalações de produção de armas de destruição em massa (aliás, aqui entre nós, o que é isso e o que seriam armas de destruição “não em massa”?) resultaram numa série de resoluções do conselho de segurança do ONU que variavam desde o quanto o Iraque poderia vender e comprar do exterior até a determinação de que inspetores da ONU vasculhassem o país em busca das armas “proibidas”. Outra desculpa fajuta apresentada contra Saddam falava da necessidade de se remover um “tirano” que se aprazia com o sofrimento do próprio povo. Possivelmente, de todas as mentiras sacadas pelos EUA para justificar sua agressão, esta foi a pior de todas. Consideremos os dois países que mais praticam a pena de morte: a China e a Arábia Saudita. A China goza da cláusula de “nação mais favorecida” no comércio exterior dos EUA e a Arábia mantém vínculos que dispensam novos comentários. Por sinal, o país que em terceiro lugar mais pratica a pena de morte são os Estados Unidos da América, sendo que, dos 50 estados da federação, os dois que mais executaram prisioneiros nos anos 90 foram o Texas governado por George W. Bush (o Bush júnior) e a Flórida de seu irmão Jeb Bush. Sem contar as *covert actions* e as intervenções diretas dos EUA na América Latina e no resto do mundo **(33)**.

Acuado, Saddam Hussein fez concessões para tentar salvar a pele e seu governo. Todas as exigências da ONU foram atendidas. Três missões foram enviadas ao Iraque e vasculharam o país de todos os lados e nada encontraram que indicasse o descumprimento das resoluções sobre “armas de destruição”. Ao contrário, os espiões que se abrigaram sob as inspeções da ONU forneceram a Bush júnior a certeza de que o Iraque não tinha capacidade defensiva e que a invasão seria pouco mais que um treinamento com munição real. No entanto, sua sentença

de morte, que já estava lavrada desde o memorando do PNAC de 1998, foi registrada em cartório quando, em 30 de outubro de 2000, anunciou (ele, Saddam) que iria converter o valor das reservas de petróleo e gás do Iraque para o euro a partir do dia seguinte e abandonar o dólar como moeda de seu comércio exterior e de pagamento de seus compromissos internacionais, abrindo um precedente que apavorou os *thinktanks* do imperialismo ianque.

Apesar dos milhões que foram às ruas em todo o mundo no dia 15 de fevereiro de 2003 para pedir, implorar, requerer, exigir pela “paz”, os Estados Unidos da América atacaram o Iraque. Na madrugada de 19 de março, hora de Bagdá, antes da meia-noite do dia 18 no Brasil, os mísseis de cruzeiro começaram a cair na cidade de mais de quatro milhões de habitantes (duas vezes o Distrito Federal). Em exatos 43 dias, mais de três mil desses mísseis (custo de cada um: 1 milhão de dólares à época) haviam sido disparados contra o país. Embora a invasão não tenha sido o treinamento que se supunha, as forças armadas do Iraque pouco ou nada poderiam ter feito contra a maior (ou única) superpotência **(34)**. No 44º dia da invasão, 02 de maio de 2003, o presidente dos EUA George W. Bush anunciou o “fim dos combates” e que a missão estava *accomplished*. Terminava a guerra de invasão do Iraque e começava a guerra de libertação do Iraque.

Mas, isso já é uma outra história.

VIII. *POST SCRIPTUM*: A “MORTE” DE OSAMA BIN LADEN

Quando da última revisão deste texto (já bem atrasada), às vésperas do 10º aniversário do 11/09, chegou a notícia da morte de Osama Bin Laden, cujo anúncio começou a correr o mundo no final da noite de 01 de maio de 2011, horário de Brasília. Deixando de lado a nítida expressão de felicidade dos “enviados especiais” da mídia brasileira nos EUA, em Israel e na Europa Ocidental **(35)**, ficam aqui os seguintes registros:

a) considerando tudo o que foi dito anteriormente aqui neste texto, desde o início do envolvimento dos EUA no Afeganistão, ainda em 1979, passando por todo o histórico deste envolvimento, que levou à criação do movimento Talibã e do surgimento público de Osama Bin Laden e chegando aos acontecimentos do chamado “11/09”, aí incluindo o fato de pelo menos um dos aviões informados (o do Pentágono) simplesmente não ter existido e um outro provavelmente também não (o da Pensilvânia);

b) considerando os serviços prestados aos EUA e ao imperialismo pelos chamados “radicais islâmicos” em regiões como Kosovo, Chechênia e Tadjiquistão;

c) considerando o fato de Bin Laden estar escondido sem a companhia de seguranças ou, o que é ainda mais suspeito, o ataque não encontrou resistência de seguranças, já que nenhum desses foi morto ou capturado (os mortos estariam no mesmo cômodo que OBL, incluindo uma mulher);

d) considerando o pior da farsa, claro, a recusa oficial do governo dos EUA de mostrar fotos de OBL morto, quando lembramos de fotos de Patrice Lumumba, Che Guevara, Carlos Marighela, Carlos Lamarca, o próprio Saddam Hussein e seus dois filhos e um neto, vários “líderes” da Al-Qaeda mortos no Iraque e várias outras vítimas do terror direitista no mundo e no Brasil; tudo isso nos leva a perseverar na possibilidade da inexistência de Osama Bin Laden.

A tudo isso somam-se o(a)s mais diverso(a)s e estapafúrdio(a)s *fatios & versões* sobre tão notório personagem, dentre os tais querer que acreditemos que um evento de tal magnitude como foi o 11/09 pudesse ter sido planejado e ordenado a partir de uma caverna no Afeganistão tão remota que nunca se captou um sinal de internet ou de rádio, embora o acusado, pelo que consta, submetia-se a sessões de hemodiálise.

Mesmo que se venha a confirmar, inapelavelmente, a existência de OBL, sua morte se encaixa muito bem nas teorias “conspiracionistas” de queima de arquivo.

Tão ou mais importante que a notícia da morte de OBL foram as declarações de várias “autoridades” dos dois países mais engajados na agressão imperialista ao Afeganistão e ao Iraque (EUA e Reino Unido), que logo se apressaram a declarar, em uníssono, que “Osama pode estar morto, mas a guerra contra o ‘terror’ continua”.

Ou seja, os verdadeiros terroristas e inimigos da humanidade - o imperialismo e o complexo indstrial-militar - não largarão o osso até que sejam definitivamente derrotados.

“Após a guerra, o problema será o vencedor. Ele acha que acabou de provar que guerra e violência compensam. Quem lhe dará uma lição agora?”

(Reverendo Abraham Johannes [A.J.] Muste [Holanda, 1885 – EUA, 1967], por ocasião da entrada dos EUA na II Guerra Mundial)

IX. BIBLIOGRAFIA COMENTADA

11 de Setembro

- CAMPOS, David Heylen – *O 11 de Setembro e as Outras Mentiras Que Nos Contaram*. São Paulo, Universo dos Livros, 2005. Este livro aborda o 11/09 e outros fatos marcantes da história dos EUA, como os assassinatos de John Kennedy e Martin Luther King, pela ótica da “teoria da conspiração”. É nele que encontramos boa parte dos eventos e mistérios em torno dos acontecimentos do 11/09 como descritos no final da parte V.

- CHOSSUDOVSKY, Michel – *Guerra e Globalização, antes e depois de 11 de setembro de 2001*. São Paulo, Expressão Popular, 2004. Professor universitário no Canadá e diretor da ong Global Research, Chossudovsky é um velho e competente adversário do “império”. Em seu livro podemos ler a notícia do encontro de Osama Bin Laden com o embaixador dos EUA nos Emirados Árabes Unidos, quando da internação de Osama num hospital de Dubai, nos EAU, e a posterior internação do mesmo Osama num hospital militar do Paquistão na véspera do 11/09. Chossudovsky destrincha os conchavos que antecederam a invasão do Afeganistão visando a construção de um oleoduto/gasoduto da Ásia Central para o Pacífico via Afeganistão e Paquistão e reproduz a entrevista com Zbigniew Brzezinski na qual este confirma a ação estadunidense de desestabilização do Afeganistão para forçar para envolvimento soviético. A unificação dos interesses bélicos e petrolíferos dos EUA e do Reino Unido também são magistralmente demonstrados em seu pequeno mas fundamental livro.

- EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW – *Terror Contra o Estado Nacional*. Rio de Janeiro, EIR, 2001. Editado no calor dos acontecimentos do 11/09, o livro foi a primeira publicação a levantar a hipótese de envolvimento dos serviços secretos dos EUA e do Reino Unido com a acusada Al Qaeda. Sem se deixar intimidar pelo clima de histeria e belicismo que tomou conta dos EUA, denunciou com firmeza e competência a ligação genética da CIA (EUA), do MI-6 e do SAS (RU) e do ISI (Paquistão) na formação e crescimento do Talibã, bem como a “tolerância” do governo de Londres com os muitos grupos assumidamente terroristas que ali tinham sua sede. Um senão: tenta nos fazer acreditar que os EUA pouco seriam além de um instrumento nas mãos do serviço secreto britânico, este sim o “grande satã” dos acontecimentos do 11/09.

- HARVEY, David – *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Ed. Loyola, 2ª edição, 2003. Ex-professor das universidades de Oxford (Reino Unido) e John Hopkins (EUA) e atualmente na City University of New York (antropologia), Harvey, brilhantemente, faz uma costura política entre

fatos & versões cronológicos, econômicos e militares do assunto que aqui tratamos (entre outros temas afins), particularmente nos capítulos 1 e 5). Num livro relativamente pequeno (208 páginas, incluindo as não-úteis), Harvey apresenta um volume impressionante de informações, acompanhadas pelo devido tratamento e comentários. É uma das principais fontes que fundamentam este trabalho. Um exemplo dramático, embora fora do tema aqui tratado: Harvey afirma que o chamado “primeiro choque do petróleo”, segundo documentação agora disponível (sem, no entanto, listá-la), foi fruto de uma articulação político-econômico entre os EUA, a Árabia Saudita e o Irã do Xá (antes, portanto, da revolução). Também é dele a citação que abre este trabalho, bem como a que fecha o penúltimo parágrafo do cap. III (entre outras).

- INSTITUTO JOSÉ LUIS E ROSA SUNDERMANN – *Revista Marxismo Vivo*, em especial os números 4 e 9, Afeganistão e Iraque. São Paulo, Ed. Instituto José e Rosa Sundermann.

- MEYSSAN, Thierry – *11 de Setembro de 2001, Uma terrível Farsa*. São Paulo, Usina do Livro, 2003. Só a capa já vale ler o livro todo. A foto do Pentágono na cidade de Washington, EUA, **SEM** os destroços do avião que teria sido jogado pelos “terroristas” contra o edifício desmonta todo o qualquer argumento a favor da imagem da “‘América’ sob ataque”. Se um dos aviões verdadeiramente não existiu, todo o resto fica sob suspeita.

- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto – *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. Obra de fôlego, um trabalho excepcional, um verdadeiro *vade mecum* da história dos Estados Unidos. Muito material de primeira mão, documentos desclassificados (os que deixaram de ser *confidential*, *secret* ou *top secret*). Dois poréns: muitas citações em línguas estrangeiras e algumas falhas na revisão de números (milhões no lugar de bilhões, por exemplo). Particularmente, registro uma única diferença importante com o autor: atribuir a Kautsky, em contraposição a Lênin, uma genialidade que ele não tinha ao prever um “ultraimperialismo”. O ultraimperialismo pode até existir, mas prevê-lo durante a I Guerra Mundial, vinte e tantos anos antes da II GM, foi um “chute” que, por acaso, acertou o gol.

- MOORE, Michael – *Fahrenheit 11 de Setembro*. São Paulo, Francis, 2004. Roteiro do filme homônimo acrescido de vários interessantes, o livro trás pérolas tais como a) a íntegra do memorando do PNAC, de julho de 1998, ao então presidente Bill Clinton reivindicando a invasão do Iraque – mais de três anos antes do 11/09; b) uma extensa matéria publicada no periódico *In These Times* de 03 de agosto de 2004 denominada “Eles sabiam...” na qual é desmascarada toda a rede de desinformações e mentiras montada para justificar a invasão do

Iraque; c) os depoimentos de Richard Clark, ex-chefe do Departamento de Anti-Terrorismo da Casa Branca/Presidência da República relatando o desmonte sofrido por seu departamento, vítima de cortes de verbas, politicagens e interesses, percebíveis mas não comprováveis, de manipulação das informações por ele produzidas e várias outras imagens bastante reveladoras e perturbadoras para o *establishment* norte-americano e o governo Bush júnior

- PERKINS, John – *Confissões de um Assassino Econômico*. São Paulo, Cultrix, 2005. Escrito por quem esteve literalmente dentro do sistema, o livro descreve a atuação de alguém que era pago para convencer os países a assumirem dívidas que, num futuro certo, transformar-se-iam em elefantes brancos impagáveis e que, por isso mesmo, acabariam penhorando seus recursos naturais e seus mercados internos. Perkins descreve com pleno conhecimento de causa o processo “corrompendo e financiando Osama Bin Laden”, além de deixar absolutamente claro que o Iraque só foi atacado porque Saddam Hussein se recusou a fazer o jogo daquilo que ele denomina “corporatocracia”, ou seja, aceitar lavar seus petrodólares no sistema bancário dos EUA, contratar empreiteiras dos EUA, enviar alguns presentes às pessoas certas nos EUA, e por aí vai

Publicações afins

- ALI, Tariq – *Confronto de Fundamentalismos*. Rio de Janeiro, Record, 2002. O título original em inglês, *The Clash of Fundamentalisms*, é uma resposta clara ao choque (*clash*) de civilizações. O subtítulo é “cruzadas, jihads e modernidade”. Observador e autor arguto, beirando a genialidade, a obra do paquistanês Tariq Ali é leitura obrigatória para quem procura informações de qualidade contra as informações da mídia capitalista e comprometida com o “pensamento único”.

- ... - *Bush na Babilônia*. Rio de Janeiro, Record, 2003. Apresenta um rápido panorama da História do Iraque e da ascensão de Saddam Hussein já a partir de 1969, incluindo suas manobras políticas para bem aparecer aos olhos dos EUA, com expurgos e chacinas de membros do Partido Comunista. Ali também relata a aposentadoria forçada do antecessor de Saddam, o general-presidente Hassam al-Bakr.

- ANUKIT, Yasmin – *Da Mesopotâmia ao Terceiro Milênio: Iraque, a ressurreição de um povo*. Rio de Janeiro, Ed. Fissus, 2004. Nessa obra consta a única referência encontrada que alega ter Saddam Hussein sucedido o governante anterior de maneira previamente acordada. Todas as outras citações a respeito, sem exceção, falam de golpe de estado.

- Bhutto, Benazir – *Reconciliação: Islamismo, Democracia e o Ocidente*. Rio de Janeiro, Agir, 2008. Neste livro irregular, escrito no final de 2007 e concluído na manhã do dia de seu assassinato, apesar de informações que complementam o tema aqui tratado, Benazir passa a impressão de querer ficar bem aos olhos do “ocidente”, repetindo o discurso oficial sobre o 11/09, citando sem crítica Al Qaeda, Osama Bin Laden, os quatro aviões do atentado e outros pontos da pauta do *establishment* estadunidense. Por outro lado, o ponto alto é uma crítica competente, bem fundamentada e demolidora do “choque de civilizações”.

- CARR, Caleb – *A Assustadora História do Terrorismo*. São Paulo, Ediouro, 2002. A primeira definição de “terrorismo” que aparece na nota 17 é desse livro, dentre outras informações sobre o tema ao longo da História

- CHOMSKY, Noam – *Poder e Terrorismo*. Rio de Janeiro, Record, 2005. O livro daquele que talvez seja o cidadão norte-americano mais crítico do “sistema” que os EUA desejam e tentam impor sobre o restante do planeta trás muitas informações importantes para quem quer compreender um pouco mais o mundo contemporâneo. O ponto mais importante, para este trabalho, é quando ele fala, perante estudantes universitários de seu país, que o país deles é o país que mais apóia, financia e estimula o terrorismo em todo o mundo. Vindo de um terceiro-mundista, essa declaração passaria despercebida, mas vinda de um famoso intelectual norte-americano, a “coisa” ganha um peso muito maior.

- ... - *Piratas & Imperadores, antigos e modernos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006. Brilhante, como de hábito, apresenta mais outras tantas informações altamente pertinentes sobre o tema, incluindo a segunda citação sobre “terrorismo” na nota 17 e a citação de A. J. Muste.

- COOK, Fred J. – *O Estado Militarista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. Livro traduzido e editado no Brasil sob o impacto do assassinato do presidente estadunidense John Kennedy, descreve com riqueza de detalhes, datas, locais e personagens o início e o desenvolvimento da Guerra Fria até 1962. O autor, cidadão dos EUA, entre outras coisas, deixa claro que a chamada “crise de Berlim” em 1948 foi o resultado de uma manipulação muito bem planejada e executada pelas potências ocidentais (ou seja, EUA e Reino Unido) já numa primeira tentativa de colocar a URSS, nessa época ainda sem armas atômicas, em situação estratégica defensiva.

- JUHASZ, Antonia – *A Tirania do Petróleo*. São Paulo, Ediouro, 2009. Excelente panorama e raio-X do poder da indústria petrolífera nos EUA e no capitalismo central desde o início do séc. XX até as invasões do Afeganistão e do Iraque.

- MARTINS, José – *Império do Terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*. São Paulo, Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005. Embora não trate do relacionamento EUA/Osama e quejandos, o livro de José Martins dissecar a relação entre o complexo industrial-militar e a economia dos EUA, demonstra como aquecer a economia desse país através do “keynesianismo militar” e, profeticamente, arriscou-se já naquele ano, a apostar suas fichas numa nova e ainda maior crise de superprodução e subconsumo para o final da década atual.

- MOORE, Michael – *Cartas da Zona de Guerra*. São Paulo, Francis, 2004. Coletânea de cartas de soldados em serviço no Iraque e de seus familiares e amigos, traz um relato em primeira mão de como as mentiras das “armas de destruição em massa”, da “libertação” e da “reconstrução” do Iraque foram sentidas na pele de uma ampla parcela de cidadãos estadunidenses e das tentativas de parte desse grupo de alertarem seus compatriotas das armadilhas preparadas pelo governo para continuar enganando o restante de população dos EUA.

- PILGER, John – *Os Novos Senhores do Mundo*. Rio de Janeiro, Record, 2004 O livro do jornalista australiano começa com uma ressalva: os senhores do mundo não são tão novos assim; na verdade, já o são há mais de meio século. No seu interior, duas revelações absolutamente chocantes (dentre muitas outras em outros temas nele tratados)– que os governos do Sudão, primeiramente, e do Afeganistão, já após o 11/09, mostraram-se dispostos a extraditar Osama Bin Laden para os Estados Unidos, no que foram desestimulados e, mesmo, desautorizados pelo próprio governo norte-americano.

- PERKINS, John – *A História Secreta do Império Americano*. O subtítulo é “assassinos econômicos, chacais e a verdade sobre a corrupção global”. Continuando o livro anterior (ver acima), Perkins nos traz mais informações pessoais sobre o *modus operandi* do império estadunidense. Atenção especial para o capítulo 38 sobre a guerra Irã-Iraque.

- RAI, Milan – *Iraque, Plano de Ataque*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

- SCOWEN, Peter – *O Livro Negro dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, 2003. Dentre os capítulos do livro, um em especial: o que descreve o ataque dos EUA à fábrica Al Xifa de medicamentos em Cartum, capital do Sudão, além de outras coisinhas bastante interessantes sobre os EUA.

Sobre o Islã

- DENANT, Peter – *O Mundo Muçulmano*. São Paulo, Contexto, 2004.
- JALAL, Ayesha – *Combatentes de Alá*. São Paulo, Larousse do Brasil, 2009. Reconstituição do processo de transformação da *jihād* de “esforço” para a guerra santa” como o termo é conhecido hoje
- HOURANI, Albert – *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1994.

Não li mas gostaria de ter lido:

- UNGER, Craig – *As Famílias do Petróleo*. Rio de Janeiro, Record, 2004. O título em inglês é mais revelador: House of Bush, House of Saud – Secret Relationship. Um capítulo inteiro que trata do relacionamento “especial” do ex-presidente dos EUA, Bush sênior, com a família real saudita e seus aparentados Bin Ladens, é reproduzido livro de Michael Moore.

Não li e não gostei:

- HERSH, Seymour M.– *Cadeia de Comando*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004. Do alto de sua experiência como jornalista de guerra e de sua credibilidade como o divulgador do “massacre de My Lai, na Guerra do Vietnã”, Hersh comete o velho pecado de dizer que “os serviços secretos dos EUA não conseguiram detectar os inimigos” (!).
- WOODWARD, Bob – *Plano de Ataque*. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 2004. Woodward, um dos jornalistas do “furo” do escândalo d Watergate, que acabou por derrubar o então presidente dos EUA Richard Nixon (o outro foi Carl Bernstein), tenta fazer-nos acreditar que, dois meses e meio depois do 11/09 o governo dos EUA ainda não tinha um “plano de ataque” contra o Iraque. Infelizmente, para o prestígio de Woodward, a história já negou sua hipótese e entregou seu livro à crítica roedora dos ratos, como dizia Marx.

X. FILMOGRAFIA COMENTADA

- DESPERTAR DE UM PESADELO. Com Geena Davis, este filme de 1997 tem uma cena na qual o “bandido”, um semi-aposentado agente secreto dos EUA, afirma que o visto de entrada de um dos terroristas que explodiram o carro no porão do WTC, em 1993, havia sido concedido por um agente da CIA na embaixada do país de origem do dito cujo. Por quê? Porque, sabendo das intenções hostis do terrorista, o agente da CIA concedeu o visto na esperança de que o atentado levasse o congresso dos EUA a votar ainda mais verbas para o “serviço”.

- **EM MINHA PRÓPRIA TERRA**, 2006. Documentário de Linda Ellman produzido por ocasião do 5º aniversário do 11/09, traz uma chocante sequencia: uma cidadã nova-iorquina declara ter presenciado um grupo de seis a oito homens num estacionamento situado na laje de uma loja num ponto de Nova York do qual se avistavam as Torres Gêmeas. Quando a cidadã ouviu no rádio que a primeira torre havido sido atingida, ela chegou à janela pouco antes da segunda torre também ser atingida. No momento em que o segundo avião atingiu seu alvo, a referida senhora afirma que os seis ou oito homens comemoraram com se uma equipe esportiva tivesse marcado um ponto decisivo (um gol, por exemplo). A senhora imediatamente ligou para a polícia que prendeu todo o grupo. E, para surpresa de todos, os homens eram agentes do serviço secreto israelense (o *Mossad*). De volta a Israel, alguns dos tais homens compareceram a programas de entrevista e o filme mostra um deles dizendo que, ao contrário, os gestos e gritos por eles emitidos eram de espanto e dor. O filme não mostra, provavelmente porque o entrevistado não foi perguntado, por que uma equipe de oito agentes do Mossad estava em grupo em Nova York num ponto de onde avistavam as torres do WTC e exatamente no momento dos atentados (ver a referência ZEITGEIST mais abaixo)

- ENCONTRO FATAL, 2004. Filmado no estilo “A Bruxa de Blair”, isto é, como se os atores fossem pessoas reais, é um filme que ousou nadar contra a corrente da histeria “patriótica” pós 11/09. Mostra afegãos argumentando com estadunidenses que os EUA são o maior de todos os terroristas. Para nós, terceiro-mundistas, nenhuma novidade, mas um cidadão dos EUA dizer isso é outra coisa.

- EXPERIÊNCIA III, A, 2005. Mais um filme de gosto altamente duvidoso, vale pela confirmação da existência do sistema de monitoramentos de chamadas telefônicas e de internet *ECHELLON* que em 2001 era desconhecido de boa parte da *intelligenstsia* mundial ou tratado como ficção científica.

- **FAHRENHEIT 11/09**: este é óbvio. Documentário de Michael Moore (do qual se originou o livro homônimo), contém, entre outras, a cena na qual o agente do FBI entrega a Bush júnior a pasta com o relatório intitulado “Bin Laden decidido a atacar dentro dos EUA”, os

depoimentos de Richard Clark, ex-chefe do departamento anti-terrorismo da Casa Branca, revelações sobre os investimentos sauditas nos EUA, como se cria um clima de pânico num país, como foi armada a fraude eleitoral pró Bush júnior, como foi aprovada a lei “patriótica”, como cidadãos comuns passaram a ser incomodados pelo FBI enquanto Osama continua solto e muitas outras informações interessantes.

- INIMIGO DE ESTADO, com Will Smith e Gene Hackman. Filme de 1999, mostra, dois anos antes do 11/09, a disputa entre os órgãos de segurança e informações dos EUA pela aprovação de uma lei de vigilância sobre os cidadãos estadunidenses, ou seja, uma previsão impressionantemente real da lei “patriótica” implantada a toque de caixa nos EUA após o 11/09. Esse filme nos faz refletir sobre as tendências políticas autoritárias escondidas sob o verniz democrático dos Estados Unidos (como bem já havia alertado Eisenhower em seu discurso de despedida da presidência).

- MERA COINCIDÊNCIA, com Dustin Hoffman e Gene Hackman. Filme de 1997, mostra um presidente dos EUA (Hackman) às voltas com um escândalo sexual. Para abafar o caso, convoca um jornalista/produtor de TV que “inventa” uma guerra para tirar a opinião pública do pé do presidente. Tal guerra, obviamente sem disparar um único tiro, mobiliza a população dos EUA em torno de um fictício prisioneiro, mostra o poder da mídia em manipular os corações e as mentes estadunidenses e dirigi-las para onde o *establishment* bem entender. Por conseguinte, podemos considerar que, quem cria uma guerra inteira pode criar um personagem isolado como Osama Bin Laden.

- RAMBO III. Filme de 1988, padrão da linha para gostos exóticos, tem o mérito de mostrar o “herói” encarnado por Sylvester Stallone lutando contra os soviéticos ao lado dos... talibãs – naquela época chamados de “combatentes da liberdade” (*freedom fighters*) pelo presidente dos EUA Ronald Reagan.

- SILÊNCIO DOS INOCENTES II, O, com Anthony Hopkins e Julianne Moore. Este filme, de 2001, entra na lista por uma rápida aparição de Osama Bin Laden, como o terrorista número um para o FBI, na tela do computador de um personagem policial. Como a história se passa no ano 2000, torna ainda mais intrigante a notícia de Osama ter se encontrado com o embaixador norte-americano em Dubai, EAU, quando de sua internação no hospital americano daquela cidade às vésperas do 11/09.

- **VOO UNITED 93**: neste filme de 2006 (ocasião do 5º aniversário do 11/09), com direção de Paul Greengrass e atores desconhecidos no Brasil, os últimos minutos são antológicos. Após a

queda do avião na zona rural do estado da Pensilvânia, os bombeiros e paramédicos, ao chegarem no local notam a ausência pura e simples de destroços. A última fala é a de um bombeiro perguntando a um morador da redondeza “cadê o avião?”. Em seguida a câmera passa para uma tomada aérea mostrando apenas um buraco no solo, sem vegetação queimada e sem destroços em volta.

- **ZEITGEIST**, 2007. Filme documentário e de agressiva crítica política ao poder do *establishment* e do complexo industrial-militar, é dividido em três partes: a primeira sobre as origens do cristianismo, a segunda sob o envolvimento dos EUA em diversas guerras de interesse do “complexo” e da “banca” e terceira parte sobre o “11 de setembro”, que conclui afirmando textualmente ser “serviço interno” (dos órgãos de segurança e do governo dos EUA). **IMPERDÍVEL**.

XI. SÍTIOS ELETRÔNICOS INTERESSANTES

- www.institutoastrojildopereira.org.br
- www.pcb.org.br
- www.litci.org
- www.pstu.org.br
- www.marxismalive.com
- www.globalresearch.ca (em inglês)
- resistir.info
- www.rebellion.org
- www.nodo50.org/csca: sítio do Comité de Solidariedad con la Causa Arabe, em espanhol
- <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>
- <http://diplo.uol.com.br>: sítio em português da revista Le Monde Diplomatique (França)
- www.michaelmoore.com: apresenta a contagem atualizada dos mortos e feridos na guerra de ocupação do Iraque pelos EUA
- pt.wikipedia.org

- www.encyclopedia.com.pt

- www.google.com.br

XII. NOTAS

1) O conceito de “revolução islâmica” era, até então, razoavelmente desconhecido, implicando na constituição de um novo regime teocrático, no caso uma teocracia muçulmana de facção xiita (ver nota 5). O novo Irã que surgiu do processo revolucionário tem como poder supremo o conclave dos aiatolás (nível da hierarquia xiita algo assemelhado aos cardeais católicos)

2) Saddam Hussein, como a maioria dos ditadores, não pode ser descrito em uma ou duas frases. Infelizmente, é muito comum se apresentar qualquer ditador como um mero fenômeno de violência política. A verdade, porém, é que todas as ditaduras que demonstrem um mínimo de estabilidade têm uma ampla e consistente base de apoio popular e retribuem, em grau expressivo, este apoio. Política e socialmente falando, ditaduras são a expressão, em nível governamental, da fraqueza e/ou incapacidade de uma classe ou grupo de classes dominantes de construir seus mecanismos de hegemonia e com solidificação do poder em seu país.

3) “Aiatolá” é um cargo na hierarquia muçulmana xiita. No catolicismo corresponde, mais ou menos, ao cardeal, considerando que não há um Papa no Islamismo.

4) O primeiro tratado entre os dois países data de 1922. Leon Trotsky, então comandante do Exército Vermelho, chegou a cogitar a formação de um destacamento afegão para um contra-ataque às forças britânicas nas Índias Orientais.

5) Sunitas e xiitas são os dois grandes grupos formados no cisma muçulmano ainda no século I muçulmano (séc. VII cristão). Sunitas vêm de *suna*, tradição; e xiitas de *xiia*, partidários ou aqueles que tomam partido, no caso o partido do quarto califa, Ali, deposto e morto em combate pelos omíadas, a nova dinastia governante. Os sunitas são maioria no mundo muçulmano, com o xiitas majoritários no Irã, Iraque e Qatar e com importantes minorias no Líbano e na Palestina.

6) Embora EUA e URSS nunca tenham deixado de aproveitar uma oportunidade de cutucar um ao outro, já nos anos 70 os dois países conseguiram estabelecer um *modus vivendi* e um diálogo civilizado entre si. Das conversações mantidas nasceram os Acordos de Limitação de Armas Estratégicas I e II (sigla em inglês SALT). O primeiro em 1972, ainda no governo Nixon,

além do ABM (acordo antimísseis balísticos); o segundo já no governo Carter, em 1979. No gov. Bush sênior as duas superpotências celebraram o Acordo de Redução de Armas Estratégicas – o START (1991). Em junho de 2002, usando como pretexto a “guerra contra o terror” o presidente dos EUA George Bush denunciou o que seria o START II e o ABM (ver nota 21).

7) As operações, ilegais pela legislação estadunidense, ficaram conhecidas como “escândalo Irã-contras”. Após a Revolução Islâmica, EUA e Irã tiveram os laços comerciais e diplomáticos cortados. A fim de manter o Irã vivo na guerra contra o Iraque o tempo suficiente para que gastasse suas reservas de moedas internacionais (dólar, principalmente), o governo dos EUA contrabandeou armas para o Irã via Israel e reinvestiam os lucros financiando os contrarrevolucionários nicaraguenses. O mais notável em toda essa história foi o então apoio dado por Israel ao governo iraniano dos aiatolás, o mesmo hoje acusado (sem direito à defesa) de querer destruir Israel.

8) Como já foi dito e diversas vezes reiterado, os governos dos EUA, democratas ou republicanos, sempre se acharam no direito de não reconhecer os foros e tribunais internacionais que procuram limitar a barbárie militarista, seja o Tribunal Penal Internacional de Haia (Holanda), o Tratado de Banimento das Minas Terrestres, a Organização Para a Proibição de Armas Químicas/OPAQ e todos os assemelhados. Registre-se que, como detentores do maior arsenal bélico do planeta, os EUA têm em estoque desde armas químicas e biológicas a bombas atômicas, passando por bombas “convencionais” até as de uma tonelada (as “cortadoras de margaridas” *daisy-cutters*), bombas de fragmentação (*clusters*, “proibidas”), bombas de fósforo que queimam completamente um ser vivo até debaixo d’água (igualmente proibidas) e outros artefatos produzidos sem controle internacional e ao bel-prazer do *establishment* estadunidense.

9) Kuwait é a grafia inglesa para Cueit – em Portugal escreve-se Coveite. Outros exemplos: Al Jazeera é Al Jazira, mujaheedin é mujahidim, Hezbollah é Hisbolá, Taleban é Talibã, Al Shifa é Al Xifa etc.. Encontramos, também, os uso já consagrados das grafias inglesas para Usama Bin Ladin (Osama Bin Laden), Al Qa’ida (Al Qaeda), Al Mehdi (Al Mahdi) e outros. Para simplificar, usaremos aqui as versões já popularizadas.

10) A existência de Osama Bin Laden é contestada por alguns estudiosos e outros apenas curiosos, inclusive este que aqui escreve. As evidências contra a real existência de Osama são muitas, até porque tem-se a nítida impressão de que ele presta mais serviços aos EUA do que os combate.

11) Um dos conceitos muçulmanos mais difíceis de ser compreendido pelo restante do mundo é o de *jihad*. Insuficiente e indevidamente traduzido como “guerra santa” (até porque “guerra”, em árabe, é *gharb* ou *harb*), o termo *jihad*, inicialmente, indica o esforço que o fiel/crente/aquele-que-se-submete (em árabe: muslim) deve empreender para expandir a comunidade (uma) e o Islã (submissão) e tem como tradução mais aproximada “luta a favor de Deus”. A jihad pode se apresentar como o “grande esforço”, isto é, a luta pessoal que o muçulmano realiza para se manter fiel aos ensinamentos do Profeta (Maomé) e elevar-se espiritualmente como ser humano; ou como o “pequeno esforço”, no caso a conversão dos gentios/infiéis. O conceito de jihad evoluiu com o passar dos séculos, acompanhando a adaptação do Islã como religião-ideologia de Estado e como fenômeno superestrutural (“ópio do povo”) vinculado a uma determinada base material, exatamente como toda a qualquer religião que tenha constituído tais vínculos (como o Cristianismo, por exemplo). Porém, após a partilha dos mundos árabe e muçulmano pelas potências colonialistas ocidentais (e Israel) e a cooptação das elites locais pelo imperialismo, grupos políticos extremistas passaram a: a) declarar “guerras santas” aos infiéis, agressores ocidentais e muçulmanos tidos como traidores; e b) utilizar o conceito como forma de afirmação cultural e de identidade nacional. Pela falta de espaço e para não fugir muito ao tema, cabe registrar o conceito cristão de “guerra justa”, desenvolvido antes de Maomé por Santo Agostinho (em *A Cidade de Deus*, 413). Tal conceito foi tomado e retomado por juristas, teóricos e doutores da Igreja ao longo dos séculos, aí incluindo São Tomás de Aquino (*Suma Teológica*, 1265). Se Maomé conheceu a obra de Agostinho de Hipona e se Tomás de Aquino conheceu o Corão provavelmente nunca saberemos.

12) Existem outros termos no Oriente Médio para designar combatentes irregulares (ou seja, aqueles que não pertencem às forças armadas): fedains (guerrilheiros, em árabe) e gasnis (ou ghaznis, combatentes religiosos, em persa ou farsi).

13) *Xariá* (shariah) é a lei islâmica. A lei laica, largamente usada pelos governantes e pelos cidadãos em suas vidas cotidianas, é *fiq* ou *fiqh*

14) Correu o mundo a foto de Donald Rumsfeld, à época caixeiro-viajante das indústrias armamentistas dos EUA, apertando a mão de Saddam Hussein após a concretização de mais um negócio com o Iraque (a foto em si não constitui prova alguma de qualquer coisa que seja). Daí a seguinte piada sem graça: perguntado como poderia ter certeza que o Iraque tinha, realmente, armas de “destruição em massa”, Donnie (já secretário de defesa de Bush júnior) respondeu: - nós guardamos os recibos.

15) Vale a pena transcrever dois pequenos trechos do livro para melhor ilustrar o “pensamento” de Samuel Huntington;

“... os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre **classes sociais** (grifo nosso), ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais.”

E ainda...

“... os futuros conflitos serão deflagrados mais por fatores culturais do que pela economia ou pela ideologia.”

Mais à frente, definindo seu alvo prioritário, S.M. nos explica que

“... durante 45 anos a Cortina de Ferro foi a linha divisória central na Europa. Essa linha se moveu várias centenas de quilômetros para o Leste. Ela é agora uma linha que separa os povos da Cristandade ocidental, de um lado, dos **povos muçulmanos** (grifo nosso) e ortodoxos, do outro.”

Huntington, por sua vez, apesar do sucesso, não foi lá muito original, já que bebeu em fontes bem mais antigas, principalmente *A Decadência do Ocidente* (de Oswald Spengler, 1918) e *Um Estudo da História* (de Arnold Toynbee, 1961).

16) Uma primeira característica do fundamentalista é ser o avesso do liberal. O liberal diz que o que não está expressamente proibido está, portanto, permitido. O fundamentalista diz que o que não está expressamente permitido está proibido. Para não fugir muito ao tema deste trabalho e até porque o assunto “fundamentalismo” merece um tratamento mais detalhado, fica somente uma observação rápida mas altamente pertinente: o fundamentalismo religioso cristão nasceu ainda entre o final do século XIX e o início do séc. XX e antecede bastante o fundamentalismo muçulmano. No mundo deste início deste começo de séc. XXI, à “luz” do choque de civilizações, o ser ou não ser “fundamentalista” é apenas uma questão de ponto de vista – o “outro” é sempre um fundamentalista cruel, insensível e atrasado; “nós”, como contrário do “outro”, somos sempre abençoados, nunca fanáticos. E ainda: um muçulmano que se explode num atentado suicida é um fundamentalista. Quem destrói vilas inteiras pilotando um superbombardeiro B-52 é um soldado civilizado e temente a Deus.

17) Uma das definições atuais mais comumente aceita para o termo “terrorista” é “aquele que provoca danos a pessoas e bens que NÃO se constituem em inimigos ou alvos diretos” (grifo nosso), ou, numa expressão tão grata aos estadunidenses, “aquele que ataca ‘civis

inocentes’’. Também podemos falar do terrorismo como o “uso de ameaça ou emprego de violência para intimidar ou coagir”. Mas, assim como o fundamentalismo, o estudo do conceito de terrorismo ultrapassa os limites deste trabalho. Uma observação, porém, cabe aqui para esclarecimento: “terrorismo” como ataque e danos a civis é uma ideia da Guerra Fria, já que tais ataques foram/são provocados por combatentes irregulares. Até a II Guerra Mundial, no entanto, o “terror” foi largamente usado como arma de guerra por lideranças tidas como exemplos da civilização ocidental-cristã como Franklin Roosevelt (presidente dos EUA) e Winston Churchill (primeiro-ministro do Reino Unido) no intuito de quebrar a vontade e a resistência das populações dos países inimigos. Ao final da guerra, Harry Truman, novo presidente dos EUA, ordenou a utilização do maior instrumento de terror já desenvolvido pelo ser humano, a bomba atômica, para obrigar a rendição do Japão, último país ainda a desafiar o poderio dos EUA. Por fim, dentro do tema aqui tratado, eis um trecho da carta do soldado “Jay” e endereçada ao cineasta Michael Moore;

“A definição de TERRORISTA é: *“o uso sistemático de violência para criar um clima generalizado de medo em uma população e, desse modo, conseguir um determinado objetivo político”*. Parece-me que o senhor se ajusta muito bem a essa descrição, sr. Bush. (maiúsculas e itálicos do autor da carta).

Convenhamos que definição mais apropriada não existe.

18) Um dos condenados foi Ramzi Yusef, preso no Paquistão em fevereiro de 1995 e cumprindo pena de prisão perpétua nos EUA pela participação no atentado de 1993 ao WTC. Yusef (Yousef) também foi associado ao Projeto Bojinka junto com Khalid Sheik Mohammed, além de acusado pelo Irã de atentados a bombas contra a maioria xiita do país. Considerado o autor intelectual do “11/09”, Khalid também cumpre pena sob custódia do governo dos EUA – em Guantánamo, território-prisão que os EUA mantém sob ocupação na ilha de Cuba. Em seu julgamento, Khalid Sheikh Mohammed, preso também no Paquistão em março de 2003, teria admitido (*teria*, já que os “julgamentos” - entre aspas pois a justiça dos EUA, em casos como esses, são absolutamente parciais – nos EUA não podem ser filmados ou gravados de qualquer forma, ficando a imprensa e a opinião pública à mercê dos *press-releases* do *establishment*) ter assassinado um jornalista estadunidense em 2002 no Paquistão. Benazir Bhutto, em seu livro concluído na manhã de sua morte num sangrento atentado (mais uma vez no Paquistão), confunde-se ao vincular Yusef e Mohammed a tramas contra sua pessoa (ver bibliografia comentada).

19) Numa fantástica coincidência, o filho saiu igualzinho ao pai (ao menos no que aqui nos interessa, ou seja, politicamente falando). Quando vice de Reagan, Bush sênior foi alvo das mesmas acusações de incompetência e indolência. Na presidência teve como vice um companheiro com perfil idêntico (Dan Quayle). Tanta indolência e tanta incompetência fizeram que Bush sênior perdesse a reeleição mesmo com a imagem de vencedor da Primeira Guerra do Golfo.

20) No dia 08 de junho de 1967, durante a guerra dos Seis Dias, a aviação e a marinha de guerra de Israel atacou o navio de comunicações (espião?) estadunidense USS Liberty que estava de patrulha em águas internacionais em frente à costa israelense. Segundo os depoimentos dos sobreviventes, o navio foi atacado cinco vezes das 08:00 às 16:00, resultando num total de 34 mortos e 171 feridos. Como se tratou de acontecimento envolvendo o Estado de Israel, então em plena agressão militar contra seus vizinhos e que veio a resultar na conquista de territórios do Egito e da Síria e do restante da Palestina, as investigações de imediato entraram em regime de marcha lenta até o esquecimento e os sobreviventes acusados de antissemitismo. Pelo menos até 2006, sobreviventes e familiares das vítimas e dos falecidos ainda lutavam pela reabilitação da verdade histórica e mantinham sítios a respeito na internet. Os episódios do USS Liberty e do USS Stark demonstram que ações que causem perdas de vidas e patrimônios estadunidenses não são pretexto para uma reação bélica por parte do governo do país agredido (os EUA) se este achar que obterá mais e maiores lucros se puser panos quentes na ferida.

21) A Fox foi a única emissora dos EUA a anunciar a vitória de Bush júnior contra o candidato da situação, Al Gore, na contagem dos votos no estado da Florida, durante a eleição de novembro de 2000. No documentário Fahrenheit 11/09 é mostrada uma gravação na qual o governador da Florida, Jeb Bush, irmão de George W., fala textualmente “pode anotar – nós vamos ganhar a eleição na Florida”. E foi a recontagem dos votos na Florida que deu origem às acusações da fraude eleitoral que levou George W. Bush à presidência.

22) Nós, brasileiros, temos vivas as imagens do avião comercial que saiu da pista no aeroporto de Congonhas, em São Paulo/SP, no final da tarde do dia 17/07/2007. Naquele acidente em que morreram todos a bordo (tripulação e passageiros), o avião também pegou fogo, só que a fuselagem não derreteu (muito menos volatizou) e restos mortais e bagagens puderam ser recolhidos. Esse fato ocorrido bem aqui no Brasil reforça ainda mais a idéia de que o avião que teria batido no Pentágono realmente não existiu, o que, repetindo, compromete a veracidade de todos os eventos do “11/09”.

23) Mais uma tragédia brasileira serve de parâmetro para os acontecimentos do 11/09. No dia 26 de setembro de 2006 um avião Boeing 737 da companhia GOL caiu na divisa dos Estados do Pará e do Mato Grosso, causando a morte das 154 pessoas a bordo (hoje a segunda maior tragédia aérea do país, pois foi superada no ano seguinte justamente pelo acidente com o avião da TAM). As imagens dos resgates dos corpos e a atenção aos familiares ocupou grande espaço na mídia e está disponível num sem-números de sítios na internet, exatamente ao contrário das imagens do acidente de Shanksville. Ver também “Voo United 93” na filmografia comentada.

24) O único voto contrário dentre os 515 do total foi o da deputada (ou “representante”, como se intitula nos EUA, daí a *House of the Representatives* ser a Câmara dos Deputados de lá) Nancy Pelosi, do partido Democrata do Estado da Califórnia.

25) A Guerra Fria foi mais uma paranóia inventada do que uma ameaça concreta por parte da URSS. Por exemplo, praticamente todas as ações de provocação entre as partes envolvidas partiram dos EUA. A criação da Alemanha Ocidental antecedeu a criação da Alemanha Oriental, assim como o Vietnã do Sul e a Coreia do Sul foram invenções dos EUA (e aliados). A OTAN antecedeu o Pacto de Varsóvia e, finalmente, a então Comunidade Econômica Européia antecedeu o COMECON. Embora nascida ainda no gov. Truman, a Guerra Fria se expandiu e se tornou uma verdadeira paranóia direitista numa conspiração muito bem orquestrada dentro do gov. Eisenhower envolvendo John Watson Foster Dulles, secretário de estado (e pai do brasileiro John Wayne Foster Dulles), Allen Dulles, diretor da CIA (e irmão de John), John Edgar Hoover, diretor do FBI, e Richard Nixon, vice-presidente na chapa de Eisenhower, em íntima parceria com o complexo industrial-militar. No quadro geral, figuras como a do senador Joseph MacCarty e sua caça a esquerdistas conhecida como *maccartysmo*, acabaram sendo, apenas, “café pequeno” para entreter a opinião pública. Com a revelação dos documentos outrora *top secrets*, temos conhecimento hoje que o *establishment* direitista dos EUA sempre soube que a URSS jamais daria um passo contra o “ocidente” capitalista; quando muito agiria na periferia (Indochina, África).

26) Apesar da frase famosa, o discurso de George W. Bush no congresso dos EUA em 20 de setembro de 2001 é notável pela moderação. Sobre o mundo muçulmano, especificamente, primeiro Bush fala dos...

“... ensinamentos pacíficos do Islã.”

Mais à frente, ele deixa ainda mais claro seu interesse em atrair as simpatias mundiais e afirma que quer

“... falar diretamente aos muçulmanos de todo o mundo: nós respeitamos a sua fé. Ela é praticada livremente por milhões de americanos e por milhões mais em países que a América considera amigos. Seus ensinamentos são bons e pacíficos, e aqueles que cometem males em nome de Alá blasfemam o nome de Alá. Os terroristas são traidores de sua própria fé, tentando, de fato, sabotar o próprio islã. O inimigo da América não são os nossos muitos amigos muçulmanos; não são os nosso numerosos amigos árabes.”

27) No apagar das luzes do gov. Bush Jr. e no início do gov. Obama vazaram para a imprensa informações dando conta que as torturas haviam sido expressamente aprovadas como política de governo contra os alvos por ele determinados. Também foi praticada a ‘terceirização’ da tortura, onde prisioneiros foram transportados em aviões estadunidenses e britânicos para países aliados, em especial da Europa Central (ex-bloco soviético) para lá serem torturados e interrogados.

28) A UNOCAL já não existe mais. Foi incorporada à Chevron em 2003. Ex-Standard Oil of California, por sua vez nascida da partilha da Standard Oil original (do magnata John D. Rockefeller), a Chevron também incorporou várias outras empresas, destacando-se a Gulf e a Texaco. Desde o gov. Reagan as empresas petrolíferas vivenciam um fortíssimo processo de centralização de capitais. A Exxon-Mobil, a British Petroleum e Royal Dutch Shell completam o quadro ocupando do primeiro ao terceiro lugar das maiores empresas de petróleo do mundo com a Chevron em quarto lugar.

29) Como bem demonstra o depoimento do ex-chefe do Departamento de Antiterrorismo da Casa branca, Richard Clark, em Fahrenheit 11/09 (ver bibliografia e filmografia).

30) As fotos apresentadas pela “diplomacia” estadunidense aos organismos internacionais (ONU, OTAN, OPAQ), bem como as “provas concretas” alegadas pelo governo britânico (primeiro-ministro Tony Blair), são praticamente idênticas às fotos do que seriam os silos dos mísseis soviéticos alocados em Cuba em 1962 (a chamada “crise de outubro” ou “crise dos mísseis”). Considerando que, dez anos depois da invasão, nenhuma arma de “destruição em massa” foi encontrada no Iraque e considerando a semelhança em quase 100% entre as fotos de 2002/03 e as de 1962, fica nítida a pré-disposição da “comunidade internacional” e seus

articulistas em acreditar sem crítica na versão estadunidense e na demonização do governo e do povo iraquianos (e, por extensão, dos árabes e muçulmanos).

31) A ação dos EUA na OPAQ, ao mesmo tempo tão ocultada e tão reveladora, teve como alvo seu presidente, o diplomata brasileiro José Maurício Bustani. O brasileiro atraiu para si a ira dos EUA por seus esforços quase bem sucedidos de conseguir a adesão do Iraque de Saddam Hussein. O governo Bush e seus pit-bulls manobraram nos corredores da diplomacia internacional para conseguir o afastamento de Bustani da presidência da OPAQ. Tendo recebido a oferta(!) de assumir o Alto-Comissariado da ONU para Refugiados, Bustani, como homem de caráter e coragem, devidamente recusou a manipulação, até porque seu cargo era amparado por um mandato fixo de quatro anos, estando, naquele momento, cumprindo já seu segundo mandato à frente da entidade. Infelizmente, devemos registrar a posição vexatória e covarde do governo brasileiro, que abandonou seu diplomata (e cidadão) à sanha assassina dos EUA que se esforçavam para apertar o cerco contra o Iraque.

32) Quanto a mulheres e cristãos, Saddam chegou a ter ministros dois dos grupos, inclusive o chanceler (cristão). Sobre os judeus, durante séculos, seja como capital árabe ou cidade otomana, Bagdá abrigou a maior comunidade judaica do planeta, a qual somente se dispersou a partir da I Guerra do Golfo (já não sendo, então, a maior comunidade judaica do mundo).

33) Até a II Guerra Mundial todos os países independentes da América Central e o México haviam sido invadidos pelo menos uma vez pelos EUA. Na América do Sul do final dos anos 70, todos os países estavam sob o governo de ditaduras apoiadas, financiadas e patrocinadas pelos EUA.

34) Como que para deixar ainda mais clara, se é que se fazia necessário, a invasão foi liderada pelos porta-aviões Theodore Roosevelt (o homem do “grande porrete”) e Harry Truman (o homem da bomba atômica). Em terra, as tropas tinham na vanguarda o famosíssimo 7º Regimento de Cavalaria (agora com carros de combate blindados, é óbvio), a unidade militar estadunidense que mais se matou índios nos EUA do século XIX. O recado não poderia ter sido mais claro.

35) O jornal O Globo, sem o menor constrangimento, ao explicar o nome da Operação Gerônimo (nome-código da ação que “matou” OBL), fez o favor de nos lembrar que Gerônimo foi o nome um “renegado” (isso mesmo, renegado) índio apache que lutou contra o exército e o governo dos EUA no final do séc. XIX. Para a totalmente subserviente, desavergonhada e direitista mídia brasileira, lutar pela independência e pela dignidade é ser um “renegado”.

VIDA E INTELECTUALIDADE: ENSAIO SOBRE A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Michel Platini Basilio Borges

Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás, UnU de Jussara

Professor na rede estadual de educação no município de Matrinchã-GO

michelplatinibasilio@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo procuraremos demonstrar as influências que Sérgio Buarque de Holanda sofreu e que permitiram sua formação intelectual, ou seja, como este se transformou de jornalista e crítico literário a um dos mais renomados historiadores brasileiros de todos os tempos. Também procuraremos evidenciar sua importância e seus trabalhos desenvolvidos nas instituições em que trabalhou o que não deixa de ter relevância para a compreensão de seu pensamento histórico.

Palavras-chave: *Sérgio Buarque de Holanda, formação intelectual, modernismo.*

RESUMEN

En este artículo vamos a tratar de demostrar la influencia que Sergio Buarque de Holanda sufrieron y que permitió su formación intelectual, es decir, cómo se convirtió en un periodista y crítico literario a uno de los historiadores brasileños más reconocidos de todos los tiempos. También tratamos de poner en relieve su importancia y su trabajo desarrollado en las instituciones que trabajó, que no deja de tener relevancia para la comprensión de su pensamiento histórico.

Palabras-clave: *Sérgio Buarque de Holanda, formación intelectual, el modernismo.*

“... nenhuma reflexão sobre a produção historiográfica pode descuidar dos circunstanciamentos mais gerais que são também históricos e que estabelecem a conexão entre autor-obra-meio, ou seja, a sociedade”.

ARRUDA J.J.

Falar de Sérgio Buarque de Holanda é falar de um dos grandes nomes das ciências sociais do Brasil no século XX. Grande erudito possui a capacidade intelectual reconhecida por vários intelectuais. Sem tirar o mérito de sua inteligência, notamos que ela foi possível ser desenvolvida devido a sua condição social. Falamos isto devido ele ser filho de funcionário público do Estado de São Paulo que lhe assegurou uma boa educação, desde criança Sérgio Buarque consumia muito de seu tempo devorando livros. Formou-se em advocacia, mas não exerceu a profissão. Foi crítico literário, jornalista e historiador. Seu primeiro livro só foi escrito somente em 1936, quando estava com 34 anos.

Segundo José Carlos Reis (2009), Sérgio Buarque de Holanda foi um “milagre de formação” possuindo enorme conhecimento em ciências sociais, literatura e artes. Ainda com o autor citado, Sérgio Buarque de Holanda, parece ter sido um “intelectual feliz” e modelo de historiador brasileiro, levando uma vida intelectual intensa gozando de enorme prestígio intelectual no Brasil e exterior, sendo muito requisitado pelas universidades nacionais e estrangeiras, bibliotecas e museus oferecendo cursos e palestras.

Sérgio Buarque de Holanda foi durante sua vida um inquieto e apaixonado pelo seu tempo e pelos acontecimentos pelo qual o país passava, suas obras refletem isso. José Carlos Reis (2009) aponta que Sérgio Buarque de Holanda ao escrever *Raízes do Brasil*, pretendia revelar aos brasileiros de que mundo vinham e a que mundo tendiam, esperando assim levá-los à ação e conseqüentemente à mudança. A nosso ver esta preocupação é uma constante nas suas obras e não somente em particular em *Raízes do Brasil*. Suas obras era um lugar de luta, sua escrita era radical e não comportava autoritarismos, queria sim que os brasileiros abrissem seus olhos para a realidade do Brasil que a seu ver necessitava de mudanças significativas.

Diante dessa apresentação, podemos afirmar que Sérgio Buarque de Holanda foi um dos grandes intelectuais brasileiros do século XX, sempre engajado nos problemas políticos de seu tempo este intelectual deu mostras de sua grandeza dentro da historiografia brasileira, foi um homem lúcido e com uma intelectualidade poucas vezes vista entre os homens de seu

tempo. A epígrafe que trouxemos no início deste trabalho exemplifica muito bem o que pretendemos demonstrar ao longo deste artigo, ou seja, uma análise dos fatores que influenciaram e que permitiram um determinado autor sua formação intelectual é de suma importância para entendermos a produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda.

Segundo Michel de Certeau (2000, p.73) se referindo ao *metier* de historiador “cada vez mais o trabalho se articula com base em equipes, líderes, meios financeiros e, portanto, também pela mediação, fundamentados nos privilégios que proximidades sociais ou políticas proporcionam a tal ou qual estudo”. Partindo destes pressupostos, julgamos relevante fazermos uma análise do contexto sócio-histórico no qual Sérgio Buarque de Holanda viveu, pois percebemos que será de grande importância para a compreensão de sua produção historiográfica.

Assim, Sérgio Buarque possuindo grande erudição e também através de suas relações de sociabilidade alcançará os melhores cargos intelectuais no período. Foi participante ativo no movimento modernista brasileiro, coordenando periódicos como *Klaxon* e *Estética*. Publicou, no ano de 1936, *Raízes do Brasil*, o que permitiu o acesso ao restrito círculo acadêmico brasileiro. No período em que é publicada esta obra é criado no Brasil, as universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal no Rio de Janeiro (1936). Nesse contexto, diversos intelectuais estrangeiros lecionaram nestas universidades, entre eles Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Henri Hauser e outros (CAMPOS, 1991, p.287). E com isso, Sérgio Buarque irá conviver com vários intelectuais estrangeiros ampliando sua erudição e o ofício de historiador. Embora sendo ele um historiador autodidata, veio a ter uma formação em ciências sociais somente no ano de 1958, quando fez mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP).

E com essa narrativa, temos que todos os fatores apresentados acima, apontam para fornecerem a Sérgio Buarque os elementos para aquisição de uma bagagem cultural que teve resultado em sua produção historiográfica. Ainda seguindo com a narrativa, temos que Sérgio Buarque de Holanda nasceu a 11 de julho de 1902 na cidade de São Paulo. Seu pai, Cristóvão Buarque de Holanda, era pernambucano e veio jovem para o Rio de Janeiro, onde é convidado por Cesário Mota para trabalhar na cidade de São Paulo, no serviço sanitário do Estado, tornando-se, conseqüentemente, um dos fundadores da Escola de Farmácia e Odontologia, onde lecionou botânica. Casa-se com Heloisa Gonçalves Moreira no ano de 1901. Além de Sérgio, o casal teve dois filhos, Jaime e Cecília (SANTOS, 2002).

Com base no documentário *Raízes do Brasil II: uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda* (2002), podemos afirmar que a família de Buarque sempre manteve uma boa estabilidade financeira, o que propiciou que ele estudasse nas melhores escolas de São Paulo no período e aprendesse, ainda jovem, diversas línguas estrangeiras. Sua primeira escola foi o Colégio Progresso Brasileiro, tendo estudado também na Escola Modelo Caetano de Campos e no Ginásio São Bento. Ainda criança esboçava gosto artístico; tocava piano e compôs aos nove anos uma valsa: *Vitória Régia* que foi publicada na revista Tico-Tico em 1913. Aprendeu a dançar no curso de dança de Yvone Daumérie, disparando a participar de maratonas dançantes pelas noites paulistanas. Também gostava de ler e escrever.

O gosto pela leitura começou em Sérgio Buarque desde tenra idade: ainda adolescente, Sérgio Buarque de Holanda consumia horas e horas em leituras, frequentava com assiduidade a antiga biblioteca pública do Estado de São Paulo e a Livraria Gazeau, onde leu velhos cronistas portugueses, como Fernão Lopes, D. Pedro (o cru), D. Fernando e João de Barros. Na expressão de Francisco de Assis Barbosa (1988, p.30), Sérgio Buarque era um verdadeiro “rato de livrarias”. Lia basicamente de tudo, desde jornais importados a revistas especializadas, nada escapando àquele rapaz alourado, magro e alto que o uso do monóculo deixava mais extravagante. Sobre si mesmo dizia: “os livros me deram o sentido da história. São a vida em comprimidos” (Holanda *Apud* NOGUEIRA, 1988, p.19). Sérgio não era somente um leitor voraz, mas também um belo de um escritor: certo dia, Afonso Escragnolle de Taunay, seu professor de história no Ginásio São Bento, sabendo de suas qualidades de escritor, publicou o seu primeiro artigo intitulado “Originalidade literária” no *Correio Paulistano*. Estava Sérgio Buarque naquela oportunidade com 18 anos de idade. A partir daí, seguiram inúmeras colaborações no *Correio Paulistano*, na *Cigarra* e na *Revista do Brasil*.

Em 1921, muda com a família para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, mais tarde Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde se formou em 1925. Segundo Fernando de Azevedo, a República não provocou uma renovação intelectual nas elites culturais no Brasil, permanecendo a mesma mentalidade de Coimbra, com “o ideal de homem culto”. Tratava-se de uma educação de base literária, clássica e de preparação para as profissões de advogado, médico e engenheiro, que conferiam aos brasileiros um título, abrindo caminho a cargos importantes e também um status social. (AZEVEDO, 1976, P.131).

Devido ao caráter mais técnico das faculdades de engenharia, os jovens e as famílias preferiam as faculdades de medicina e de direito, pois, além de conferir um título de doutor e

bacharel, permitiam a ascensão às elites culturais, políticas e administrativas que marcavam o estilo da cultura brasileira (idem, 1976, p.144). Sérgio Buarque expressava que, ainda em seu tempo, o anel de grau e a carta de bacharel equivaliam no Brasil a verdadeiros brasões de nobreza (HOLANDA, 1995, p.86). Porém, Sérgio Buarque nunca se interessou pelo curso de direito, pois demonstrava incompatibilidades em assuntos jurídicos, e foi trabalhar, de maneira incerta, em diversos jornais até ingressar na Agência Havas como tradutor de telegramas. O dinheiro ganho com seu trabalho era quase todo empregado na compra de livros em diferentes línguas. Naquele tempo, Sérgio Buarque lia todas as novidades literárias editadas nas línguas francesa, inglesa e até mesmo na alemã.

No Rio de Janeiro, em 1921, o jovem Sérgio Buarque de Holanda encontraria naquela cidade um clima de grande efervescência intelectual, fazendo amizades e vivendo uma vida boêmia pelos bares da cidade, onde as discussões dos jovens intelectuais giravam em torno da política, arte e literatura. Naquele tempo, o Rio de Janeiro era a capital do país e, assim como a cidade de São Paulo, era núcleo irradiador do movimento modernista brasileiro. Participante ativo no movimento modernista, não participou diretamente da Semana de Arte Moderna realizada em 1922 na cidade de São Paulo, mas indiretamente, pois, naquele mesmo ano, havia sido nomeado representante da *Klaxon* no Rio de Janeiro, revista que teve vida curta, de maio de 1922 a janeiro de 1923.

Em 1924, ao lado de Prudente de Moraes Neto, amigo que o acompanhou por toda a vida, fundou o periódico *Estética*, uma revista modernista que preenchia o vazio deixado pela *Klaxon*, a revista que teve vida efêmera (apenas 3 números). O grupo da revista *Estética* se definia por seu aspecto crítico em relação a alguns integrantes do movimento modernista: tanto Prudente de Moraes Neto como Sérgio Buarque “não se mostravam dispostos a alinhar-se a nenhuma corrente do modernismo”. (BARBOSA, 1988. P.37)

Segundo Eduardo Jardim de Moraes (1988), “embebedados de cultura europeia” os modernistas brasileiros irão buscar nas tendências europeias seus instrumentos para atualizar nossa produção nacional. O modernismo propunha uma renovação na produção artística nacional, procurando romper com a velha ordem estética, mas modernizar no Brasil não significava romper com as tradições, pois a formação de uma arte nacional buscava inspirações em seus antepassados. Além de antigas e brasileiras, as fontes que deviam interessar ao artista moderno também deviam ser populares. Modernizar, no caso do Brasil, pressupunha atualizar a produção cultural aos novos tempos, era preciso que o artista moderno produzisse linguagens artísticas que dessem conta da realidade presente.

No entanto, mesmo preocupados em renovar nossa arte nacional, os modernistas brasileiros queriam construir, através da literatura, uma espécie de “mitologia nacional”, segundo Sérgio Buarque de Holanda. Sua concepção era de que uma arte de expressão nacional devia surgir espontaneamente e não ser criada como pretendiam os modernistas. Também percebeu ele que as teses literárias dos modernistas eram mais profundas e estavam entrelaçadas com a política brasileira; sendo assim, essa literatura servia somente para tolher nossa liberdade de povo moço e sem juízo (HOLANDA, 1988, P.87).

Após o fim da revista *Estética*, Sérgio Buarque passa a criticar ferozmente alguns grupos do movimento, principalmente os "construtivistas" representados pela figura de Alceu Amoroso Lima e os “acadêmicos modernizantes” representados por Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato de Almeida e Guilherme de Almeida. Segundo Sérgio Buarque, "para uns a questão cifrava-se na criação de uma espécie de mitologia nacional, de uma lenda heroica à maneira dos que possuíam outros povos" ou apenas salientar o que havia de "pitoresco, de exótico nesses motivos. Quer dizer: condenava-nos a ser estrangeiros dentro do Brasil" (HOLANDA, 1988 b, P.72-73). O que tínhamos de fazer era "buscar o paraíso nas regiões ainda inexploradas" e não copiar modelos de fora do país ou criar uma arte nacional, pois esta havia de surgir naturalmente.

Em 1926, Sérgio Buarque rompe com o movimento, indo para Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, onde dirigiu o Jornal *Progresso* e exerceu uma única vez um cargo jurídico, atuando como promotor na cidade de Muniz Freire. Sua estadia no Espírito Santo foi curta e, em 1927, volta para o Rio de Janeiro, de onde parte para a Europa no ano de 1929, a convite de Assis Chateaubriand, para ser representante dos Diários Associados, com a finalidade de fazer reportagens em três países: Alemanha, Polônia e Rússia. Ao que se sabe, não conseguiu chegar à Rússia, mas conseguiu visitar a Polônia e residir em Berlim até dezembro de 1930, quando voltou ao Brasil.

No período em que esteve na Alemanha, traduziu filmes da UFA, entre eles *Anjo Azul*, estrelado por Marlene Dietrich, assistiu algumas aulas de Friedrich Meinecke e conheceu as obras de Max Weber, Kafka, Rilke. Também trabalhou para a revista *Duco* e para *Brasilianische Rundschau*, órgão oficial de Comércio Brasileiro de Hamburgo, escrevendo artigos e entrevistando vários intelectuais, dentre os quais o escritor Thomas Mann. Segundo Marcos Costa (2004, p.13-14), neste período em que escreve diversos artigos em relação à economia e à História do Brasil nestas duas revistas, ocorre em Sérgio Buarque a guinada do crítico

literário para o historiador. Estes escritos podem ser considerados como uns dos primeiros textos historiográficos produzidos por ele.

A sua estadia na Alemanha permitiu que testemunhasse a eclosão do nazismo. Com a diminuição de traduções de filmes e da suspensão da revista *Duco* aliada à situação internacional, opta pela volta ao Brasil no final de 1930, o que o impediu de conhecer seu filho alemão. Desde seu retorno da Europa, Sérgio Buarque mostrou-se desinteressado pela poesia e ficção, dando mostras que havia sido atraído pela História (NOGUEIRA, 1988, p.21).

De volta ao Rio de Janeiro, retoma atividades jornalísticas junto às agências telegráficas Havas, Agência Brasileira e United Press. Já 1932 foi um ano onde houve dois acontecimentos traumáticos em sua vida: um foi a morte do pai e o outro o fato de ser preso em pleno Mangue por estar dando vivas à Revolução Constitucionalista.

Sérgio Buarque tinha o sonho de escrever um livro de interpretação sobre o Brasil, chegando até a trazer um calhamaço com cerca de 400 páginas manuscritas para aquilo que havia denominado de *Teoria da América*. Deste estudo publica, na Revista *Espelho*, em 1935, o ensaio “Corpo e Alma do Brasil”. Em 1936, *Raízes do Brasil* é publicado sob forte influência de Max Weber. Ao que se sabe, apenas os dois primeiros capítulos da obra foram aproveitadas do manuscrito trazido da Alemanha (BARBOSA, 1988, p.50). Como sempre “por detrás de um grande homem há uma grande mulher”, neste mesmo ano em que publicou *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque casa-se com Maria Amélia Cesário Alvim (Memélia), com quem teve sete filhos: Heloísa, Sérgio, Álvaro, Francisco (Chico), Maria do Carmo, Ana Maria e Maria Cristina (NOGUEIRA, 1988, p.22).

A partir da publicação de *Raízes do Brasil* teremos essa obra considerada como um “clássico de nascença”. Sua ascensão nos meios acadêmicos e intelectuais será muito rápida: ainda no ano de 1936 é contratado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro como assistente de Henri Hauser na cadeira de História Moderna e Contemporânea e de Literatura Comparada do professor Troughon. Com o retorno dos professores para a Europa, assumiu-as, permanecendo à frente delas até 1939, quando foi extinta a universidade. Antônio Cândido é bastante enfático em demonstrar o papel do magistério de Sérgio Buarque na Universidade Federal do Rio de Janeiro e sua eventual contribuição para sua formação de historiador:

De todos os livros de Sérgio, *Raízes do Brasil* é o único do qual pode se dizer que é meio "alemão", contrastando com os estudos históricos seguintes: Monções

(1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1957) estes foram concebidos e executados em fase posterior ao seu magistério na Universidade do Distrito Federal (1936/1936), onde foi a princípio assistente de Henri Hauser (contratado na França) e se iniciou sob a orientação deste nas técnicas da pesquisa sistemática, transpondo para a investigação documentária o gosto que sempre teve pela erudição. Associada aos seus conhecimentos antropológicos, esta atividade o levou ao interesse pela cultura material, que brotaram aqueles livros notáveis. Nunca se tinha visto no Brasil uma corrente hermenêutica de tanta intensidade ligar o esclarecimento das relações sociais à aparente insignificância do gesto, do instrumento, do artefato (CANDIDO, 1988, p.123).

A atividade de Sérgio Buarque como professor na Universidade do Distrito Federal é bastante elucidativa para a sua formação como historiador. Também não podemos deixar de dar crédito às suas atividades como supervisor da seção de publicações do Instituto Nacional do Livro entre 1939 e 1945. Como diretor da divisão de consultas da Biblioteca Nacional, local onde ingressou no ano de 1944, estabelece contato com o historiador Rodolfo Garcia, que, nesta época, era diretor da biblioteca. O convívio com ele, como apontou Mariana França (2004, p. 50), "pode ter ajudado Sérgio Buarque a desenvolver sua habilidade para a pesquisa histórica". Além disso, teve acesso a uma série de manuscritos referentes à História do Brasil, dos quais se utilizava para a elaboração de suas obras.

No ano de 1944, é publicado *Cobra de Vidro* e, em 1945, *Monções*. Já em 1946, aos 44 anos de idade, Sérgio Buarque transfere-se para São Paulo para trabalhar como diretor do Museu Paulista, ocupando a vaga deixada por Afonso Escagnolle de Taunay, seu professor de História no Ginásio São Bento entre os anos de 1915 e 1918. Nessa instituição paulista, segundo Mariana França (2004), a mitologia bandeirante foi em grande parte forjada sob a direção de Afonso E. de Taunay, na qual a seção de História servia como local privilegiado de estudo da história paulista, que era tida como história nacional.

Sérgio Buarque implementou uma série de mudanças bastante significativas naquela instituição, indicando ao secretário da educação do Estado de São Paulo, Plínio Caiado de Castro, a contratação dos etnólogos Harold Schultz e Herbert Baldus para a recém criada seção de etnologia. A entrada de Sérgio Buarque naquela instituição mudou os rumos das investigações feitas ali, assim como suas obras do período, que traziam nova interpretação - menos romântica - do processo de conquista do interior da colônia portuguesa (Idem, 2004, P.54). Bastante consolidado na direção do Museu Paulista, Sérgio Buarque passa a integrar o

quadro de professores da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo no ano de 1947, lecionando a disciplina de História Econômica do Brasil até 1955.

No ano de 1957, ocorre a morte de sua mãe, o que deixou profundamente angustiado. Mas este foi também um ano de acontecimentos agradáveis na vida profissional. É publicada sua obra *Caminhos e Fronteiras*, reunindo uma série de monografias que foram publicadas de forma dispersas enquanto era diretor do Museu Paulista e que foram organizadas por ele em forma de livro. Naquele mesmo ano, ingressa novamente na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), desta vez como aluno do curso de mestrado em ciências sociais, obtendo o grau de mestre em 30 de julho de 1958, com a defesa da dissertação "*Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos*".

Segundo Mariana França (2004), seu mestrado na ELSP foi motivado para que ele pudesse obter os requisitos necessários para o concurso da cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que é conquistada por Sérgio Buarque de Holanda em 1958, com a tese "*Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*", publicada como livro em 1959. Sendo assim, Sérgio Buarque ocupou a vaga deixada por Alfredo Ellis Jr. e que também havia sido ocupada por Afonso Escagnolle de Taunay, um dos corifeus da construção da história bandeirante.

No período em que atuou na USP, Sérgio Buarque renovou significativamente os estudos históricos e as mais diversas atividades realizadas naquela universidade, formando professores e pesquisadores qualificados para o ensino de História do Brasil e introduzindo uma perspectiva multidisciplinar (CALDEIRA, 2008, P.88). Sérgio Buarque planejou e organizou a publicação da coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB) dirigida pela editora Difusão Europeia do Livro (Difel), tornando-se a primeira obra coletiva de História do Brasil e que primava por sua multidisciplinaridade.

Em 1962 foi criado, por ele, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), com o intuito de superar as limitações da cátedra de História da Civilização Brasileira. Segundo Caldeira,

Inicialmente, Sérgio Buarque empenhou-se em revelar que na cátedra sob sua responsabilidade poucas eram as condições oferecidas para a formação de pesquisadores em história do Brasil de nível desejável. Na sua perspectiva, as finalidades estritas e os recursos da cadeira constituíam obstáculos à 'aplicação e desenvolvimento, segundo critério científicos, de métodos de abordagem de fontes inéditas ou pouco acessíveis', bem como ao estímulo, escolha e melhor

aproveitamento dos alunos e ex-alunos que revelem um maior pendor para pesquisa histórica referente ao Brasil. (CALDEIRA, 2008, p.91).

Desta forma, para ele, a principal finalidade daquela instituição era formar professores e deveria ser acrescentada de pesquisadores em História do Brasil, que tinham como fim suprir as limitações dos cursos frente à pesquisa, bem como ajudar na elaboração de suas dissertações e teses. O IEB procurava fugir da rigidez da cátedra e assim como a coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB), era marcado pela multidisciplinaridade. No IEB, Sérgio Buarque criou uma área especializada em Estudos sobre o Brasil na USP, constituída de diversas disciplinas que se articulavam. Compunha o quadro de disciplinas do IEB: História do Brasil, Literatura Brasileira, Geografia do Brasil e Etnografia Brasileira. Em 1969, em solidariedade aos professores afastados por causa do AI-5, Sérgio Buarque deixa sua docência na USP.

Sérgio Buarque de Holanda foi durante sua vida um intelectual que gozou de enorme prestígio nos meios intelectuais nacionais e até estrangeiros, viajando para os Estados Unidos, Chile, Itália e França, onde deu cursos e conferências. Em 1945, foi eleito presidente da seção do Distrito Federal da Associação Brasileira de Escritores e, em 1950, pela seção paulista. Em 1961, tomou posse da cadeira nº. 36 da Academia Paulista de Letras, que tinha sido ocupada por Raul Soares e Afonso de E. Taunay, tendo sido candidato à sua revelia e eleito sem que lhe dessem conta. Já em relação à Academia Brasileira de Letras, recusou o convite por não combinar com seu perfil intelectual. Entre suas condecorações, recebeu o Prêmio Governador do Estado em 1976 e, em 1979, ano em que publicou sua última obra, *Tentativas de Mitologia*, recebeu o Prêmio Jaboti - conferido pela Câmara Brasileira do Livro pela sua produção literária - e o Prêmio Juca Pato, como intelectual do ano. Assim, podemos dizer, como José Carlos Reis (2009), que Sérgio Buarque de Holanda foi um “intelectual feliz”.

Sérgio Buarque de Holanda era um espírito bem humorado e irreverente, suas aulas eram bastante divertidas e engraçadas, o que fazia que estivesse sempre acompanhado de pessoas que o seguiam pela universidade afora. José Sebastião Witter (1988, p.58), falando do “professor Sérgio Buarque de Holanda”, lembra sua personalidade: “para ele ser professor não era preciso ser sisudo e triste ou amargurado, pelo contrário, era bom ser professor e ser alegre, cantar, rir e ironizar com a sabedoria dos que amadurecem sem envelhecer” (idem, 1988, p.58). Segundo Witter (1988), com Sérgio Buarque não havia estrelismos. Onde fosse encontrado, assumia sua condição de professor: nos corredores ou nas escadarias da USP,

subindo ou descendo a rampa e até mesmo na sala de estar de sua própria casa, lá estava ele sempre atendendo alguém, ouvindo, falando ou ironizando, mas sempre ensinando.

Sérgio Buarque era com toda certeza um homem brincalhão e extrovertido, mas também foi um homem inquieto e apaixonado pelo seu tempo. Sua erudição e seu conhecimento histórico não comportavam autoritarismos. Além disso, defendia o engajamento do intelectual nos problemas políticos de sua época. Não assumia posições de radicalidade somente em suas obras, mas também na vida. Isso explica sua prisão em 1932 dando vivas a São Paulo, o fato de ter sido um dos fundadores da Esquerda Democrática em 1945 e a Declaração de Princípios, que foram manifestações contrárias à ditadura de Vargas.

Em 1961, em solidariedade a colegas da USP afastados pelo AI-5, pediu sua aposentadoria. Sérgio Buarque foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, assinando, em 10 de dezembro de 1980 em São Paulo, a ata de fundação do partido. Mas, conforme demonstrou Antônio Cândido (1998, p. 81), ele “nunca foi militante político propriamente dito, mas teve desde moço consciência política e posições ideológicas definidas para o lado da esquerda, e como tal sempre foi tido”.

Segundo José Carlos Reis (2009), Sérgio Buarque de Holanda foi um intelectual indisciplinado e boêmio. Mas nunca se deixou levar pela boemia. Segundo Maria Odila (1998), era um trabalhador incansável, e a prova disso é, segundo a autora, a sua vasta produção bibliográfica. Em nota à segunda edição de *Monções*, podemos comprovar a seriedade do trabalho intelectual de Sérgio Buarque de Holanda:

Às propostas que nesse intervalo recebi para que dele se fizesse a segunda edição, eu vinha invariavelmente resistindo, na esperança de que pesquisas e estudos adicionais me permitissem melhorá-lo. Outros compromissos e, acima de tudo, a obrigação em que me vi e me vejo ainda, de precisar desviar a atenção para etapas bem diferentes da História do Brasil, iam retardando semelhante projeto. [...] Nada me impediu, contudo, de ocupar-me durante essas décadas, com intermitências mais ou menos dilatadas, de coligir nova documentação sobre navegações setecentistas e oitocentistas e seus reflexos na vida brasileira (HOLANDA, 1990, NOTA A 2ª EDIÇÃO MONÇÕES).

Com base nesta afirmação, podemos identificá-lo, sim, como um intelectual comprometido com seu trabalho. Mesmo verificando que ele assumiu vários cargos públicos, notamos que ele não era acomodado e muito menos preguiçoso: basta olhar para a vasta produção historiográfica produzida por ele ao longo de sua vida.

Deixou obras que se tornaram marcos na historiografia brasileira. O leitor que lê as obras de Sérgio Buarque de Holanda adquire consciência histórica, assumindo uma posição crítica em relação à sociedade e não como mero expectador do processo histórico. Pelo que dissemos ao longo do texto, o autor em questão deixou inegável contribuição para a historiografia brasileira. Fruto de uma época em que a maioria dos historiadores brasileiros escrevia um História vista de cima, Sérgio Buarque de Holanda chamava a atenção para a iniciativa das massas.

A sua vida parece tê-la vivido com intensidade, esplendor e magnitude. Foi crítico literário, jornalista e historiador e em todas essas funções foi bem sucedido. Com esta análise sobre o contexto sócio-histórico de Sérgio Buarque de Holanda podemos dizer, em linhas gerais, que seu nome representa status de grande importância no pensamento social brasileiro no século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson; TENGARINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: Edusp, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. In: A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil**. In: Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado e da Cultura/USP, 1988.

CALDEIRA, João Ricardo de C. **Sérgio Buarque e a criação do Instituto de Estudos Brasileiros na USP**. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J.K. Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas, Rio de Janeiro: Unicamp/Uerj, 2008.

CAMPOS, Pedro Moacir. **Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. In: Glénisson, Jean (org). Iniciação aos estudos Históricos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CANDIDO, Antonio. **A visão política de Sérgio Buarque de Holanda**. In: Candido, Antonio (org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

_____. **Introdução: Sérgio em Berlim e depois**. In: BARBOSA, Francisco de Assis. (org.). Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução: Maria De Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

COSTA, Marcos. **Apresentação**. In: Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

DIAS, Maria Odila S. L. **Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. In: Candido, Antonio (org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; Neto, Prudente de. **“Modernismo não é escola: é estado de espírito”**. In: BARBOSA, Francisco de Assis. Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **Monções**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O lado oposto e outros lados**. In: BARBOSA, Francisco de Assis. Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 b.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FRANÇOSO, Mariana de Campos. **Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

MORAES, E. J. de. **Modernismo revisitado**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.1. n.2. 1988, p.220-238.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Sérgio Buarque de Holanda, o homem**. In: Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo: Secretaria do Estado de São Paulo/UsP, 1988.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

WITTER, José Sebastião. **Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Secretaria do Estado de São Paulo/UsP, 1988.

DO DISCURSO AO PLANO: O AUTOMÓVEL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1900-1946)ⁱ

Renato Gama-Rosa Costa

Historiador da arquitetura e do urbanismo

Dr. em Urbanismo PROURB/FAU/UFRJ.

Pesquisador COC/FIOCRUZ

rgrc@fiocruz.br

RESUMO

Este artigo é parte da tese de doutorado *Entre avenida e rodovia: a história da avenida Brasil (1906-1954)*, defendida em junho de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof^a Dr^a Margareth da Silva Pereira. Neste artigo buscamos compreender as origens do uso predominante do automóvel em nossas cidades e como a forma urbana foi se moldando a partir da hegemonia do meio de transporte individual em detrimento do coletivo. Analisamos essa questão por meio da participação histórica de determinadas categorias de atores sociais, a saber, os engenheiros, os políticos e os urbanistas, nas ações em defesa do automóvel como meio de transporte urbano por excelência, sejam elas vinculadas ao automobilismo, ao rodoviarismo e/ou ao urbanismo. Nos interessa analisar os discursos e as práticas desses atores particularmente na Cidade do Rio de Janeiro, durante as quatro primeiras décadas do século XX. Tal estudo foi de suma importância para que entendêssemos o contexto em que foi aberta a avenida Brasil, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1939 e 1947. Nosso estudo espera, dentro da linha da recente história urbana carioca e brasileira, contribuir para que se compreenda como o planejamento urbano – ou a falta dele – levou a fazer dos eixos rodoviários, como a Avenida Brasil em particular, um dos emblemas da vida moderna.

PALAVRAS-CHAVE

Automobilismo; História; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article is part of our Doctorat thesis *Entre avenida e rodovia: a história da avenida Brasil (1906-1954)*, presented in june 2006 at the Post-Graduation Program in Urbanism by the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo from Universidade Federal do Rio de Janeiro, with orientation from Margareth da Silva Pereira. This article aims to search the origins of the predominant use of the automobile in our cities and how the city urban form was being modeling by the hegemony of the individual transport in detriment of the coletivo one. We analyse this matter by means of the historical participations of some especific categories of social actors, as to know, the engineers, the politicians and the urbanists, in the actions in deffense of the automobile as a legitimacy urban way of transport, such as the ones linked to the automobilism, rodoviarism and/or to urbanism. We are interested in analyse the discourses and the actions of these actors mainly in the city of Rio de Janeiro during the first four decades of the XXth Century. This study was very important for us to understand in what context was opened the Brasil Avenue, in Rio de Janeiro, between 1939 and 1947. Finaly, our study aims to contribute in the researchs of brazilian recent urban history to the comprehension of how the urban planning – or the lack of it – could make the streets, as the Brazil Avenue in particular, one the symbols of modern life.

INTRODUÇÃO

Na historiografia brasileira, a abertura de estradas e o desenvolvimento da indústria automobilística estão associados ao governo do Presidente Juscelino Kubitscheck (1955-1960), que culminou na transferência da Capital Federal no Rio de Janeiro para Brasília e o deslocamento do polo administrativo nacional para o interior do país.

De fato, ao longo da década de 1950 e, sobretudo durante o governo Kubitscheck, o culto ao automóvel pôde ser sentido em diversos setores, como no plano urbanístico da nova capital ou na implantação de fábricas de veículos automotores, como a Volkswagen e a Ford (1953)ⁱⁱ ou ainda na manutenção da importação de veículos estrangeiros.

É fato, também, que naqueles anos, a abertura de novas vias de comunicação no interior do país e a própria localização central da nova capital no território brasileiro, engendraram uma associação entre as rodovias, os automóveis e as idéias de integração nacional. Entretanto, um exame da história brasileira em um período temporal mais longo, mostra que alguns aspectos deste processo datam de mais de um século.

Desde o início do século XIX, por exemplo, as dimensões do território brasileiro passaram a ser consideradas um agente desagregador da unidade do estado e da Nação, e levaram tanto às discussões da transferência da capital, quanto às políticas de transportes ancoradas, à época, na malha ferroviária. A adoção do automóvel como elemento substitutivo do trem veio acompanhada dos discursos de modernização, civilização, integração e urbanização, e começaram a se fazer sentir desde os primeiros anos do século XX, com a própria organização da indústria automobilística em alguns países e com a chegada dos primeiros automóveis ao Brasil.

Este trabalho pretende, assim, locar as interpretações dominantes sobre o “pensamento rodoviarista” no Brasil, em suas associações com a questão da integração nacional, da ocupação territorial e do desenvolvimento urbano, apoiado nos automóveis.

O recorte temporal que enfocamos abarca a primeira metade do século XX, iniciando com a chegada do primeiro automóvel com motor a explosão ao Brasil, em 1900ⁱⁱⁱ, e finalizando com a abertura da Avenida Brasil, inaugurada em 1946 e aqui mostrada tanto como símbolo do processo de abertura de rodovias, quanto de expansão urbana e de novas formas de percepção da própria cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho é parte de reflexões desenvolvidas no grupo de pesquisa cultural urbana e pensamento urbanístico no Brasil e de levantamentos de dados que realizamos para a nossa tese de Doutorado em História do Urbanismo, *Entre avenida e rodovia: a história da avenida Brasil (1906-1954)*, defendida em junho de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof^a Dr^a Margareth da Silva Pereira. Focamos três grupos de atores sociais: os engenheiros, os políticos e os novos profissionais do “urbanismo” nascente. As ações destes grupos, e a pesquisa, procurarão demonstrar que elas não se deram de forma isolada.

A documentação primária analisada é composta de relatórios anuais do Ministério da Viação e Obras Públicas; publicações de entidades associadas ao automobilismo, como o periódico *A Bandeira*, do Clube dos Bandeirantes; artigos de engenheiros, como Armando Augusto de Godoy; e de planos urbanísticos para a cidade do Rio de Janeiro,

como os realizados pelo engenheiro Jorge Macedo Vieira e os urbanistas franceses Donat-Alfred Agache e Le Corbusier.

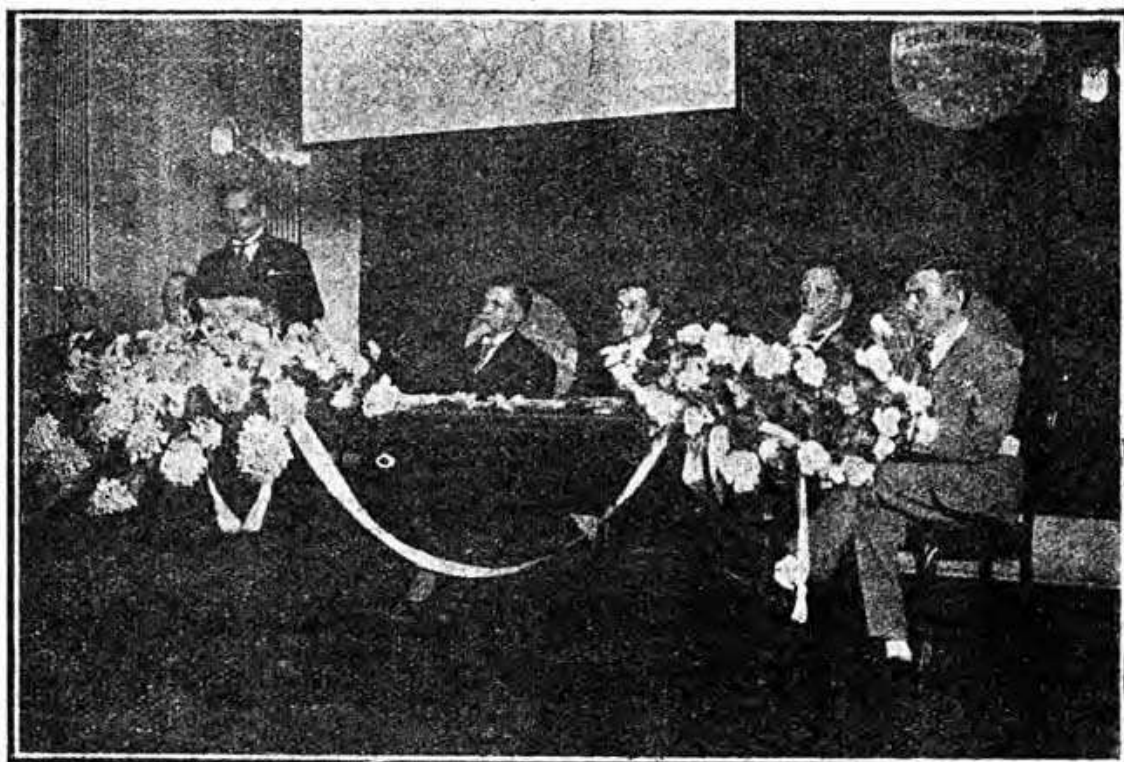
OS ENGENHEIROS

A primeira estrada de rodagem brasileira se deu em 1861, com a construção da Estrada União-Indústria, que ligava o Rio de Janeiro a cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A primeira tentativa sem sucesso para a abertura de uma estrada diretamente para o uso do automóvel data de 1906: foi a ligação entre a Capital e Petrópolis. A ideia de construção da estrada ressurgiu dez anos mais tarde durante o primeiro Congresso Brasileiro de Estradas de Rodagem, ele próprio um marco nas discussões sobre o novo papel do automóvel no país. Entretanto ainda no início da década de 1920, a abertura daquela rodovia continuava apenas um projeto e em 1922, um grupo de “desbravadores” do Automóvel Clube conseguiu realizar a primeira viagem de carro até Petrópolis, que, dadas às dificuldades do terreno levou alguns dias. O caminho seria inaugurado oficialmente em 1926, financiado pelos sócios do Automóvel Clube, pelo Governo Federal e dos Estados do Rio e de Minas. (GERSON, 2000:391,392).

A Avenida Brasil, já mencionada, seria aberta entre 1939 e 1946, como uma variante desta estrada, um marco visível da presença do automóvel na vida das cidades e nos discursos sobre a própria modernização do país.

Os Congressos Brasileiros de Estradas de Rodagem, realizados entre 1916 e 1939, foram justamente importantes fóruns nacionais de discussão sobre as iniciativas para a abertura de estradas e a construção desta nova mentalidade. O primeiro foi realizado no Estado do Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Automóvel Clube do Brasil, e contou com o apoio do Ministério da Viação. Os discursos dos participantes chamavam a atenção para o papel das estradas como uma comunicação rápida e barata entre centros produtores e mercados consumidores (TELLES, 1993: 593), tecendo esta associação entre rodovia e desenvolvimento.

Neste primeiro congresso surge em destaque o trabalho de Armando Augusto de Godoy (1876-1944), propondo uma tributação especial destinada exclusivamente à construção e conservação de estradas de rodagem (Idem, TELLES). Fato que só ocorreu 10 anos mais tarde, como veremos mais adiante.



A mesa que presidiu os trabalhos do congresso

Foto da mesa de abertura do IV CNER, de 1926. Ao centro, Washington Luís. *Revista Brazil-Ferro-Carril*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 483, dez. 1926: 724.

Ocorreram ainda outros seis congressos (1922, 1924, 1926, 1933, 1936 e 1939), onde se discutia desde novos modelos de automóveis, a novos revestimentos para as estradas, questões de tráfego, projetos de engenharia rodoviária, etc. A ideia de criação de um órgão nacional que regulamentasse as estradas de rodagem e impulsionasse seu desenvolvimento, começou a surgir nos quarto e sexto congressos, o que de fato aconteceu em 1937, com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER. Pode-se dizer que até mesmo pela regularidade que estes eventos alcançaram, a década de 1920 representa um primeiro momento de consolidação do pensamento rodoviarista no Brasil.



Vista de uma corrida disputada na Avenida Beira-Mar, durante a I Exposição Automobilística. Na placa, agradecimentos ao diretor A. Porto d'Ave. Acervo Rodolfo Porto d'Ave.

Em 1925, através do Automóvel Clube do Brasil, é organizado pelo engenheiro Adelstano Porto d'Ave, a Primeira Exposição Automobilística do Rio de Janeiro. Esta exposição reunia representantes de indústrias européias e norte-americanas que expunham seus automóveis e acessórios, como óleos, pneus, gasolina, etc. Chama a atenção nesta exposição a presença do *stand* da firma francesa *G.Voisin*, que financiaria um projeto urbano de Le Corbusier para a Paris, batizado de Plano Voisin.

A nossa pesquisa recuperou o nome de dois engenheiros para exemplificar a participação da classe nas questões relativas às estradas de rodagem: Armando Godoy e A. Porto d'Ave. Godoy se formou pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1903 e foi um dos pioneiros na discussão do planejamento urbano. Dentre as diversas atividades em sua carreira profissional, trabalhou na revisão de planos urbanísticos para cidades brasileiras, foi funcionário da Prefeitura do Distrito Federal no Rio de Janeiro, antes da criação de Brasília, participou ativamente dos Congressos de Estrada de Rodagem, e do Automóvel Clube do Brasil, do qual foi diretor (LEME, 1999: 459, 460).

Entre junho de 1926 e novembro de 1936, Godoy escreveu diversos artigos para um importante jornal carioca, o *Jornal do Commercio*, reunidos no livro *A Urbs e seus problemas*, de 1943. Um dos artigos mais importantes a serem aqui analisados é o intitulado *A rodovia sob o ponto de vista do urbanismo*. Neste artigo o engenheiro explica o por que da importância das rodovias:

Conforme indica o radical desta (...) palavra [cidade], civilização se irradia dos grupamentos urbanos; portanto, com a construção de rodovias, ligando as cidades ao campo, a influência civilizadora que elas desenvolvem, é muito maior e alcança melhores resultados. (...) As rodovias modernas que partem dos centros urbanos, diminuem as desigualdades existentes entre o homem da cidade e o que lavra e cultiva a terra. Elas constituem verdadeiros bulevares, desenvolvendo-se além dos limites naturais das vilas, impulsionando a sociabilidade por onde elas passam, intensificando a vida espiritual dos moradores do campo. E é esta a função mais nobre e delicada que lhes reservou o destino (GODOY, 1943: 256).

A maior contribuição de Godoy, entretanto, seriam seus esforços em empreender um Plano de Remodelação para a cidade do Rio de Janeiro. A primeira vez que Godoy falou nesse plano foi no I Congresso Brasileiro de Higiene, que ocorreu no Rio de Janeiro em outubro de 1923, onde apresentou o trabalho “Algumas idéias sobre a remodelação das cidades”, associando esse plano às questões de saneamento e higiene da cidade e suas habitações. E o engenheiro foi um dos que mais reclamavam que, para se conceber um plano desta magnitude, era necessária a vinda de um especialista, um urbanista “de nome”. Godoy afirmava que este tipo de profissional não era encontrado ainda no Brasil. Apesar dos esforços que os médicos sanitaristas e engenheiros empreenderam durante todo século XIX até o início do século XX, ele entendia que esta tarefa cabia a quem se formasse em um ramo complexo da engenharia,

(...) a que deram o nome de Urbanismo – Town-planning entre os ingleses, no qual se estudam as principais leis e regras relativas aos fenômenos urbanos, e somente quem possui tais conhecimentos pode presidir à organização de um plano de remodelação de uma cidade, (...) (GODOY, 1943: 38).

O engenheiro Francisco Saturnino de Britto (1864-1929), parecia partilhar da mesma opinião. No seu parecer de 1927 sobre o projeto de melhoramentos para a região do bairro industrial de Manguinhos, uma das áreas por onde passaria a Avenida Brasil, Britto afirma textualmente:

Quando tivermos ‘Urbanistas’ com a educação técnica e estética necessária, as coisas far-se-ão de modo acertado, sem os descuidos e exageros que ainda se observam aqui e noutros países. Os nossos aspirantes a town-planner geralmente se apresentam como estetas; cuidam quase que exclusivamente do belo efeito do desenho; desprezam os aspectos utilitários e preocupam-se com pormenores secundários (...) (BRITTO, 1944: 258).

Godoy, pelas suas próprias palavras, lamentava o fato do Rio de Janeiro não ter seguido o exemplo de Barcelona, que em 1903 iniciava um plano de remodelação e expansão, proposto por Léon Jaussely em 1902. Evidentemente ele próprio, tanto quanto Saturnino de Britto, não se consideravam “urbanistas”, mas também desqualificavam com os seus discursos, a atuação de outros engenheiros e arquitetos, no Rio e em São Paulo, que vinham desenvolvendo planos ou propostas de expansão para as cidades brasileiras desde o século XIX e principalmente a partir do século XX.

Um destes engenheiros foi Jorge Macedo Vieira, autor do projeto para o Bairro Industrial de Manguinhos, aparentemente duramente criticado por Britto no seu parecer de 1927. Nesta proposta já estava prevista a abertura da Avenida Norte, como um prolongamento ou variante da recém-aberta Rio-Petrópolis, mostrando mais uma vez que a abertura da Avenida Brasil já era um projeto bem antes de sua efetiva conclusão.

A tarefa de pensar o primeiro plano de conjunto para o Rio de Janeiro moderno e, portanto a cargo de um “urbanista”, caberia ao francês Donat-Alfred Agache (1875-1959), fundador e Secretário-Geral da Sociedade Francesa dos Arquitetos Urbanistas durante a gestão de Eugène Hénard, que se notabilizara por vários planos urbanos desde o concurso para Canberra, em 1911. Sobre este plano falaremos mais adiante.

A inclusão do engenheiro Porto d’Ave nesta pesquisa se dá pelo fato de ter sido Diretor tanto do Automóvel Clube do Brasil, quanto do Clube dos Bandeirantes do Brasil, entre 1925 e 1929. A importância do Clube dos Bandeirantes na história política brasileira

ainda está para ser aprofundada, mas pelos dados que conseguimos reunir até agora demonstra que este grupo teve importante atuação nos ideais políticos da década de 1920 e nos debates sobre o desenvolvimento do país.

O Clube dos Bandeirantes publicava um periódico chamado *A Bandeira*, com artigos e opiniões de caráter reconhecidamente nacionalista sobre a Terra e o Homem brasileiros. O projeto de defesa nacional deste grupo estava vinculado a propostas de toda a sorte que objetivassem a organização e integração do país, indo desde a valorização do homem como fator de produção ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte (CARVALHO, 1998: 91).

Esta entidade, com sede no Rio de Janeiro e filiais em São Paulo e Nova York, reunia médicos, políticos, engenheiros, arquitetos, educadores, escritores, etc. Faziam parte dela figuras como o próprio Washington Luís e Getúlio Vargas, então Ministro da Fazenda. Como se sabe, Getúlio Vargas seria o principal personagem da Revolução de 1930, pondo fim à chamada “República Velha”, cujo último governo foi justamente o de Washington Luís. Estes períodos são estudados normalmente como de ruptura dentro da historiografia brasileira, mas a partir da análise dos ideais do Clube dos Bandeirantes e de seus sócios, podemos constatar que algumas idéias foram levadas adiante, e pelo contrário, algumas como o próprio rodoviarismo, ganharam uma força política ainda maior, não obstante as mudanças ideológicas.

OS POLÍTICOS

Data de 1905 a primeira lei federal a conceder auxílio para a construção de estradas de rodagem. Certamente as também primeiras tentativas de abertura da ligação entre Rio e Petrópolis, que como vimos datam de 1906, já se apoiavam nesta lei de incentivo. Mas as iniciativas ainda dependiam fortemente das ações de entidades pioneiras ligadas ao automobilismo, ou de ações públicas concentradas nos Estados, de alcance local.

Em 1926 tem-se a criação, no Estado de São-Paulo, do primeiro órgão rodoviário brasileiro: a Diretoria de Estradas de Rodagem, fruto já da campanha do Presidente da República Washington Luís, que havia realizado pelo seu estado de origem, diversas ações relativas à abertura de rodovias.

Desde 1908, W. Luís empreende ações neste sentido, quando assume a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo. Luís prosseguiria seus esforços quando se torna

Deputado Estadual entre 1913 e 1915, ocasião em que seu projeto de lei é aprovado, determinando o aproveitamento da mão-de-obra penitenciária para os serviços de construção e conservação de estradas. (GOULART REIS) Esta lei reconhecia “(...), *pela primeira vez, a competência do governo estadual para construir, conservar e melhorar estradas em regime de administração direta*” (SILVA *apud* GOULART REIS: 56). Luís assumiria ainda a Prefeitura da Capital (1915-1920) e o Governo do Estado de São Paulo (1920-1926), antes de assumir a Presidência da República (1926-1930).

No primeiro relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas do governo de W. Luís, é criticada justamente a ineficácia dos governos anteriores em relação às estradas de rodagem. É certo que, enquanto o número de veículos importados chegava a 600 em 1908, e que entre este ano e 1913, este número passaria para 9.915 veículos, e em 1923 para 12.995, (e em 1929 para a impressionante marca de 53.928), o quadro da situação das estradas nacionais pouco evoluía. É certo, também que, o tom do relatório que fora elaborado por um governo eleito sob a égide do automobilismo, não podia ser diferente.

Também não poderia ser diferente, pelas mesmas razões, o reconhecimento, por parte do relatório, que os Estados possuíam uma política de construção de sistemas rodoviários independente do Governo Federal, apoiados principalmente pela tradição de atuação do automobilismo. Na visão do relator, a ação do Governo Federal estava *entravada*, principalmente devido à burocracia, ou falta de interesse, que impedia a liberação de recursos somente para estes fins. Mas, “(...) *outro tanto não aconteceu com os Estados, que se foram logo entregando seus sistemas rodoviários, tirando partido do aperfeiçoamento do automobilismo*” (BRASIL, 1926: 29).

Ao mencionar as ações empreendidas pelos Estados e pelas associações de automobilismo, como o Automóvel Clube do Brasil, do qual Washington Luís fora diretor em 1913, o relatório realçava as atuações políticas anteriores do novo Presidente da República.

Uma taxa destinada apenas para a construção e manutenção das rodovias seria uma das primeiras criações de seu governo e incidiria sobre a importação de automóveis, acessórios, sobressalentes e gasolina, exatamente como havia sugerido Armando de Godoy no primeiro Congresso de Estradas de Rodagem, como visto anteriormente. Segundo o relatório essas taxas permitiriam fornecer:

(...) recursos para o início da execução de um programa rodoviário que redundará em benéfico estímulo progressista às populações do interior, às pequenas lavouras e às pequenas indústrias de zonas não atingidas pelos traçados ferroviários, intensificando a produção e, logo, a permuta de valores(...) (idem).

No relatório de 1927, percebe-se uma forte mudança de política pública, e as estradas de rodagem aparecem como componente acelerador da evolução das novas vias de comunicação, graças à fé depositada no automóvel. Segundo o relatório, o veículo motor possuía a vantagem de poder trafegar a qualquer hora, e em qualquer direção, gerando, portanto, *“(...) a força disseminadora das boas estradas de rodagem”* (BRASIL, 1927: 31).

Na mensagem apresentada ao Congresso Nacional pela abertura do ano legislativo de 1927 Washington Luís, menciona o que o seu governo havia feito em relação às estradas Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo, possibilitadas pela criação do imposto especial, concluindo: *“Governar é povoar; mas não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies. Governar é, pois, fazer estradas”* (BRASIL, 1927: 57). Esta última frase, simplificada para *Governar é abrir estradas* seria a marca de seu governo.



Viaduto da Estrada Rio-Petrópolis. *Revista Brasil Rotário*, 1929.

Ainda em 1927 o Governo Federal funda a Comissão de Estradas de Rodagem Federais. O financiamento veio também do mencionado imposto especial. Esta comissão, porém, é extinta em 1931, pela Revolução que depôs a República Velha. Em 1932, este imposto passa a ser incorporado ao orçamento da União. Em 1933, durante ainda o Governo Provisório, cria-se um grupo de trabalho, do qual o coordenador era mais uma vez o engenheiro Armando de Godoy, numa tentativa de se recuperar fóruns de discussão sobre as estradas de rodagem e para elaborar o projeto de lei que resultaria, alguns anos mais tarde, na criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o DNER. Este fato comprova o interesse de Getúlio Vargas sobre estas ações desde os anos em que fazia parte, juntamente com W. Luís, do Clube dos Bandeirantes do Brasil, como vimos anteriormente e que assumiria uma proporção ainda maior durante o seu governo como presidente durante o regime do Estado Novo (1937-1945).

O DNER foi criado com a intenção de apenas conservar as estradas ainda realizadas na década de 1920, como as mencionadas Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis. Mas suas atividades foram sendo ampliadas, segundo o relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas do ano de 1937, de acordo com o programa estabelecido pelo Governo Federal e os recursos alocados. Neste relatório já aparecem estudos para a ampliação da Rio-Petrópolis que resultaria na abertura da Avenida Brasil alguns anos depois, e a construção de novas estradas, ligando o Distrito Federal a outros Estados, como a Bahia, situada na Região Norte do país.

Com o decreto-lei 8.463, de 27 de dezembro de 1945, do Ministério de Viação e Obras Públicas, o DNER consegue uma autonomia técnica e financeira que permite que, de 423 km de rodovias pavimentadas, em 1945, se passe para, em apenas cinco anos depois, 968 km. No final dos anos 60 praticamente todas as capitais estavam ligadas por estradas federais.

No período da Ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), as políticas para as estradas de rodagem passam a ser implementadas em uma parceria entre Governo Federal e os Estados da Federação. Esta divisão de responsabilidades foi possibilitada pelo governo centralizador do Estado Novo, que nomeava diretamente seus pares para o cargo de interventor em cada Estado e, com isso, pôde desenvolver, de modo consensual, certas ações, como as de abertura de estradas, que no nível da municipalidade do Rio de Janeiro, estavam subordinadas à Secretaria Geral de Viação e Obras, bem como ações referentes à abertura e conservação de ruas. O projeto e o acompanhamento das obras para a abertura de uma variante da ligação Rio-Petrópolis, foi desenvolvido pela Comissão de Obras Novas desta Secretaria, entre 1939 e 1946.

Em 1948 é criado o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, tomando a seu cargo todas as estradas e caminhos até então cuidados pela Secretaria, deixando clara a separação entre vias locais (ruas e avenidas) e vias de ligação intermunicipal e interestadual (estradas). É de se supor que por sua posição estratégica, a Avenida Brasil tenha desencadeado a criação deste departamento. Ela se tornaria, então, a principal estrada da Rede Rodoviária do Estado, e conseqüentemente a do país, como BR-01.

OS URBANISTAS

Convidado pelo Prefeito Antônio Prado Júnior, também um ativo membro do Automóvel Clube do Brasil, Agache realiza o primeiro Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro, entre 1927 e 1930, no governo de Washington Luís. O título do Plano remete imediatamente à primeira lei francesa sobre *“L’Aménagement, l’embellissement et l’extension des villes”*, de 14 de março de 1919 e modificada em 19 de julho de 1924. O texto desta lei foi elaborado a partir de 1911, pela Sociedade Francesa dos Urbanistas, sob a direção de Jules Siegfried, justamente da qual Agache fazia parte. Sendo assim, Agache parecia ser a pessoa mais indicada a atender às exigências dos engenheiros em relação à atuação do que eles consideravam ser um “urbanista”.

Seu plano teve o mérito de alargar as questões do urbanismo, antes restritas aos problemas viários locais, para questões mais amplas, pensando a cidade como um conjunto. O engenheiro Armando de Godoy, que se envolveria com a elaboração desse plano, dizia que entre os elementos que mais influenciaram as cidades para que elaborassem seus planos de remodelação encontrava-se o problema do tráfego.

Na introdução de seu plano para a cidade do Rio, Agache procura explicar o termo “urbanismo” e a diferença entre o trabalho do arquiteto, do engenheiro e do urbanista. Para Agache, *“(...) para ser urbanista, não há necessidade de ser engenheiro ou arquiteto. O urbanista nasce urbanista: é um dom inato, que, evidentemente, cumpre cultivar e desenvolver”* (AGACHE, 1930: 13). É de se supor que o rápido incremento do número de veículos em circulação entre 1928 e 1929,

também tenha precipitado a intervenção de um técnico novo das questões urbanas como Agache.

As propostas apresentadas no Plano-Diretor constituíam os principais elementos para resolver a questão de circulação e mobilidade na cidade e foram apresentadas em três partes. A primeira tratava da estética e o futuro da cidade, e enfocava a legislação e regulamentos urbanos, habitação e zoneamento. A segunda parte, defendida por ele como a ossatura do plano, discutia a penetração na cidade das estradas regionais e os grandes cruzamentos na cidade futura, reorganizava ainda os transportes e propunha a criação do Metropolitano. A última parte tratava dos elementos funcionais do Plano-Diretor, ou seja, mostrava a divisão da cidade em zonas de acordo com as funções: administração pública, comércio, habitação, indústria, lazer e bairros universitários. (REIS, 1977: 91)

As duas grandes avenidas de penetração na cidade, citadas no Plano eram justamente a Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis, que funcionariam como os dois eixos principais e as vias dominantes do sistema circulatório proposto. Estas duas estradas seriam as responsáveis por canalizar as maiores correntes de veículos automotores que buscassem a cidade do Rio, vindo da região serrana do Estado, ou dela partindo para os centros populosos do interior, do qual concordava Godoy (GODOY, 1943: 199).

Entretanto no meio dos “urbanistas” franceses, outras visões contemplando as rodovias e o automóvel merecem ser cotejadas com a de Agache. De fato, durante a própria estadia de Agache para o desenvolvimento dos seus estudos para o Rio, a cidade recebe a visita de Le Corbusier que realiza uma série de conferências em 1929, na cidade de São Paulo, e em 1929 e 1936, no Rio de Janeiro. Le Corbusier foi recebido entre homens públicos e arquitetos como um “grande mestre”. Sua passagem pelo Brasil cristalizou processos de ruptura com a arquitetura e urbanismo realizados até então. Sua figura de mito emerge destes eventos fortemente solidária ao nascimento de uma expressão arquitetônica genuinamente brasileira que, embora reconhecida de forma autônoma, é considerada profundamente tributária das suas teorias. (SANTOS et al, 1987: 10)

As suas idéias em relação às cidades modernas estão marcadas por seus trabalhos desenvolvidos a partir, sobretudo de sua proposta para *Uma Cidade Contemporânea de Três Milhões de Habitantes*, exposta no Salão de Outono de Paris, em 1922 e retomadas

no Plano Voisin de Paris, de 1925. Em 1926 Le Corbusier toma conhecimento do projeto criação de uma nova Capital Federal Brasileira, discutida com ênfase na década de 1920 e efetivada com a construção de Brasília em 1960. Le Corbusier vê nestes debates a possibilidade de tornar realidade sua proposta sobre a Cidade Contemporânea (idem).

Tanto para a proposta de 1922 quanto para a de 25, Le Corbusier vê no automóvel o principal meio de transporte para a cidade moderna. Esta fé no automóvel o fará crer que *“a city made for speed is made for success”*.

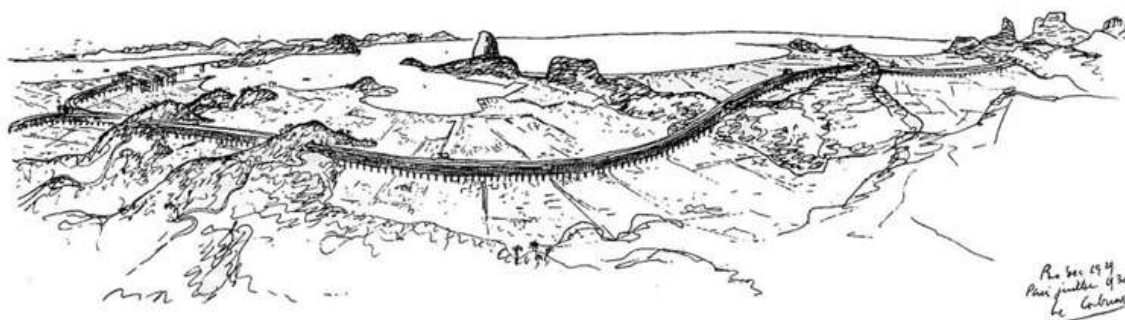
A passagem de Le Corbusier no Brasil coincide com o momento em que Agache executa seu plano urbanístico para o Rio. Le Corbusier não suspende suas conferências, mas deixa claro que a presença de seu conterrâneo o deixava incomodado, levando-o a fazer críticas, por diversas vezes, ao trabalho do colega. Le Corbusier jamais perdoaria o “atraso” com que chegou ao Rio.

Sua proposta para a cidade revela sua admiração pela paisagem carioca, considerada por ele *violenta e sublime* (LE CORBUSIER, 1930, *apud* SANTOS *et al.*, *op. Cit.*: 96). Apesar de toda a devoção à linha reta, o urbanista francês tira partido da natureza da cidade, espremida entre as montanhas sinuosas e o mar, que dão a forma à cidade. Seu projeto pode ser resumido a uma extensa fita serpenteante colada aos morros, ao qual ele chamou de *auto-estrada*. A idéia era que a auto-estrada ficasse a 100 metros do solo para não *atrapalhar ninguém*, sustentada por blocos de edifícios, interligando a cidade à região serrana e à São Paulo. (*Idem*: 95)

Os apartamentos teriam, assim, toda a vista do mar e da baía da Guanabara, que para ele era uma das mais belas do mundo. Sua descrição sobre a tipologia dos apartamentos reserva um grande papel ao automóvel:

[O apartamento] *é quase o ninho de um pássaro planador. ‘A rua no ar’ a cada piso; os elevadores; sobe-se; chega-se na garagem, situada sob a auto-estrada; uma rampa de partida; do lado, leva-o com seu carro, até a beira da auto-estrada. Ali, a cem por hora, ‘zunindo’ a caminho do escritório, da cidade, do interior, do campo, das florestas, das montanhas”* (CORBUSIER, 1929, *apud* SANTOS, *op. Cit.*: 95).

Usando de poesia, conclui: *“O avião está prestes a ficar ciumento”*.



Projeto da Auto-estrada para o Rio de Janeiro. SANTOS, 1987: 103.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras ações para a abertura de rodovias no Brasil foram empreendidas pelos amantes do automobilismo e pelos clubes e associações automobilísticas, fundadas por engenheiros. No ano de 1906, o fato de trinta e cinco habitantes possuírem automóveis, motivou a criação, em 1907, do Automóvel Clube do Brasil, com sede no Rio (GONÇALVES). A evolução do automobilismo e das ações de abertura de estradas no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, estaria para sempre vinculada à história desta associação. Os políticos tomaram a frente destas ações, principalmente a partir da Presidência de Washington Luís (1926-1930), usando-as como força política de suas campanhas eleitorais e propostas de governo, perdurando até a década de 1960, passando por diferentes sistemas de governo, ideologias e partidos políticos.

Na década de 1930, os arquitetos e urbanistas tomaram para si o planejamento do espaço urbano antes confiado aos engenheiros. Com Agache as rodovias haviam chegado ao coração das cidades. Com Le Corbusier os protagonistas se tornam os próprios veículos com tudo que emblemizam de rapidez e mobilidade, e passam a resignificar o próprio imaginário americano de liberdade e autonomia, como os criadores do Clube dos Bandeirantes desde muito antes tão bem deslumbraram.

De fato, independente do grupo de atores envolvidos, o discurso para a implementação de um projeto nacional visando a abertura de rodovias, teve sempre um cunho progressista, confiando ao automóvel o papel de integrador e de portador do progresso à nação. Ao longo do século XX, esta confiança no automóvel levou a um lento e gradual desmantelamento da malha ferroviária. Hoje as cidades brasileiras dependem basicamente do automóvel e das rodovias como meio de transporte nacional e urbano. A cidade do Rio de Janeiro não é diferente, possuindo um sistema de trens urbanos e

metropolitanos muito aquém de suas necessidades. Nosso objetivo foi buscar as razões históricas e os grupos sociais que fizeram do automóvel o principal meio de locomoção brasileiro.

Mais que isso, espera-se que a maior contribuição das reflexões desenvolvidas aqui seja para a própria compreensão da forma urbana do Rio de Janeiro moderno, construída par e passo com o desenvolvimento dos conceitos de mobilidade associados ao automobilismo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas*. Ano: 1926. Seção de Periódicos. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

BRASIL. *Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas*. Ano: 1927. Seção de Periódicos. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

BRASIL. *Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas*. Ano: 1937. Seção de Periódicos. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

BRASIL. *Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas*. Ano: 1945-46. Seção de Periódicos. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

A Bandeira. Órgão do Club dos Bandeirantes do Brasil. Rio de Janeiro, 1927-1929. (Periódico).

BRITTO, Francisco Saturnino de. *Obras Completas*. Pareceres. Volume XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CORBUSIER, Le. *Urbanismo*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GODOY, Armando Augusto de. *A URBS e seus problemas*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1943.

GODOY, Armando Augusto de. Algumas idéias sobre a remodelação de cidades. IN *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de Inspetoria Demográfica Sanitária, 1926.

GONÇALVES, Vergniaud Calazans. O automóvel no Brasil in *História do Automóvel*. 2º Vol. Editora Boa Leitura.

GOULART REIS, Nestor. *Memória do transporte rodoviário. Desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo*. CPA, São Paulo.

LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. (Coordenadora). São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos. Evolução urbanística da Cidade*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth Campos da Silva; PEREIRA, Romão Veriano da Silva; SILVA, Vasco Caldeira da. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela: Projeto Editora, 1987.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil. Século XX*. Rio de Janeiro: Clavero Editoração, 1984-1993.

ⁱ Uma versão em inglês deste texto (*From Discourses to Plans: the automobile in the City of Rio de Janeiro*) foi apresentado durante a *I International Conference on the History of Transport, Traffic and Mobility*, organizada pelo *European Center of Mobility* e realizada na cidade de Eindhoven, Holanda, de 06 a 09 de novembro de 2003, durante a realização do doutorado sob a supervisão da Prof^a Dr^a Margareth da Silva Pereira.

ⁱⁱ A montagem de veículos com peças importadas começou ainda bem antes. Em 1919 a Ford iniciava sua linha de montagem no Brasil com a unidade de São Paulo. Em 1925 a General Motors começou a fazer o mesmo. Entretanto as primeiras fábricas de fabricação de veículos em território brasileiro surgiram na década de 1950. (GOULART REIS: 55)

ⁱⁱⁱ O automóvel era da marca Decauville. (TELLES, 1993: 558) Alguns autores divergem sobre a chegada do primeiro automóvel ao Brasil. Nestor Goulart afirma ter sido em 1891, importado por Alberto Santos Dumont. Gonçalves cita o ano de 1893, e Telles afirma ter sido em 1895, importado pelo abolicionista José do Patrocínio. Preferimos adotar o dado de Telles, quando se refere ao primeiro automóvel com motor a explosão a chegar no Brasil e não a vapor, como seria de se supor em relação aos já citados.